

**EM FOCO**

**Um milagre da agricultura portuguesa:**

**a criação em 1997 de 80 mil novos empregos!**



■ Agostinho Lopes

Pág. 18

**Em defesa do associativismo popular**

O estatuto do dirigente associativo voluntário, proposto pelo PCP e já aprovado na generalidade na Assembleia da República, será debatido em breve na especialidade. Trata-se de uma iniciativa cuja aprovação final, a concretizar-se, representaria um acto de elementar justiça para com o associativismo popular.

■ António Filipe

Pág. 19

**CUBA A transformação do quotidiano numa Cuba bloqueada**

Págs. 22 e 23

■ Miguel Urbano Rodrigues

**Formação trajectória e fim do Império britânico**

**Quando o exército britânico ocupou Lisboa**

■ Manoel de Lencastre

Págs. 24 e 25

**PCP Esclarecimento do PCP sobre a composição da Junta Metropolitana de Lisboa**

Pág. 8

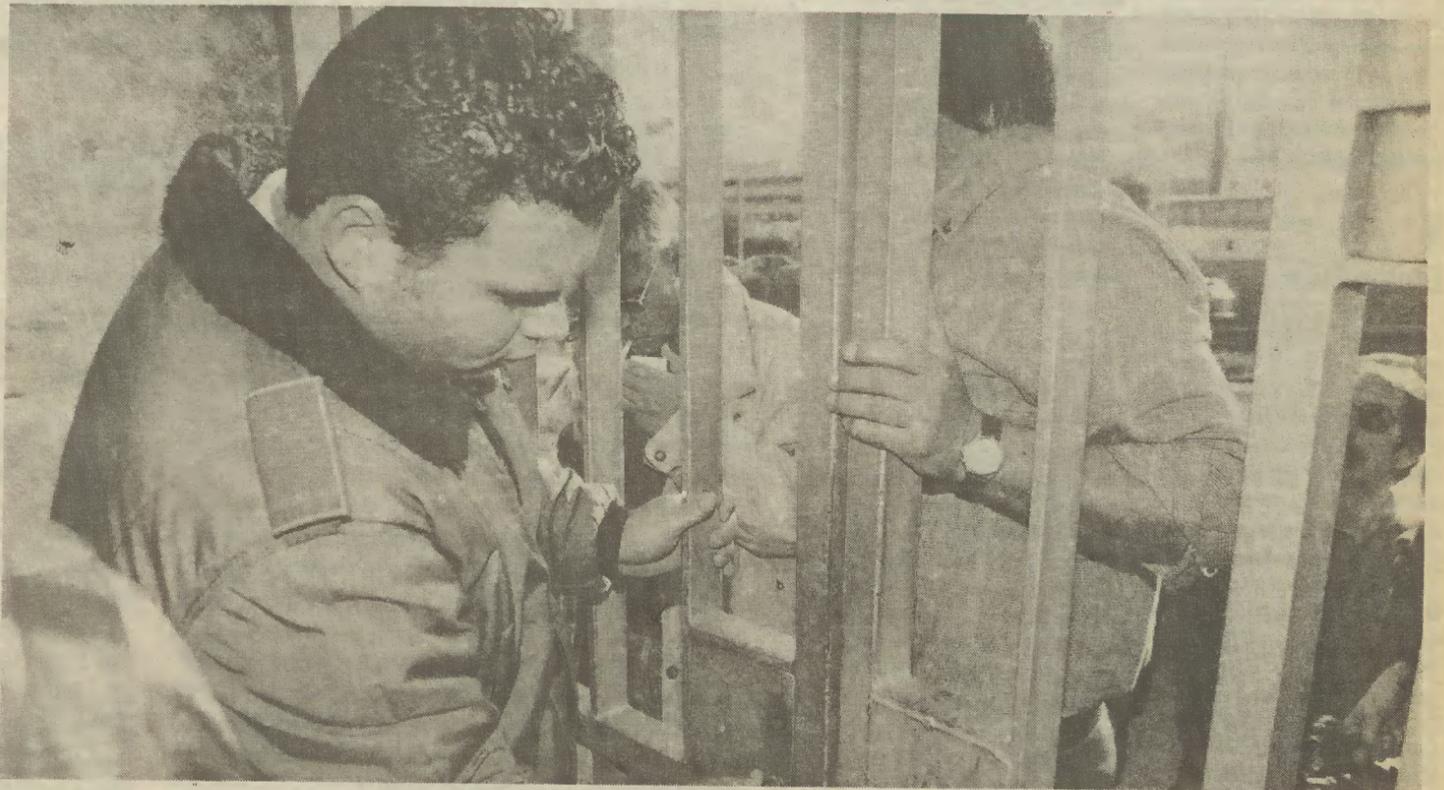
**Proletários de todos os países UNI-VOS!**

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 15 de Janeiro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1259 • Director: Carlos Brito

## Trabalhadores mantêm exigência Nova gestão para a **CABOS ÁVILA**



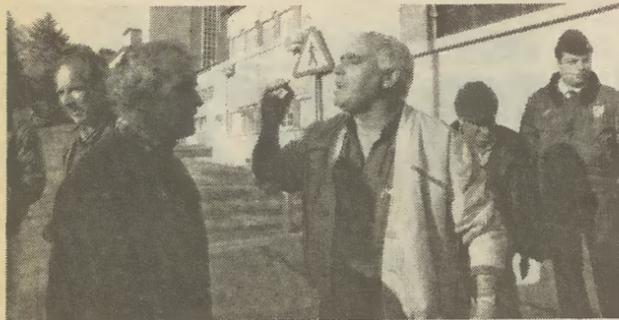
Trancas à porta. A administração prefere fechar a porta ao diálogo. Os trabalhadores exigem mudança. Pág. 5

**Por iniciativa do PCP  
AGRAVAMENTO  
DOS PREÇOS  
EM DEBATE HOJE  
NA ASSEMBLEIA  
DA REPÚBLICA**

Centrais

**Editorial Preços e salários - a mesma questão**

# Preços e salários – a mesma questão



Os trabalhadores dos Cabos de Ávila lutam pelos salários e pelos postos de trabalho

## RESUMO

### 7 Quarta-feira

Realiza-se um debate no Parlamento sobre a Conferência de Quioto ■ O Presidente da República decide condicionar a aplicação dos indultos a dois presos evadidos à sua apresentação na prisão ■ Os trabalhadores dos Cabos de Ávila ocupam a fábrica ■ 62 civis são mortos na Argélia, no dia em que o Reino Unido propõe enviar peritos para o país de forma a estudar medidas para travar o terrorismo ■ O primeiro-ministro israelita afirma-se disposto a entrar em confronto com os EUA, se estes pressionarem para a retirada da Cisjordânia ■ Na África do Sul, o procurador-geral do Cabo Ocidental ordena a Pieter Botha, presidente do país durante o apartheid, a comparecer perante a Comissão para a Verdade e Reconciliação.

### 8 Quinta-feira

O Conselho de Ministros aprova o projecto de lei do Governo para a alteração do Código Penal ■ Autoridades de seis países do Mediterrâneo reúnem-se em Roma para discutir soluções para a imigração em massa dos curdos ■ O governo de Argel aceita a entrada de uma equipa estrangeira no país, na condição de se discutir apenas a luta contra o terrorismo ■ O enviado dos EUA ao Médio Oriente critica a decisão israelita de construir centenas de casas para judeus na Margem Ocidental ■ Em entrevista, o presidente do Irão lamenta os excessos da revolução islâmica ■ Regista-se uma corrida aos supermercados na Indonésia.

### 9 Sexta-feira

O Provedor de Justiça considera, em relatório, que a Protecção Civil foi ineficaz durante as tragédias dos Açores e Alentejo ■ O Governo e os sindicatos acordam num aumento salarial de 2,7 por cento para a Função Pública ■ Em Espanha, o vereador do PP José Ignacio Iruretagoyena morre, na sequência da explosão de uma bomba alegadamente colocada pela ETA ■ O primeiro-ministro francês anuncia a criação de um fundo de urgência para responder aos casos mais problemáticos de desempregados ■ A ministra britânica para a Irlanda do Norte obtém o apoio dos presos pertencentes às milícias protestantes no processo de paz ■ O vírus da «gripe das aves» é detectado em patos e gansos.

### 10 Sábado

Milhares de pessoas manifestam-se em diversas localidades espanholas contra a violência da ETA ■ A líder da oposição indonésia pede ao presidente Suharto que se afaste da

vida política ■ 47 pessoas morrem devido a um violento sismo que abala a China ■ O governo britânico prepara-se para apresentar uma proposta de autonomia para a Irlanda do Norte ■ O mau tempo provoca dez mortos no Quebeque.

### 11 Domingo

A Confederação Nacional de Acção sobre Trabalho Infantil denuncia a utilização de crianças em fábricas e no mundo do espectáculo ■ Uma avioneta cai na região de Loures, matando um dos passageiros ■ Um familiar de Gerry Adams, o líder do Sinn Féin, é morto a tiro ■ Realizam-se eleições legislativas em Cuba ■ O governo norte-americano autoriza o teste em larga escala da vacina contra a Sida em seres humanos ■ Chuvas torrenciais na Austrália provocam um morto, 14 desaparecidos e 120 desalojados ■ Onze pessoas morrem no Canadá e três nos EUA, devido ao mau tempo.

### 12 Segunda-feira

Universitários de Lisboa e Coimbra entram em greve ■ Recomeçam as conversações de paz para a Irlanda do Norte ■ Relatório do Comité Europeu para a Prevenção de Torturas acusa Portugal de maus tratos nas prisões ■ Em debate uma proposta de aumento do salário mínimo nacional entre os 2,9 e os 4,8 por cento ■ Governo não garante finalização das obras do Autódromo do Estoril em tempo útil para a realização da Fórmula 1, responsabilizando por isso a Autodril ■ Grupo armado massacra mais de cem pessoas na aldeia argelina de Sidi Hammed ■ Governo israelita sobrevive, à tangente, a duas moções de censura ■ Iraque proíbe equipa da ONU, dirigida por norte-americanos, de efectuar inspecções ■ Washington interfere abertamente na cena política de Montenegro ■ Protocolo que proíbe clonagem de seres humanos é assinado por 19 países do Conselho da Europa, entre os quais Portugal.

### 13 Terça-feira

Reforma das leis eleitorais volta a debate na Assembleia da República ■ Assinado protocolo de "assistência mútua" entre Assembleia da República e as universidades públicas ■ Washington pressiona ONU para obrigar o Iraque a receber incondicionalmente as equipas de inspectores ■ Mais de cem mil pessoas manifestaram-se na cidade do México para protestar contra massacre de Chiapas ■ Milhares de pessoas manifestam-se em França no âmbito de uma acção nacional contra o desemprego ■ Estudantes universitários realizam jornada de luta em Coimbra, Lisboa e Porto ■ CGTP defende salário mínimo nacional de 61 contos.

Por iniciativa do PCP, a Assembleia da República discute hoje, em debate de urgência, o recente agravamento dos preços de alguns serviços de primeira necessidade.

Ainda não se completou a primeira quinzena do novo ano e já aí estão a pesar nos orçamentos familiares os aumentos dos custos da electricidade, dos telefones, dos correios, das portagens, dos passes sociais, entre outros. A natureza dos serviços cujo preço foi agora aumentado vai, com alta probabilidade, determinar o agravamento dos custos de outros bens e serviços e é susceptível de incentivar novos surtos especulativos.

A iniciativa dos comunistas reveste, assim, uma grande oportunidade e é da maior importância não só para desmascarar e conter os propósitos do Governo em relação a outros aumentos, mas também para alertar e mobilizar o País contra uma ainda maior escalada no agravamento do custo de vida.

Este debate de urgência que o PCP desencadeou na Assembleia da República foi, recorde-se, precedido de uma conferência de imprensa, na semana passada, dada em nome da Comissão Política do PCP e conduzida por Francisco Lopes, que apresentou um texto com importantes revelações que o «Avante!» publica, praticamente na íntegra, na presente edição.

O texto da Comissão Política do PCP assinala, logo a começar: «São aumentos injustificáveis quando muitos destes serviços têm em Portugal os custos mais elevados da Europa (considerando o poder de compra), constituindo autênticos impostos e as empresas que os garantem acumulam largos milhões de contos de lucros anuais, que se elevam de ano para ano.»

Centrando a sua análise no aumento dos preços da electricidade e dos telefones, os comunistas revelam que se prevê que as respectivas empresas, a EDP e a Telecom, ambas objecto de escandalosos processos de privatização, tenham tido muitas dezenas de milhões de contos de lucros, em 1997: a primeira, mais de 90 milhões; a segunda, cerca de 70 milhões.

A demagogia e o cinismo propagandístico com que têm sido apresentados estes aumentos de preços (que estiveram a ser preparados em surdina para só serem divulgados após as eleições autárquicas) traduzem a má consciência do Governo.

A verdade é que, nos preços, como nos salários, a questão é a mesma: o Governo opta, como os factos demonstram, pelo favorecimento leonino do grande capital, em detrimento dos trabalhadores e da maioria da população - e não há alegadas «preocupações sociais» que o disfarcem.

Aceleridade e a liberalidade com que o Governo procedeu em matéria de aumento de preços têm como reverso a morosidade e a mesquinhez com que tem arrastado as negociações visando aumentos salariais.

Apesar das «boas condições económicas do País» que não se cansa de propagandear, o Governo regateou cada meia décima de aumento no processo negocial da Função Pública e não foi além dos 2,75 por cento, muito aquém do que era reivindicado pela Frente Comum, ligada à CGTP-IN.

Por isso mesmo e também por ter visto frustrado o acordado em 1996 em matéria de carreiras, a Frente Comum não assinou o acordo e anunciou que «vai continuar a lutar pela equiparação do

índice 100 (o salário mais baixo e base do edifício salarial) ao salário mínimo nacional».

É claro que o ministro Jorge Coelho não hesitou em declarar que, «pelo terceiro ano consecutivo, a Função Pública vai ter aumentos salariais sem haver aumento de impostos».

Esqueceu-se, no entanto, o ministro de dizer que com tais percentagens de aumento que pouco superam a inflação prevista e que não acompanham o crescimento da produtividade, os trabalhadores portugueses nunca mais se aproximaram dos níveis salariais dos outros trabalhadores da União Europeia, a começar pelos espanhóis.

Quanto aos impostos, é necessário esclarecer também que a carga fiscal não tem cessado de aumentar, e que ela recai fundamentalmente, como hoje toda a gente sabe, sobre os ombros dos trabalhadores por conta alheia.

Como foi muito bem salientado num recente Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, «prosegue-se uma política que não favorece a valorização do trabalho nem o crescimento sustentado do emprego, que não combate as desigualdades e injustiças sociais, mas que, no essencial, satisfaz um patronato que continua a querer resolver os problemas da competitividade das empresas à custa da mão-de-obra barata e dos direitos dos trabalhadores».

É essa mesma política de mão-de-obra barata que tem tido triste ilustração nas negociações em torno do aumento do salário mínimo nacional, preparando-se o Governo e o patronato para resistirem o mais possível aos 61 contos mensais reivindicados pela CGTP-IN, como o «Avante!» destacadamente salientou, na sua edição da passada semana.

Neste quadro, a contratação colectiva adquire uma grande importância sendo fundamental a elaboração das reivindicações e a organização e definição das formas de luta, essencialmente nas empresas, para que se obtenham bons resultados.

Já se sabe que há para aí muitos «grilos falantes» que se incomodam e se exasperam com a permanente atenção que o PCP dedica aos problemas dos trabalhadores e com o incentivo e apoio decididos que presta às suas lutas.

Bem se percebe que os trabalhadores portugueses ficariam bastante mais desprotegidos e isolados se não contassem com esta constante solidariedade combativa do PCP.

Foi o director do «Expresso», José António Saraiva, que retomou o grilo falante do Pinóquio para, ele próprio, armado em grilo, pretender dar «umas lições» ao PCP, no número do aniversário do seu jornal.

Custa a crer em como se pode dar mostras de tanta ignorância e cair em semelhante ridículo.

É claro que Saraiva insiste nos clichés do «declínio do PCP», do «partido de protesto», do «partido sindical», do partido identificado «inteiramente com o modelo soviético». Tudo para concluir que é muito fácil para o PCP encetar a senda do sucesso: basta abandonar os trabalhadores à sua sorte, tornar-se «a voz da consciência» do PS, refundar-se, mudar de dirigentes, etc.

É de amigo, não restam dúvidas!

Mas por que é que estes «analistas» não estudam um pouco o que realmente dizem e fazemos quando nos querem combater?!

Aconselhamos ao «grilo falante» do «Expresso» que faça uma pausa na verborreia para ler um pouco, por exemplo, o Programa do PCP. Então perceberá que este partido não segue nenhum modelo e que há muitos, muitos anos se pronunciou contra os modelos.

É caso para dizer: os grilos falam, mas o PCP passa.

*A verdade é que, nos preços como nos salários, a questão é a mesma: o Governo opta, como os factos demonstram, pelo favorecimento leonino do grande capital, em detrimento dos trabalhadores e da maioria da população - e não há alegadas «preocupações sociais» que o disfarcem.*

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00	50 números: 24 750\$00
25 números: 3 487\$50	
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Na primeira fila

Diz-nos o «Público», em notícias e opiniões assinadas por Ana Navarro Pedro (ANP) que o Governo francês se encontra a braços com uma crise social grave e inédita: «a revolta dos desempregados». Ao que parece, esta crise pode vir a ter desenvolvimentos imprevisíveis devido quer à gravidade da situação em que vivem milhões de desempregados quer à recusa do governo em tomar as medidas justa quer à forte determinação de lutar evidenciada por milhares desses desempregados.

Segundo dados oficiais, existem em França 3 milhões e 114 mil desempregados, dos quais 1 milhão e 200 mil são desempregados de longa duração. É claro que estes números estão aquém da realidade. Por exemplo: se um trabalhador desempregado consegue trabalho durante alguns dias deixa imediatamente de ser considerado desempregado. Lá como cá, política de direita é política de direita e o resto é paleio - seja esse paleio em francês, em português, em castelhano...

Mas voltemos à «revolta dos desempregados»: milhares de desempregados vieram para a rua apresentar as suas reivindicações

e ocuparam dezenas de repartições do governo em todo país. Informa a ANP que a «acção mais espectacular ocorreu em Bordéus onde os desempregados "assaltaram" a Feira do Comércio e da Indústria, retendo o director no seu escritório».

Os desempregados exigem um subsídio de Natal de 90 contos e um aumento do subsídio de desemprego. Só que a UNEDIC (organismo responsável por estas questões) recusa: a satisfação de tal exigência implicava um encargo de 9 milhões de francos, verba impossível de considerar, não é verdade? Não! A UNEDIC - cujos ganhos provêm de quotas pagas pelos trabalhadores - teve no ano passado um excedente de 13 milhões de francos. É verdade, responde a UNEDIC, mas esses milhões já foram gastos; gastos precisamente «na redução das quotizações patronais à caixa do desemprego»... Ora, se as quotizações dos trabalhadores foram dadas aos patrões, como é que pode haver agora dinheiro para satisfazer as reivindicações dos desempregados? Não se pode ter sol na eira e chuva no nabal, não é verdade?

Entretanto, a luta dos desempregados continua. O «vulcão social» ameaça entrar

em erupção: «quem semeia miséria colhe tempestades», gritavam milhares de desempregados nas ruas das principais cidades francesas. E o governo, apavorado com a situação, anunciou uma série de medidas de urgência procurando desmobilizar a luta. Por seu lado, a Central, digamos assim, sindical CFDT - pela voz de um qualquer Torres Couto, ou João Proença - acusa os sindicatos que lideram a luta de estarem a «manipular os desempregados». E a própria ANP assinala que «a mobilização corre o risco de abalar também o mundo sindical, cuja cultura da defesa dos que têm emprego não integra ainda na sua reflexão o fenómeno de um desemprego de massa e estrutural». Estou em crer que esta opinião da ANP se dirige a sindicatos como os da CFDT. Porque ela própria nos informou dois dias antes de produzir esta análise que «os desempregados (eram) liderados pela Central Sindical (pró-comunista) CGT». E assim é, de facto. A confirmar que em todo o lado onde há violação dos direitos humanos, injustiças sociais... os comunistas lá estão: a lutar, na primeira fila. No seu lugar.

■ José Casanova

## Propinas: a prova real

O ministro da Educação e o secretário de Estado do Ensino Superior através, respectivamente, de um artigo no «Expresso» e de uma entrevista ao «Público», vieram nas últimas semanas tentar demonstrar o esforço financeiro «verdadeiramente excepcional» que estaria a ser feito para «consolidar um ensino superior de qualidade»

A apressada descida à Terra e o labor justificativo destes dois marcyanos têm a ver com o facto de que, cada dia que passa, mais estudantes e professores, e a própria opinião pública, estarem a descobrir que em sentido exactamente oposto ao que havia sido afirmado e prometido pelo Governo aquando da discussão da «lei do financiamento», a verba a cobrar das propinas não é na realidade aditiva em relação ao financiamento do ensino superior (com a função de investimento suplementar na sua qualidade) mas pura e simplesmente substitutiva do esforço do Estado.

Observe-se que a «lei do financiamento» proclama o «princípio da responsabilização financeira do Estado entendido no sentido da satisfação dos encargos públicos exigíveis na efectivação do direito ao ensino e no da maximização das capacidades existentes, bem como no da expansão gradual com qualidade, e que permita a liberdade de escolha, do sistema público de ensino superior» (Art. 3º a). E que a mesma lei, no seu Art. 6º, estabelece que «em cada ano económico o Estado, pelos montantes fixados na Lei do Orçamento, financia o orçamento de funcionamento das instituições de ensino superior (...) sendo as correspondentes dotações calculadas de acordo com uma fórmula baseada no orçamento-padrão»

no superior (...) sendo as correspondentes dotações calculadas de acordo com uma fórmula baseada no orçamento-padrão»

Não é por isso chocante que o ministro da Educação, ao tentar justificar, no «Expresso», o Orçamento para 1998, tenha escamoteado o valor que o Estado deveria ter efectivamente transferido para as escolas públicas de acordo com a fórmula existente baseada no orçamento-padrão? E que tenha aparecido, à sorrelfa, a assumir as propinas como contributo para «uma aproximação mais célere às metas de qualidade definidas sob a forma de orçamento-padrão»?

A prova real de que o funcionamento do ensino superior está este ano subfinanciado - como foi denunciado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas ao apontar que a transferência do Orçamento do Estado tinha sofrido uma redução *per capita* de 3.1% - e que as propinas estão a servir para substituir o financiamento público, não vai porém demorar muitos meses a ser feita.

Dessa demonstração se está a encarregar a autêntica bola de neve em movimento dos milhares de estudantes que do Norte ao Sul do País se estão a recusar a pagar as propinas.

Se não prevalecer no Governo algum resto de bom senso em relação à política de propinas, será fazer muita futurologia prever a viagem que dois marcyanos irão ter que fazer para outro planeta?

■ Edgar Correia

## Reveses dos

# EUA

Depois da Guerra do Golfo, alegadamente desencadeada para castigar um país prevaricador e repor a legalidade do direito internacional, chegou a gerar-se na opinião pública a ideia que era possível obrigar Israel a reconhecer os direitos nacionais palestinos e a encontrar uma solução justa e estável para o conflito na região.

Foi nesta base que tiveram lugar a Conferência de Madrid e as negociações de Oslo. Como é reconhecido unanimemente, os EUA, promotores destas iniciativas, não foram capazes de se desligar do seu protegido levando o processo a um beco sem saída. Os seus interesses hegemónicos e a sua estreita aliança com Israel acabaram por lhe causar nos últimos meses vários contratempos. A obstinada política de Netanyahu contou nas questões centrais com o apoio dos EUA. Não se pode ser parte e mediador em simultâneo.

Apesar da natureza revolucionária de alguns regimes árabes propensos à conciliação com os EUA, o certo é que a presente política norte-americana choca com as aspirações do mundo árabe. É a essa luz que os EUA colecionaram nestes últimos meses vários insucessos. Os EUA não conseguiram levar à Conferência económica do Médio Oriente e Norte de África no Qatar mais que o Oman, o Djibuti, as Comores, e a Tunísia... Nem o Kuwait nem a Arábia Saudita... Também não conseguiram impedir a presença de países muçulmanos a elevadíssimo nível na Conferência Islâmica realizada dias depois em Teerão, mesmo oferecendo alguns milhões a certos países. E um dia, quem de direito, explicará as pressões sofridas para não estar presente e até para a diminuição do nível de representação. Os EUA, que apadrinham a aliança de Israel com a Turquia e as manobras militares conjuntas, tiveram um novo revés face ao restabelecimento de relações da Síria com o Iraque porque naturalmente a Síria se sente encurralada entre Israel, a Turquia e a política norte-americana. Não é, pois, de admirar que os EUA relancem as suas habituais iniciativas para tentar ganhar terreno perdido após estes falhanços. Mas, face à política de confronto de Netanyahu com os palestinos, não é crível que em Washington se venha a «cozinhar» algo que faça o processo avançar. É assim natural que mesmo os países árabes que não têm posições antiamericanas não acompanhem a actual política dos EUA para o Médio Oriente. Netanyahu não reconhece os direitos nacionais palestinos, prossegue a construção de colonatos, ameaça a Síria e tenta envolver o Líbano na sua política anti-síria. Trata-se de uma política extraordinariamente perigosa que coloca toda a região à beira da explosão. Neste contexto, a unidade do povo palestino e a unidade dos países árabes contra Israel é um elemento decisivo para a busca de uma solução que passe pela retirada das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados depois de 1967 e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Portugal tem um papel próprio a desempenhar que desde logo o prestigie junto de todo o mundo árabe e muçulmano. Deve pois ser apoiante de uma causa justa e protegida pelas resoluções 242 e 338 das Nações Unidas. Portugal deve, no quadro da União Europeia, fazer esforços para que a política da Comunidade condene claramente Israel e apoie a retirada das forças israelitas previstas nos Acordos de Oslo e no Protocolo de Hebron. Tem especial relevo o papel da solidariedade internacional. Independentemente do juízo sobre os passos dados neste processo, o certo é que Israel continua a oprimir e a reprimir o povo palestino e a ameaçar a Síria e o Líbano, o que só por si torna necessário um amplo movimento de solidariedade.

Na Argélia, prossegue o banho de sangue perpetrado pelas mãos criminosas de grupos fascistas que invocam o nome de Alá para tentarem justificar o injustificável. É uma tragédia. Os que criaram, os que armaram os vários grupos fundamentalistas para combater Nasser, o Lémen do Sul, a revolução afegã, a Síria, a OLP, falam agora em intervir na Argélia. A Argélia já contou centenas de milhares de mortos na sua História. Melhor seria que nos seus próprios países dessem combate às redes destes grupos que aterrorizam a Argélia.

■ Domingos Lopes

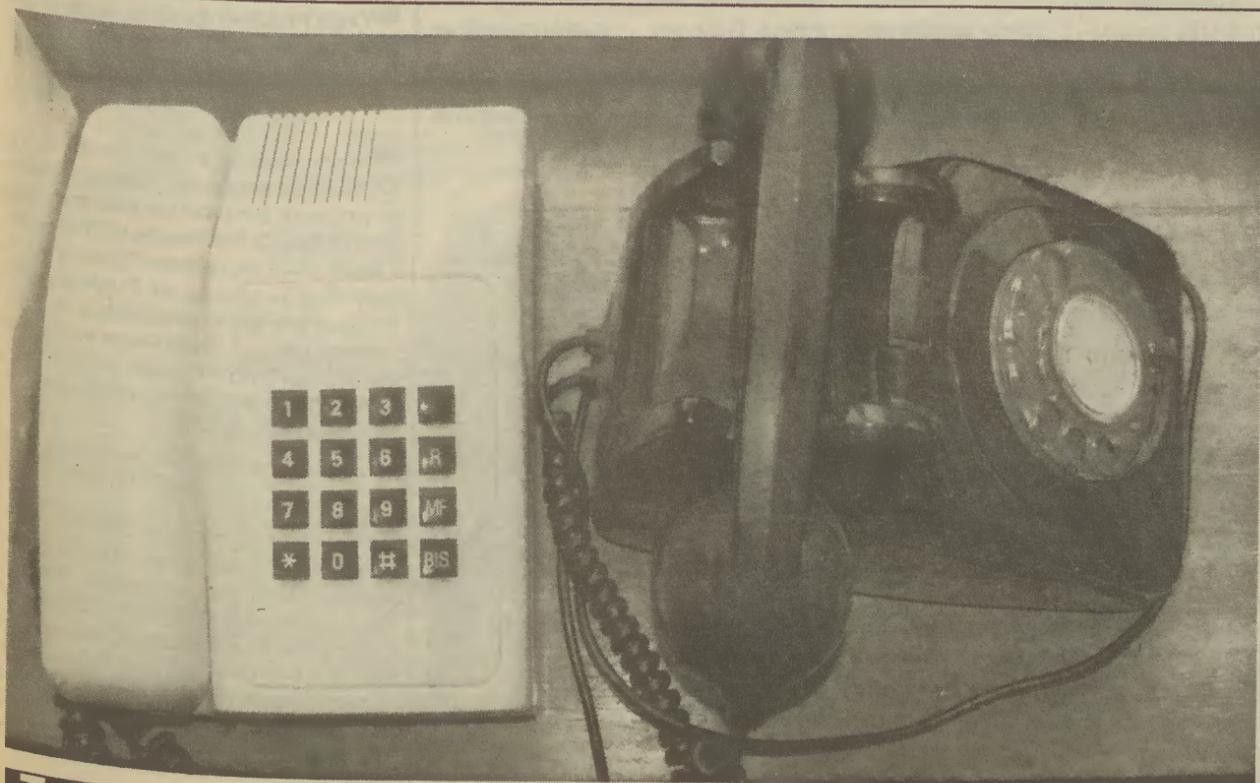


Foto: Jorge Carria

Telefones - Do mesmo tamanho. Só os preços aumentam...

## Ken Coates junta-se à Esquerda Europeia

O eurodeputado inglês Ken Coates formalizou esta semana a sua adesão ao Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL) após ter sido expulso do Partido Trabalhista e, conseqüentemente, do Partido Socialista Europeu.

Militante do Partido Trabalhista durante 40 anos, a actividade de Ken Coates pautou-se sempre por um grande empenho nas causas sindicais e, nomeadamente, na luta pelo pleno emprego. Após as eleições de 1994, o Parlamento Europeu (PE) criou a Comissão Temporária para o Emprego, presidida por Coates, tendo sido por iniciativa sua que se promoveu um

Apelo pelo Pleno Emprego, que culminou na realização de uma Convenção em Bruxelas, em Maio de 1997, onde participaram dezenas de organizações.

A ruptura com o Partido Trabalhista iniciou-se com a chegada de Tony Blair à liderança, sendo mais correcto afirmar que foi a nova direcção do partido que rompeu com Coates e não o contrário, dado que a partir

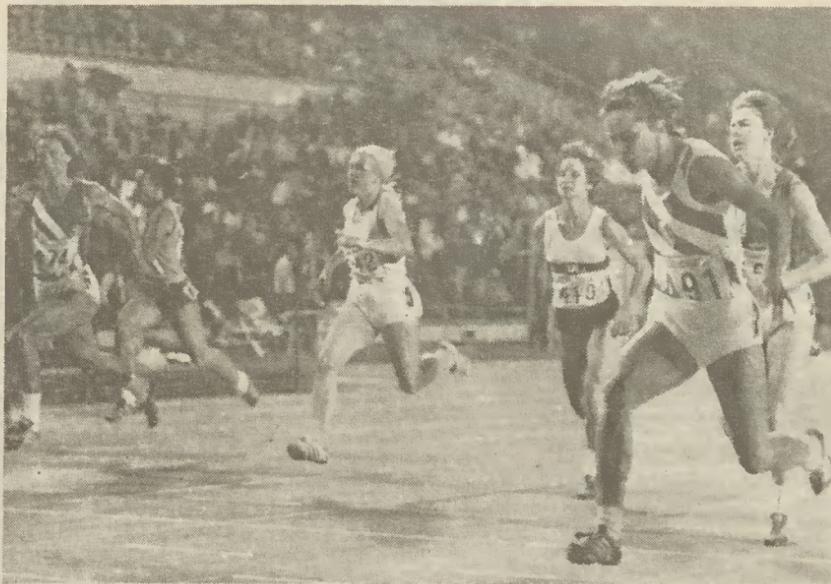


dessa altura toda a linha de intervenção de Coates, nomeadamente nas questões laborais, começou a ser contestada pelos novos dirigentes trabalhistas, o que provocou em Coates um decorrente distanciamento da viragem à direita imposta por Tony Blair ao Partido Trabalhista. O fosso alarga-se a partir de 1994, com Coates a recusar abandonar as causas por que lutou a vida inteira e a persistir nas suas prioridades políticas, continuando a desenvolver a sua actividade normal, tanto no PE como na circunscrição eleitoral em Inglaterra, onde fora eleito. A adesão de Ken Coates ao GUE/NGL configura um gesto de grande coerência, pois desde sempre houve uma grande coincidência de pontos de vista, nomeadamente em temas sociais. O GUE/NGL, de que fazem parte os deputados do PCP no PE, conta, a partir de agora, com 34 membros de oito nacionalidades.

Refira-se que, em Maio do ano passado, Ken Coates participou no comício internacional de Lisboa organizado pelo PCP e, em 1995, aceitou o convite para visitar a Festa do *Avante!*, onde participou num debate sobre Timor-Leste na Cidade Internacional. Aliás, foi sob a sua presidência na Subcomissão dos Direitos do Homem no PE que se realizou, em 1992, uma audição sobre a situação timorense.

## Relatório europeu critica Custóias

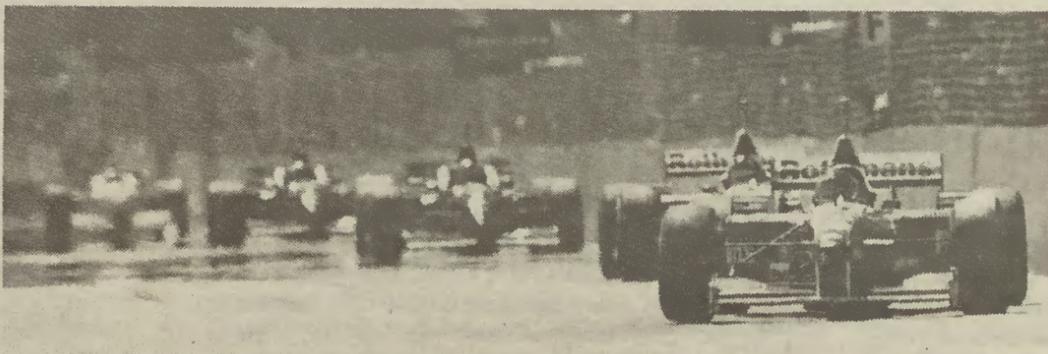
Na sequência de uma visita ao Estabelecimento Prisional do Porto (EPP - Custóias) realizada em 1996 por representantes do Comité Europeu para a Prevenção de Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos e Degradantes (CPT), é tornado público um relatório onde este organismo europeu, referindo-se à cadeia de Custóias, recomenda uma investigação sobre «a natureza e dimensão do problema da violência entre os presos». O Ministério da Justiça português justificou a situação com o «persistente problema de excesso de população» prisional, repetindo medidas avulsas já prometidas e anunciadas como o reforço de pessoal nos serviços da EPP de Custóias e uma lista de projectos de diversos tipos de construção, bem como a continuação de obras em vários estabelecimentos prisionais na região Norte.



## Laboratório português suspenso pelo COI

O Laboratório de Análises de Dopagem e Bioquímica português viu, esta semana, a sua creditação ser suspensa pelo Comité Olímpico Internacional (COI), por manifesta falta de meios humanos nesta estrutura nacional que tem desempenhado a função de, cientificamente, exercer o chamado controlo *do doping* no desporto. A reacção que se conhece das autoridades portuguesas refere apenas que a situação irá ser «regularizada» a curto prazo, permitindo soli-

cular a «recreditação» deste Laboratório português que, recorde-se, durante anos foi um dos 21 laboratórios que integravam a lista restrita dos que dispunham de acreditação total. Nem uma palavra, entretanto, para a persistência de falta de meios humanos na instituição, que sempre teve instalações e equipamentos adequados para as suas funções. O processamento de análises para controlo anti-*doping* no desporto nacional passa agora a ser feito em laboratórios espanhóis.



## Barafunda no autódromo

Em conferência de imprensa, o Ministro da Economia, Pina Moura, anuncia a desistência do Governo em garantir a realização do Grande Prémio da Fórmula 1 no autódromo do Estoril em Março deste ano, afirmando que «fui obrigado a tomar esta decisão em consequência da atitude tomada pela Autodril (...) de sistematicamente, desde 2 de Dezembro, criar obstáculos e impedir a

concretização das obras necessárias, apesar dos compromissos», acusando a Autodril de pretender «assumir o controlo das obras, reservando ao Estado o papel de as pagar» e de «procurar novas contrapartidas para acrescentar às que obteve no acordo global».

Esta súbita decisão tem sido profusamente comentada na imprensa, nomeadamente pelas contradições de todo proces-

so. Há um mês, Pina Moura considerava importante a realização do Grande Prémio da Fórmula 1 em Portugal pela «projectação mediática que dá ao nosso país», justificando assim o escandaloso negócio entre o Governo PS e o grupo Grão-Pará, proprietária da Autodril, o tal «acordo global» referido por Pina Moura e que passou pelo «perdão» de dívidas ao Tesouro, ao Fisco e à Segu-

rança Social avaliadas, por baixo, em mais de 10 milhões de contos, que este grupo económico, encabeçado por Fernanda Pires da Silva, vem há anos acumulando impunemente. Como se isto não bastasse, em princípios de Dezembro passado o ministro Pina Moura deu mais uma grossa fatia dos dinheiros públicos aos interesses da Grão-Pará, subindo as verbas do Estado

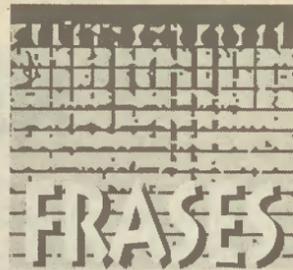
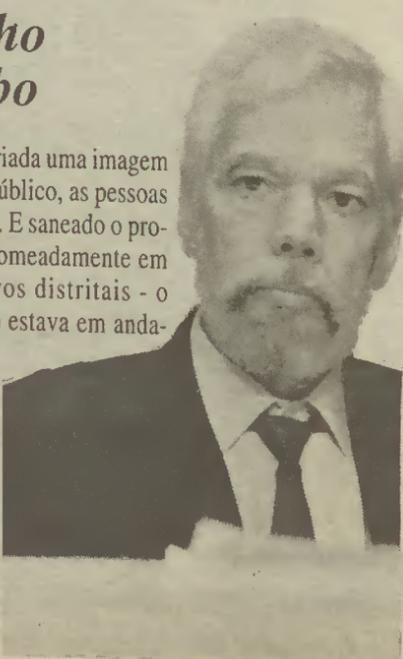
previstas para as obras de melhoria do autódromo de um milhão para 3,2 milhões de contos. Mesmo assim, as obras continuaram paradas, o que criou uma situação tão escandalosamente insustentável, que forçou o ministro a retirar o Governo do processo, embora arcando com todas as despesas já feitas e que ultrapassam largamente o milhão de contos.

## José Mattoso passa testemunho na direcção da Torre do Tombo

Conforme estava previsto desde a sua posse, há quase dois anos, como director do Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (IAN-TT), o professor José Mattoso cessa funções, passando o testemunho ao seu subdirector Bernardo Vasconcelos e Sousa. O historiador retira-se para Mértola, tendo entretanto aceitado fazer parte do futuro Conselho Superior de Arquivos, um órgão consultivo do Ministro da Cultura. Em entrevista ao *Público*, José Mattoso explicou: «Já estava previsto, desde que tomei posse, que não ficaria muito tempo. Sairia quando a casa estivesse arrumada: definidas as políticas do arquivo, reorganizados os serviços, pacificada internamente

a Torre do Tombo, criada uma imagem favorável junto do público, as pessoas certas no lugar certo. E saneado o problema financeiro, nomeadamente em relação aos arquivos distritais - o plano de construção estava em andamento mas os problemas financeiros foram complicadíssimos.

O momento exacto foi combinado com o ministro, para ser conveniente do ponto de vista político.»



“A palavra seriedade aplica-se, aliás, de um modo geral, ao comportamento do EXPRESSO nestes 25 anos. Comemos, com certeza, muitos erros, alguns imperdoáveis; mas foi dominante a intenção de sermos sérios e actuarmos de boa-fé, aliada à preocupação pela qualidade e o aprofundamento dos assuntos”

(Francisco Pinto Balsemão, proprietário-fundador do Expresso, na Edição Especial de 10.1.98)

“Quando, durante dois anos e meio, no início dos anos 80, fui primeiro-ministro de Portugal, o EXPRESSO deu provas de isenção, atacando-me quando entendeu que o devia fazer”

(idem ibidem)

“O EXPRESSO, para ser coerente e sério, precisava também de ser independente do poder político (ou seja, do primeiro-ministro) e do poder económico (ou seja, do accionista maioritário, que era o primeiro-ministro)”

(idem ibidem)

“Os apreciadores do EXPRESSO consideram o jornal credível, sério, completo, isento, independente, verdadeiro, rigoroso, aberto, informado, influente”

(António José Saraiva, director do Expresso, idem)

“Os directores e os jornalistas do EXPRESSO sabem que os leitores esperam deles que não sejam levianos, nem superficiais, nem facciosos”

(idem ibidem)

“O certo é que o EXPRESSO, dividido ao meio, ajudou a levar a AD ao poder”

(Marcelo Rebelo de Sousa, co-fundador do Expresso, idem)

“Precisamente em 1983, o EXPRESSO (...) já não era mais o jornal do centro, do arranque da Democracia, do empurrão ao PSD, da tensão conjuntural”

(idem ibidem)

“Apesar de jornal à esquerda, o EXPRESSO acompanhou o ímpeto reformista dos anos 85 a 90”

(idem ibidem)

“[a quando da campanha eleitoral para Lisboa em 1989] aí o EXPRESSO tentou ser imparcial”

(idem ibidem)

“O EXPRESSO dá sinais, ligeiros em 1991, mais claros a partir de 1992, de que antecipa mudanças no Governo”

(idem ibidem)

“Decorridos 25 anos, recordo que o EXPRESSO surgiu não apenas enquanto projecto jornalístico mas também como forma de intervenção política, uma e outra coisa em evidente ligação com o próprio percurso do seu fundador. Na transparente ambiguidade dessa origem residirá talvez a consistência da forma como o EXPRESSO cruzou as mutações jornalísticas e políticas do último quarto de século português”

(Carlos Carvalhas em depoimento ao Expresso, idem)

“Pensando nestes 25 anos de EXPRESSO [reparto-me] entre o reconhecimento de uma assinalável persistência e capacidade de inovação (ainda que o peso da “instituição” seja crescente) e um considerável desgosto e desacordo com um tão persistente preconceito e discriminação contra as ideias e a corrente política com que me identifico”

(idem ibidem)

## TRABALHADORES



**A** insistência de Teresa de Ávila em ocupar a cadeira da administração é o principal impedimento a que a empresa retome a laboração e comece a cumprir os seus compromissos para com os trabalhadores, os fornecedores e o Estado, que é o principal credor da fábrica de cabos eléctricos.

Trabalhadores mantêm-se nas instalações

# Exigida nova gestão para viabilizar os Cabos Ávila

No momento em que fechávamos a edição, nas instalações de Alfragide mantinha-se a situação que tem sido tratada como *braco-de-ferro* entre aquela gerente e os trabalhadores dos Cabos Ávila, que ainda não receberam os salários de Novembro e Dezembro e o subsídio de Natal, bem como retroactivos de Janeiro, Fevereiro e Março do ano passado. Alguns também não receberam parte do subsídio de férias e do salário de Outubro. O valor médio da dívida é estimado em 350 contos por trabalhador.

Apesar de desautorizada pela demissão da gerente principal, Ana de Ávila, e pela oposição dos restantes familiares-herdeiros, Teresa de Ávila continuava barricada nas salas da administração. Os trabalhadores, em horário normal e em piquete

durante a noite, também não estão dispostos a abandonar a fábrica. Nas instalações mantêm-se igualmente um elevado número de homens do Corpo de Intervenção da PSP.

Mesmo nesta fase mais aguda do conflito - iniciada no dia 7, quarta-feira -, o Governo tem-se mostrado renitente em intervir, apesar de os trabalhadores e o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas exigirem há meses a sua actuação.

## Dificultar no que puder

Durante esta semana, deslocaram-se várias vezes à empresa o Inspector-Geral do Trabalho e o director do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, que intervieram por solicitação dos trabalhadores. Foi com o IDICT que o sindicato acordou uma solução para fazer face às dificuldades económicas dos 230 trabalhadores dos Cabos Ávila e suas famílias: recorrer

à lei dos salários em atraso, suspendendo a prestação de trabalho mas mantendo o vínculo laboral e a disponibilidade para retomar a laboração, para poderem receber um subsídio da Segurança Social.

Mesmo esta solução foi dificultada por Teresa de Ávila, contra quem a IGT anunciou que vai levantar um auto, face à recusa em comprovar a existência de salários em atraso.

Os trabalhadores tentaram entregar os documentos destinados a pedir a suspensão da

prestação de trabalho, mas foram impedidos de o fazer na portaria da fábrica. Os papéis ficaram então na posse da Inspecção-Geral de Trabalho, que irá comprovar a situação de salários em atraso e levantar o respectivo auto, disse à Agência Lusa o Inspector-Geral de Trabalho. Mota da Silva disse não haver qualquer obstáculo à saída de Teresa de Ávila das instalações da fábrica, tendo mesmo convocado a administradora, sexta-feira, para uma reunião à qual não compareceu.

Num plenário que realizaram segunda-feira, os trabalhadores decidiram permanecer na fábrica enquanto ali estiver Teresa de Ávila e enquanto não for encontrada uma solução que viabilize a empresa, através da nomeação de uma nova entidade gestora.

O Inspector-Geral de Trabalho denunciou no dia 8, num comunicado também subscrito pelo presidente do IDICT, a falta de colaboração da gestão da fábrica, que apenas há uma semana possibilitou o primeiro contacto directo com a administradora. Referindo que a IGT acompanhou as situações de incumprimento da legislação do trabalho, em particular a falta de pagamento de salários, na empresa, os responsáveis daqueles organismos notam que não têm competência para resolver outros aspectos, como o desentendimento entre os sócios da empresa e os defeitos da gestão.

## O Natal das bandeiras negras

Noutras ocasiões, os trabalhadores dos Cabos Ávila foram forçados a recorrer a formas de luta, para exigirem o respeito pelos seus legítimos direitos e para garantirem o futuro da empresa e dos postos de trabalho. Desta vez, com uma pronta intervenção do Governo, poderia ter-se evitado que este fosse o Natal mais amargo dos que trabalham nos Cabos Ávila. A 28 de Novembro - último dia útil daquele mês -, quando foi anunciado que não haveria dinheiro para pagar salários, os trabalhadores paralisaram espontaneamente. Durante uma semana, Teresa de Ávila não apareceu na empresa.

Na terça-feira, dia 9 de Dezembro, os trabalhadores deparam com os portões fechados. A Inspecção do Trabalho comprovou no local as circunstâncias deste encerramento e, durante esta semana, anunciou que vai participar ao Departamento de Investigação e Acção Penal a ocorrência de *lock-out*. A preocupação marcou o mês de Dezembro e ensombrou o Natal dos trabalhadores, situação denunciada com faixas e bandeiras negras a quem passava na «recta dos Cabos Ávila» naqueles dias.

No início do novo ano foi retomada a luta dos trabalhadores, que a 6 de Janeiro se deslocaram à residência do primeiro-ministro, para novamente reclamar do Governo uma intervenção que pusesse cobro aos desmandos de Teresa de Ávila. Na manhã seguinte, os primeiros operários a chegar aos portões da fábrica impediram a saída de uma viatura carregada por um grupo a mando da auto-administradora. Mais tarde, quando também os familiares de Teresa de Ávila foram por ela impedidos de entrar nas instalações, os trabalhadores forçaram a passagem e foram com aqueles até junto da misteriosa carga... que, como logo se descobriu, estava pronta para sair em tais condições que os herdeiros avançaram com uma participação por furto.



Fez ontem uma semana que os trabalhadores dos Cabos Ávila decidiram não deixar as instalações entregues a Teresa de Ávila e manter-se ali em permanente acto de vigilância e protesto

## TRABALHADORES

# CGTP defende Segurança Social

## «Livro Branco» para dar grandes receitas aos privados

A Comissão do Livro Branco da Segurança Social foi criticada segunda-feira pela CGTP-IN, que considera que as alternativas ao sistema a apresentar por aquele organismo nomeado pelo Governo assentam em «pressupostos duvidosos».

Em conferência de imprensa realizada na União de Sindicatos do Porto, Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da Intersindical, afirmou que a reforma da Segurança Social projectada pelo governo «irá destruir todo o sistema existente».

No dia em que teve início uma semana de acções da CGTP sobre este tema, a nível nacional, a dirigente sindical criticou «o fim do princípio de que todos têm direito à Segurança Social e que as pensões de reforma sejam reduzidas e criadas pensões privadas obrigatórias a partir de determinado nível de rendimentos».

«Desta forma, a Segurança Social perderia para o sector privado as contribuições dos trabalhadores com maiores rendimentos, o que resultaria em grandes quebras de receitas. Isto seria desastroso!», acrescentou a dirigente sindical, citada pela Lusa, destacando que «a selectividade do sistema não é solução».

A sindicalista acrescentou

que «parte da Comissão concluiu exactamente o que o capital financeiro queria: que é preciso reduzir os direitos da Segurança Social, criando assim uma fonte de lucro para as seguradoras».

Opondo-se a tal perspectiva, a CGTP promove durante esta semana uma série de plenários em empresas e debates públicos «para esclarecer os principais visados nesta matéria - os trabalhadores - sobre o que se passa e sobre as medidas a tomar para que a reforma, tal como está definida, não ande para a frente».

«Trata-se de uma semana de luta em defesa da melhoria da Segurança Social, que, ao contrário do que a Comissão quer fazer crer, está muito boa de saúde», acrescentou Maria do Carmo Tavares, que anunciou para Abril, em Lisboa, uma conferência sindical sobre o tema.

Nas acções desta semana, a CGTP está a distribuir um documento sobre as principais conclusões da Comissão do Livro Branco da Segurança Social,

denunciando o aumento do período de garantia para obter a pensão de velhice, de 15 para 25 anos, e que, numa carreira contributiva máxima, a pensão mais alta passe a ser de 70 por cento, ao contrário dos actuais 80 pontos percentuais.

### Propostas para melhorar

Numa nota da União dos Sindicatos de Setúbal, em que se dá conta das iniciativas agendadas no distrito, apontam-se as principais propostas e reclamações da CGTP para «a consolidação do sistema de Segurança Social, não a sua destruição»:

– melhorar o poder de compra de todas as pensões de reforma, com aumentos mais elevados nas pensões mínimas e de montante mais baixo;

– aproximar a pensão mínima do regime geral do valor do salário mínimo nacional;

– prolongar o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego para desempregados de longa duração com mais de 50 anos de idade e de acordo com os anos de contribuição;

– antecipar a reforma completa para os trabalhadores que o



Para a CGTP, a Segurança Social deve manter-se como um direito de todos, embora o negócio das seguradoras exija um sistema com princípios elitistas (foto de arquivo)

pretendam, desde que tenham completado a carreira contributiva (40 anos de descontos);

– revogar a exigência de um prazo de garantia ou um índice de profissionalidade para acesso de crianças e jovens ao subsídio familiar.

A USS/CGTP chama a atenção para o facto de o Relatório Final da comissão do Livro Branco tornar claro, «por um lado, que é inteiramente falsa a

ideia catastrofista da falência do sistema e, por outro lado, que o que se visa com o alarmismo e as propostas de plafonamento é abrir caminho aos interesses privados».

«Quanto ao aspecto essencial da questão, que é o da recuperação das receitas, quer de dívidas das empresas, quer de dívidas do Estado pelo incumprimento da Lei de Bases da Segurança Social, que segundo

alguns cálculos atingem já 6 mil milhões de contos (suportados pelas contribuições dos rendimentos do trabalho) nada se adianta de concreto» - protesta a União, que para ontem agendou a entrega de um dossier sobre Segurança Social.

Também para ontem e no quadro da semana da CGTP, a União dos Sindicatos de Lisboa anunciou duas sessões públicas na Praça da Figueira.

## Em três empresas têxteis da Beira Alta Ameaçados 1200 postos de trabalho

Cerca de 1200 postos de trabalho estão em risco em três empresas do sector têxtil sediadas em Gouveia (Têxtil Lopes da Costa), em Vodra, Seia (Vodratex) e na Guarda (Gartextil).

A denúncia foi feita na semana passada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta, segundo o qual os problemas que afectam os têxteis se mantêm no início deste ano com incidência naquelas empresas, apontadas como as três maiores da região.

O sindicato, em comunicado referido pela Lusa, explica que, no caso da Vodratex, foi mantida por mais 90 dias a suspensão de trabalho a cerca de metade dos trabalhadores, dado que «ainda não está concluída a situação para a viabilização da empresa, havendo um compromisso do Ministério da Economia para resolver até finais de Março esta problemática».

Relativamente à Gartextil, afirma que os trabalhadores receberam apenas 30 contos de subsídio de Natal, devendo ter sido realizada na passada segunda-feira, dia 12, a Assembleia Geral de Credores.

Os trabalhadores da TLC, de Moimenta da Serra/Gouveia, entraram em greve desde o início do ano, reivindicando o pagamento de salários em atraso, relativos a Novembro e Dezembro, e do subsídio de Natal.

### Lordelo

Os 150 trabalhadores dos primeiro e segundo turnos da Fábrica de Tecidos Carvalho (no Alto da Ribeira, Lordelo, concelho de Guimarães) entraram em greve no primeiro dia útil deste ano, exigindo a correcta aplicação da Lei 21/96.

Ao anunciar a paralisação, o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes adiantou que esta decisão dos trabalhadores se prendeu com o facto de a administração ter decidido descontinuar nos salários de Dezembro o equivalente a 2,5 horas por semana - pois o pessoal daquela fábrica começou a cumprir o limite legal de 40 horas.

## Sindicatos de Coimbra pedem mais justiça fiscal

A União dos Sindicatos de Coimbra condenou sábado a política fiscal do Governo e exigiu uma reforma que introduza mais justiça e contribua para a diminuição das desigualdades sociais.

«A actuação do governo traduz-se apenas por medidas avulsas, sem acrescentar algo de fundo, adiando a reforma fiscal para a maior justiça fiscal que os trabalhadores e os portugueses em geral exigem», considera o Secretariado distrital da estrutura.

Numa nota citada pela Lusa, a USC/CGTP-IN alerta para «as gritantes injustiças do sistema fiscal», com os rendimentos do trabalho «sempre tributados, enquanto outros não pagam impostos ou pagam taxas muito inferiores às que são suportadas pelos trabalhadores».

«Os impostos são pagos quase na sua totalidade pelos trabalhadores assalariados, constatando-se que duas em cada três empresas não pagam sistematicamente qualquer imposto, os empresários pagam impostos irrisórios face aos rendimentos reais que auferem», frisa a União.

Na nota, é referido que o movimento sindical tem apresentado um conjunto de princípios e propostas no sentido do desagrevamento fiscal dos trabalhadores por conta de outrem. «Até ao momento, não houve resposta concreta a tais propostas e algumas iniciativas que poderiam trazer mais justiça fiscal têm sido sistematicamente boicotadas por parte dos lobbies instalados», acusa a União dos Sindicatos de Coimbra. Reconhecendo «alguns esforços desenvolvidos no sentido do combate à fraude e evasão fiscal», a USC considera que «poderiam ser ampliados se a administração fiscal

fosse dotada com os meios materiais e humanos de que carece».

### Continente

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Coimbra congratulou-se com o desfecho de um processo em que acusava o Continente de incumprimento da legislação laboral no hipermercado da cidade.

Segundo o CESC/CGTP, estavam em causa o exercício de direitos sindicais e alterações abusivas de folgas. «Desejamos com sinceridade que, abertas as portas do diálogo, os problemas possam ser resolvidos directamente sem recurso às entidades fiscalizadoras», refere o CESC, numa nota distribuída, segunda-feira, aos trabalhadores da loja.

Joaquim Serrão, dirigente do sindicato, disse à Lusa que a informação aos funcionários sintetiza as conclusões de uma reunião realizada, há uma semana, na delegação de Coimbra da Inspeção de Trabalho, em que o Continente se comprometeu a disponibilizar uma sala, com carácter permanente, para o trabalho sindical. Além do reconhecimento de outros direitos sindicais, concluiu-se, de acordo com o CESC, que «são ilegais as transferências de folgas para 25 de Dezembro (ou para 1 de Janeiro ou 1 de Maio, dias de encerramento da loja)».

Na reunião, realizada no dia 5 de Janeiro, na sede de Coimbra do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, participaram responsáveis do Continente, do CESC e do IDICT - Ministério do Trabalho.



Só com a luta os trabalhadores têm conseguido defender as empresas, os postos de trabalho e os direitos (foto de arquivo)

## TRABALHADORES

# Frente Comum repudia «negociata» na Administração Pública

Já na madrugada de sábado, o Governo deu por terminada a «marcha das décimas», estabelecendo para 1998 uma actualização de 2,75 por cento, que deixou o índice 100 em apenas 55 300 escudos e precisou ser disfarçada com retoques defeituosos no regime de carreiras.

Para este desfecho, o ministro Jorge Coelho e a secretária de Estado Manuela Arcanjo contaram com o acordo do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e da Fesap/UGT, que lhes bastou para considerarem o resultado «uma vitória», por não ter sido aceite «apenas» pela Frente Comum de Sindicatos - estrutura que engloba três dezenas de sindicatos e federações, filiadas na CGTP e independentes, representantes de mais de 80 por cento dos trabalhadores do Estado sindicalizados.

Numa primeira reacção - em que se afirma a necessidade de «uma análise mais aprofundada e uma tomada de posição em Coordenadora ou Cimeira de Sindicatos, a convocar proximamente» - o Secretariado da Frente Comum comenta aquele resultado «previsível» como

«consumação da “negociata” entre o Governo, a Fesap e o STE».

A «negociata» é-o por duas razões: «o Governo fez com estas estruturas um acordo de pacote em que misturou matéria de um outro pacote (as carreiras do Acordo de 1996, cuja negociação deveria ter encerrado a 31 de Outubro de 1997) com a actualização salarial de 1998», com o objectivo de «tentar branquear os baixos valores dessa actualização»; e «em reuniões prévias entre as referidas estruturas sindicais e o Governo foram garantidos os acordos para a reunião de 9 de Janeiro».

Perante isto, a Frente Comum refere que reuniu com o Governo «numa sala exígua, sempre com a permanência constante de um agente da PSP no curto corredor que dava

acesso à mesma» e conclui que «as longas horas passadas na Presidência do Conselho de Ministros, metade das quais foram sucessivos intervalos e suspensões decididos pelo Governo, mais não serviram do que para dar a aparência de que se estava a realizar um esforço negocial para atingir um acordo que, à partida, já estava garantido».

## Reivindicações mantêm-se

Para o Secretariado da Frente Comum, «o desfecho deste processo negocial deve merecer o repúdio das organizações sindicais». Na nota distribuída segunda-feira afirma-se que continuam actuais e por resolver as reivindicações centrais apresentadas e os compromissos assumidos pelo Governo há 2 anos, designadamente, o combate aos baixos níveis salariais e a eliminação da diferença entre os valores do índice 100 e do salário mínimo nacional, a correcção das injustiças e

a superação dos problemas de estagnação nas carreiras.

Na última reunião, a Frente Comum registou a comunicação de «três arredondamentos» da proposta salarial do Executivo, de 2,65 para 2,7 e, por

fim, 2,75 por cento, o que levou os representantes sindicais a reiterar que não estavam na disposição de discutir décimas. As propostas governamentais sobre carreiras só foram conhecidas na manhã de

dia 9, o que não impediu que os dirigentes da Frente Comum apontassem «diversas incongruências, deficiências e incorrecções», propondo que a discussão sobre esta matéria não fosse encerrada.

## Enfermeiros preparam greve de dois dias

Os sindicatos dos enfermeiros ratificaram a greve marcada para 29 e 30 de Janeiro, das 8 às 24 horas, como forma de protesto por a ministra da Saúde não ter ainda apresentado uma contraproposta negocial.

O período preciso de greve foi estabelecido quinta-feira passada, durante uma reunião da Comissão Negociadora Sindical (que integra o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira).

Margarida Costa disse à Agência Lusa que o período da madrugada não será abrangido pela greve “porque já funciona habitualmente com o número mínimo” de profissionais.

Aquela sindicalista garantiu que durante o dia também serão sempre assegurados os serviços mínimos de urgência e internamento.

A Comissão Negociadora reuniu-se quarta-feira, dia 7, com a ministra da Saúde e representantes das secretarias de Estado do Orçamento e da Administração Pública. Nessa reunião, e face ao prazo dado pelos sindicatos (14 de Janeiro), o Ministério pediu mais tempo para analisar as propostas apresentadas pelos representantes dos enfermeiros a 25 de Junho de 1997, o que os sindicatos consideraram como absurdo.

As principais reivindicações dos enfermeiros relacionam-se com a grelha salarial e com a

formação. Defendem a necessidade de mais profissionais e esperam que o Ministério da Saúde dê orientações às escolas de enfermagem para que se criem mais cursos por ano.

Os enfermeiros pretendem ainda que lhes seja dada a possibilidade de atingir o topo da carreira técnica e técnica superior, tendo em conta as habilitações que possuem e de modo a ficarem em condições de igualdade com os demais trabalhadores da Administração Pública.

De acordo com Margarida Costa, a greve poderá ser desconvocada a qualquer momento, “caso a ministra apresente uma contraproposta”. O pré-aviso de greve deverá ser entregue até amanhã.

## Patrões farmacêuticos geram descontentamento

Para dia 29 está a ser preparada uma jornada nacional de luta dos trabalhadores da indústria e comércio farmacêuticos, sector onde as associações patronais mantêm «uma prática miserabilista, caracterizada por uma despidorada intransigência e pela mais desmedida ganância».

A informação foi dada publicamente pela Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, num folheto que distribuiu à população de Lisboa na semana passada, junto ao edifício Grão Pará. Aqui decorreram, no dia 8, negociações entre a Fequifa/CGTP e os representantes da Apifarma e Groquifar, que

foram acompanhadas por uma concentração de trabalhadores e sindicalistas.

Segundo o comunicado, as associações patronais «obstina-se na recusa de negociar cláusulas da maior importância para os trabalhadores deste sector, tais como formação profissional, higiene e segurança nos locais de trabalho, redução do tempo de trabalho, período de férias, diuturnidades e carreiras profissionais».

Os representantes patronais, acusa a Fequifa, «pretendem restringir as negociações a matéria salarial e, mesmo neste domínio, não querem ir além de um mísero aumento», que osci-

laria entre 24 e 64 escudos por dia.

A federação recorda que, «em média, por ano, as vendas anuais de medicamentos crescem mais de 10 por cento», atingindo 350 milhões de contos em 1996, e sublinha que «não existe outro sector de actividade no nosso País que registe uma evolução tão favorável nas taxas de crescimento de vendas e de lucros». Neste contexto, a Fequifa considera «um escândalo» que sejam impostos aumentos brutais nos preços dos medicamentos e que seja apresentada uma proposta salarial com valores tão baixos como a subscrita pela Apifarma e a Groquifar.

## Plenário na EMEF admite mais protestos

Reunidos sexta-feira em plenário, na Figueira da Foz, os trabalhadores da EMEF (empresa do grupo CP responsável pela manutenção de equipamentos) lançaram um ultimato ao conselho de gerência da CP e ameaçam realizar uma manifestação nacional junto do Ministério do Equipamento, em Lisboa.

Os trabalhadores exigem que o conselho de gerência da CP revogue o despacho que acusa a unidade de manutenção de ser, em parte, responsável pelos últimos acidentes ferroviários registados no País. “Se não houver uma resposta positiva durante a próxima semana, há uma novo plenário marcado para dia 20, para delinear uma iniciativa nacional”, disse à Lusa o dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, Américo Leal.

Nesta série de reuniões e plenários nos locais de trabalho, tem sido encarada a possibilidade de efectuar uma deslocação de trabalhadores a Lisboa, para protestar contra o possível encerramento da oficina da Figueira da Foz.

O ministro do Equipamento, segundo a agência, garantiu também dia 9 a manutenção da EMEF na Figueira da Foz, com os seus cerca de 250 postos de trabalho. Semelhantes garantias foram expressas pelo Governador Civil de Coimbra a uma delegação de trabalhadores e dirigentes sindicais, que se deslocaram à representação do Governo no distrito depois do plenário na Figueira. Mas os trabalhadores desejam ver as garantias verbais expressas em acções concretas.

## Regina de novo em luta

Os cerca de 270 trabalhadores da Fábrica de Chocolates Regina iniciaram uma greve espontânea a 30 de Dezembro, exigindo que até hoje seja feito o pagamento dos salários em atraso (Dezembro) e dos subsídios de férias e de Natal.

Em plenário realizado segunda-feira, o pessoal analisou um documento apresentado pelo Ministério do Trabalho e afirmou-se disposto a levantar a greve se um conjunto de condições forem aceites pelo Governo e pela administração da empresa. Nos nove pontos da proposta aprovada pelo plenário incluem-se:

- o pagamento a todos os trabalhadores do resto dos salários de Dezembro, até 15 de Janeiro;
- o pagamento integral dos dias em que os trabalhadores estiverem paralisados, mesmo sem pré-aviso de greve;

- reter para pagamento dos salários de Janeiro as verbas que, até final do mês, venham a ser obtidas com a laboração da matéria-prima existente;

- exigir garantias, perante o Ministério do Trabalho, de continuidade da empresa e conservação dos postos de trabalho, bem como de qualidade da produção;

- destituir de qualquer cargo na empresa o administrador Alberto Barbosa dos Santos.

Ressalva-se no documento que, caso a empresa, depois de um levantamento da greve que venha a ser permitido pela aceitação da proposta do plenário, não venha a cumprir com o proposto, a paralisação será imediatamente retomada.

Esta proposta deveria ser discutida ontem entre representantes dos trabalhadores e do Ministério do Trabalho.



Os atrasos no pagamento de salários trouxeram os protestos para a rua no Natal de 1995 (foto de arquivo)

# Sinistralidade laboral PCP reclama plano de emergência

Urge alterar a situação «da prevenção dos riscos profissionais e da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais», diz a Comissão para as Questões da Saúde Ocupacional do PCP, em nota enviada à comunicação social, no passado dia 8 (que a seguir se transcreve). O PCP está particularmente preocupado com o agravamento da sinistralidade laboral e com a passividade manifestada por estruturas da Administração Pública e do Governo. Pelo que reclama «a adopção de um Plano Nacional de Emergência de Prevenção dos Riscos Profissionais e medidas no plano da reparação que enfrentem este verdadeiro flagelo social».

«1. Os trabalhadores portugueses continuam a ser fustigados por uma vaga de sinistralidade laboral que não pára de crescer.

As estatísticas do Ministério da Justiça sobre acidentes de trabalho revelam a existência de cerca de três mortes por dia, média que no ano de 1997 poderá ter sido ultrapassada, atendendo às notícias da comunicação social sobre acidentes de trabalho mortais, nomeadamente na construção civil e obras públicas, pirotecnia e no mar.

Quanto às doenças profissionais, o Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais regista mais de mil novos pensionistas, número significativo que se sabe estar aquém da realidade nacional.

Na origem de tão dramática situação está a incuria de muitos empregadores em relação à prevenção dos riscos profissionais. Incuria que está claramente relacionada com a atitude permissiva e de tolerância de estruturas da administração pública, tanto mais escandalosas quanto as péssimas condições de trabalho em que se verifica um número significativo de acidentes mortais evidenciam comportamentos de profundo desprezo pela vida humana.

A passividade da administração pública abrange tanto as entidades que têm competências no licenciamen-

to e fiscalização das condições de trabalho como as que deveriam criar as estruturas organizacionais adequadas à prevenção dos riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores, e diz também respeito à falta de coordenação das diversas intervenções.

A mesma passividade atinge as entidades com funções de reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais públicas ou privadas, empresas seguradoras, Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais e Caixa Geral de Aposentações.

Não se compreende a passividade patenteada pelo Governo perante tão grave flagelo que origina deficiência e morte e dor e lança na miséria tantos sinistrados e suas famílias, e a falta de vontade política para implementar uma estratégia nacional de prevenção e adequadas medidas de intervenção.

De pouco acaba por servir o actual manancial legislativo pois, por ausência de uma intervenção preventivista e pela inércia e irresponsabilidade, ninguém impõe ou vigia o seu cumprimento.

Também de pouco acabam por servir os acordos sobre riscos profissionais, estabelecidos entre o Governo e os parceiros sociais pois, concebidos como um fim em

si mesmo para efeitos de propaganda, acabam por não ser aplicados e a sua execução por não ser acompanhada.

2. O Livro Verde sobre Serviços de Prevenção nas Empresas, editado pelo IDICT, veio reconhecer, na sua primeira parte, caracterizadora da situação nacional, a gravidade da situação, tal como tem sido repetidamente denunciada através de relatórios e de outras exposições, por diversas organizações e entidades, com destaque para a CGTP-IN e para a comunidade científica e técnicos do sector.

Embora sejam omitidos aspectos relevantes como o volume do trabalho independente (que já ascende a um milhão e cem mil pessoas), do trabalho clandestino e ao domicílio, e do trabalho infantil; apesar da desvalorização da articulação entre as várias áreas, designadamente do trabalho, saúde, justiça, educação, o Livro Verde reconhece o quadro nacional de insuficiências técnicas e organizacionais que existem e assume as dificuldades em cumprir e fazer cumprir a legislação e acordos existentes.

Mas esse reconhecimento da gravidade da situação e da incapacidade que o IDICT tem vindo a patentear, embora tardio, mais faz sobressair a insuficiência e desconformidade das propostas contidas na segunda parte do Livro Verde sobre Serviços de Prevenção nas Empresas por apresentarem um carácter pontual e de âmbito limitado.

3. A lei nº 100/97 que em 31 de Julho passado foi aprovada na Assembleia da República, com os votos contra do PCP e de «Os Verdes», sobre «o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais», veio gorar



As estatísticas sobre acidentes de trabalho apontam para cerca de três mortes por dia, média que pode ter sido ultrapassada em 1997

as expectativas de todos quantos esperavam um novo diploma legal, mais protector dos direitos humanos, socialmente mais justo e economicamente mais razoável.

Recorde-se que durante anos o PCP apresentou projectos de lei na Assembleia da República para alterar ou substituir a iníqua lei que existia sobre reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, para melhorar os níveis das prestações e modificar a filosofia preva-

lente de reparação, que concede o homem exclusivamente na sua função económica (para mais desvalorizada) e que o despreza na sua dimensão humana e social.

Na recente discussão do novo quadro legal, as outras forças políticas - PS, PSD e PP -, cedendo aos interesses do grande capital financeiro e das seguradoras, inviabilizaram as principais propostas que o PCP apresentou para a defesa dos legítimos interesses dos sinis-

trados do trabalho. Mesmo assim os deputados do PCP deram continuidade aos seus esforços em sede da comissão parlamentar, tendo conseguido que fossem introduzidas algumas melhorias pontuais no texto final do diploma.

O PCP tudo irá fazer para que a regulamentação da lei não venha a agravar ainda mais a situação, a fim de evitar que continuem a ser atribuídas prestações de miséria que chegam a lançar sinistrados e suas famílias em situações dramáticas de mendicância, de completa desinserção da vida activa e social, e sem reabilitação médica e profissional.

4. A Comissão para as Questões da Saúde Ocupacional do PCP, ao mesmo tempo que sublinha negativamente a passividade e a falta de vontade política do Governo para enfrentar a situação de elevadíssimos índices de sinistralidade laboral, em particular a mortal, reclama a adopção de uma política e de uma estratégia nacional de prevenção, designadamente através da concretização de um Plano Nacional de Emergência de Prevenção dos Riscos Profissionais. Sustenta a necessidade de urgente adopção de profundas reformas no plano da prevenção, reparação, reabilitação médica e profissional dos sinistrados e da sua inserção no trabalho e na sociedade, que ponham cobro à situação existente de verdadeiro flagelo social. E anuncia que irá promover, proximamente, um debate público sobre uma nova política neste domínio.»

## Junta Metropolitana de Lisboa PCP esclarece

O Gabinete de Imprensa do PCP, «tendo em conta a publicação de notícias menos correctas sobre posições do PCP sobre órgãos da Junta Metropolitana de Lisboa e sobre contactos entre o PCP e o PS», enviou à comunicação social, no passado dia 8, uma nota de esclarecimento do seguinte teor:

«1. Só houve contactos exploratórios entre o dr. Jorge Coelho do PS e Luís Sá do PCP sobre a Área Metropolitana de Lisboa. Não se verificou qualquer acordo sobre distribuição de lugares, mas sim

sobre o enquadramento da candidatura do PS à Presidência da Junta Metropolitana no quadro de uma solução global, democrática e plural. Esta solução deve compreender as quatro vice-presidências da Junta e a Mesa da Assembleia Metropolitana.

2. O diálogo encetado a este nível deverá evoluir, tendo em conta o efectivo equilíbrio de forças em presença e o papel insubstituível dos eleitos autárquicos e dos eleitos do PCP na Área Metropolitana.»

## Sacavém

### PS e PSD preparam aliança

Em conluio com o PSD, o PS prossegue, mesmo após as eleições, as suas manobras de «baixa política», fomentando intrigas e boatos, «procurando lançar suspeições sobre o Executivo da Junta de Freguesia em funções».

A Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP, a quem cabe a denúncia, admite que, com esta postura, o PS procura um pretexto para «ao arripio dos resultados eleitorais» se coligar com o PSD, com vista à constituição do próximo Executivo da Junta de Freguesia.

Assim, a propósito da normal revisão orçamental, o PS, após apresentar uma declaração onde revela «a maior ignorância sobre a vida e a legislação autárquica», abandonou «cobardemente» a sala, acompanhado de Monteiro Afonso, do PSD,

provocando a falta de *quorum* e impossibilitando a resposta do Executivo da Junta e dos eleitos da CDU.

Face, pois, a uma tal conduta, o PCP vem a público afirmar a sua «solidariedade e plena confiança» nos autarcas da CDU em funções, «aplaudindo» a sua decisão de, por iniciativa própria, solicitarem um inquérito à sua actuação e procederem criminalmente contra os eleitos do PS que levantam sobre a mesma suspeitas sem a menor fundamentação.

Por fim, o PCP reafirma a sua disponibilidade para prosseguir o trabalho em prol de Sacavém e da sua população, sublinhando, entretanto, o facto de «haver uma facção no PS que está a procurar artificialmente criar um clima de confrontação com a CDU» para justificar uma aliança com o PSD.

## CAMARADAS FALECIDOS

### António Martins Perdigão

Faleceu recentemente o camarada António Martins Perdigão. O camarada estava organizado na Comissão Local do Bom Sucesso, freguesia de Alverca, concelho de Vila Franca de Xira.

### Joaquim Vieira Cardoso

Com 76 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Joaquim Vieira Cardoso. Pertencia à organização da Freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar.

### José Franklin Fernandes Barroso

Faleceu recentemente, com 81 anos de idade, o camarada Franklin Barroso. Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, esteve preso e foi torturado pela PIDE. Actualmente estava organizado na freguesia do Sacramento, Lisboa, onde desenvolveu actividade partidária até a saúde lhe permitir.

### José Maria Rebelo Rebolo Leão

Com 60 anos de idade, faleceu subitamente, no final de Dezembro, o camarada José Maria Rebelo Rebolo Leão. Foi revisor do Diário de Notícias, tendo participado activamente nas lutas da empresa. Foi dirigente sindical do Sindicato da Imprensa e actual Sindicato dos Gráficos. Apesar de se encontrar numa situação de pré-reforma, continuava a militar activamente no Sector de Empresas da Cidade de Lisboa.

### Mário António de Carvalho

Faleceu no passado dia 31 de Dezembro, com 52 anos, o camarada Mário António de Carvalho, aposentado da APDL. Era membro do Executivo da Comissão Concelhia de Matosinhos, onde assumia responsabilidades na área de fundos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Alqueva

# Uma oportunidade ímpar de combater a desertificação

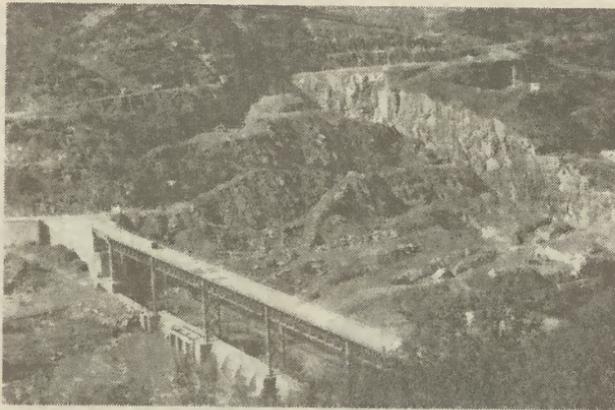
As declarações proferidas pelo primeiro-ministro António Guterres, no passado dia 6, no Alqueva, e as afirmações do ministro da Agricultura, Gomes da Silva, feitas ao Diário Económico, mereceram um comentário ao Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP.

Em primeiro lugar, os comunistas consideram «importante e significativo» que o Primeiro-Ministro tenha reconhecido que o atraso no arranque do Alqueva se traduziu por graves prejuízos para o País e que o Alentejo é merecedor da solidariedade nacional.

Trata-se de afirmações que comprovam «a justeza das propostas há muito avançadas pelo PCP para o desenvolvimento da região» e que, se tivessem sido tidas em conta, teriam feito do Alentejo uma região «próspera e desenvolvida» e não uma região «desertificada e envelhecida» como é hoje.

Entretanto, o PCP quer que fique claro que as ideias avançadas pelo Governo, no sentido de «deixar ao mercado a resolução da errada estrutura fundiária existente e que todos os estudos apontam como um dos principais estrangulamentos ao desenvolvimento da região», comprometem o «racional aproveitamento» dos investimentos em curso e não contribuem para resolver «uma questão estratégica para a região», como é o combate à desertificação através da democratização do acesso à terra.

«Transformar este grande investimento público em mais um prémio de 300 milhões de



O Alqueva pode assegurar o acesso à terra a muitos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores

contos aos grandes proprietários» é, na opinião do OIRA, um «monumental escândalo» e uma «grave ofensa» ao povo alentejano, que os portugueses «não podem deixar de repudiar energeticamente».

O Alqueva, alerta por fim o PCP, constitui uma «oportunidade ímpar» para assegurar o acesso à terra por parte de muitos tra-

balhadores agrícolas e pequenos agricultores, cujas explorações não têm dimensão para assegurar a sua independência económica, e promover a alteração dos sistemas agrícolas, essencial para a eficácia do projecto. Ora, as medidas avançadas pelo governo não asseguram estas possibilidades, razão por que o PCP está em desacordo com elas.

## Marinha Grande PS - dois pesos e duas medidas

O PS e o presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande decidiram não atribuir qualquer pelouro à CDU, desta forma atendendo contra «a vontade expressa nas urnas por quase seis mil eleitores» que deram a esta coligação três mandatos.

A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, a quem cabe a denúncia, lembra ser esta a primeira vez, após o 25 de Abril, que o poder autárquico não é partilhado com outra força política, sendo que nos 14 anos de maioria APU/CDU, «os vereadores da oposição sempre tiveram pelouros na Câmara, mesmo em 1985, quando o PS elegeu só dois vereadores». E que, em 1989, apesar da diferença de 1200 votos, a CDU deu ao PS o vereador a tempo inteiro que este partido reclamava e ainda os pelouros do Desenvolvimento Económico, da Cultura, da Educação e do Turismo, entre outros.

Contrariamente a esta postura, o PS «tem dois pesos e duas medidas» - uma na oposição outra no poder -, diz o PCP, sublinhando que a CDU reivindicou pelouros no Executivo da Câmara para «contribuir activamente para o engrandecimento do concelho» e «ter igual tratamento ao que sempre dispensou ao PS».

Lamentavelmente, o PS pretende concentrar as responsabilidades autárquicas em quatro pessoas, em vez de sete como o sufrágio popular apontou, acusam os comunistas, ao mesmo tempo garantindo que, «nas condições que lhes foram criadas», os vereadores da CDU «saberão ser oposição de esquerda», deles não se devendo esperar «complacência ou silêncio».

## Loures

## Assembleia de Apuramento prossegue trabalhos

O PS «está de cabeça perdida em Loures», diz a Comissão Concelhia de Loures, referindo a postura dos representantes do PS na Assembleia de Apuramento Geral que na passada segunda-feira retomou os trabalhos que ainda prosseguem.

No decurso dos trabalhos, que até ao momento permitiram apurar os resultados eleitorais nas Freguesias da Apelação, Bobadela, Camarate e Caneças para os três órgãos autárquicos - Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal -, os socialistas têm estado «obsessivamente empenhados em criar e alimentar um permanente clima de suspeição e intriga».

A Concelhia do PCP acusa ainda o PS de recorrer «à deturpação dos factos, da lei e à má-fé» para «desesperadamente» justificar as estafadas ameaças de «recontagem» ou «impugnação» das elei-

ções, com que tentam pôr em causa «a escolha do povo de Loures».

São completamente falsas «as insinuações e acusações» do PS, sobre as «pretensas anomalias verificadas nos resultados de algumas freguesias já apuradas», garantem os comunistas, sublinhando que tal matéria é, aliás, «caluniosa e desrespeitosa» não só com as instituições mas também com os membros da Assembleia Geral de Apuramento e em particular com a sua Presidente, juíza da Comarca de Loures.

Por fim, o PCP, denunciando o «inqualificável e inaceitável ambiente de pressão com que o PS pretende condicionar, negativamente, os trabalhos» de apuramento, afirma que «a vitória da CDU em Loures é irreversível» e a única e possível conclusão a retirar do trabalho já realizado.

## Idanha-a-Nova

## CDU quer participar

No concelho de Idanha-a-Nova, a Comissão Coordenadora da CDU procedeu à análise dos resultados eleitorais de 14 de Dezembro e das novas condições do exercício do Poder Local.

A perda pelo PS da presidência da Câmara Municipal e de metade das freguesias do concelho, para além de uma vontade de mudança traduz, na opinião da CDU, o descontentamento da população em relação a um projecto pessoal que, apesar do «aparato» e da mediatização, «não corresponde às grandes carências» do concelho.

A enorme diferença de meios financeiros e a recusa em desenvolver uma campanha-espectáculo contribuíram, por outro lado, para que a CDU não atingisse todos os seus objectivos. Obteve, contudo, um reforço das votações, aumentou o número de eleitos em assembleias de freguesia e manteve o seu representante na Assembleia Municipal. E a «qualidade» da sua campanha serviu para «lançar sementes» com condições para fazer progredir a sua intervenção.

Entretanto, para a CDU, a conquista da Câmara Municipal pelo PSD não corresponde a uma mudança clara na gestão do concelho, tendo esta candidatura, durante a campanha eleitoral, reve-

lado vacilações, falta de propostas fundamentais e falta de experiência autárquica.

Assim, a votação no PS, a par da sua penalização, representa uma «responsabilização» deste partido no sentido de contribuir para o equilíbrio de poderes na Assembleia Municipal, de forma a impedir que a maioria do PSD na Câmara venha a ter o mesmo comportamento da anterior maioria absoluta do PS.

A Coordenadora da CDU em Idanha-a-Nova chama ainda a atenção para o contraste entre a postura dos candidatos da CDU - apresentando programas oportunos e inovadores e revelando um conhecimento profundo das realidades do concelho -, e a campanha do PS e do PSD que, fugindo ao debate e entrando pelo boato e pela difamação, em nada dignificou o Poder Local.

Os eleitos da CDU, diz por fim aquela Coordenadora, vão continuar a colocar a sua experiência e competência ao serviço dos interesses das populações, pautando a sua actuação pela procura de soluções adequadas a cada situação e a cada órgão, não procurando isolar a força política mais votada, pelo contrário, disponibilizando-se a participar nos órgãos executivos e a participar activa e criativamente nas assembleias.

## Faleceu Guilherme Raposo de Moura

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, em nota à comunicação social, manifestou publicamente o seu pesar pelo falecimento, em 9 de Janeiro, do camarada Guilherme Raposo de Moura, militante do Partido desde 1941 e dirigente na Covilhã durante muitos anos.

Guilherme Raposo Moura participou desde o MUD Juvenil na luta antifascista e em todas as campanhas eleitorais que a Oposição Democrática levou a efeito antes do 25 de Abril contra a ditadura. E o seu percurso de militante comunista é, na opinião da DORCB, «uma referência para todos aqueles que abraçaram um ideal de luta pela democracia e por uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem».

Depois do 25 de Abril teve uma importante intervenção na consolidação das liberdades e das conquistas então alcançadas, aliás reconhecida na homenagem que em Junho passado lhe foi prestada. Nas últimas eleições autárquicas, apesar de se

encontrar com a saúde já muito abalada, cumpriu ainda a tarefa de mandatário distrital da candidatura da CDU.

Advogado distinto, Guilherme Raposo de Moura foi dirigente associativo da sua classe e de colectividades da Covilhã, entre as quais o Clube Nacional de Montanhismo, o Clube dos Rotários e o Ginásio Clube.

No seu funeral, que constituiu uma última homenagem a esta grande figura de cidadão e antifascista, incorporaram-se muitos militantes do Partido, nomeadamente membros da DORCB e da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, assim como muitos advogados da Covilhã, Fundão, Castelo Branco e Guarda.

No cemitério da Covilhã, usaram da palavra João Gomes, seu companheiro de profissão e de luta antifascista, António Lopes, membro da Comissão Política do PCP, e o dr. Antunes Ferreira, em representação da delegação da Covilhã da Ordem dos Advogados.

## Homenagem a José Vitoriano

No passado sábado, um animado almoço que juntou mais de 150 camaradas, comemorou no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes os 80 anos do camarada José Vitoriano.

De entre o grupo de camaradas que estiveram na organização deste convívio, destacavam-se algumas dezenas de amigos vindos de Almada, particularmente activos no apoio ao almoço - borrego

com batatas fritas e grelos salteados - que, apesar do elevado número de pessoas e da exiguidade das instalações, decorreu de forma rápida e organizada.

Entre os convivas, a comemorar os 80 anos de José Vitoriano, encontravam-se vários dirigentes do Partido, designadamente Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido.

Antes do almoço terminar, e depois de Aurélio Santos ter

dirigido algumas palavras de felicitações a José Vitoriano, Álvaro Cunhal chamou a atenção para o percurso exemplar de homem e de comunista que desde sempre foi o de José Vitoriano. E, a terminar, Maria da Piedade Morgadinho fez questão de não deixar esquecer o papel que ao lado deste camarada, e na mesma luta, sempre desempenhou a sua companheira Diamantina, também presente.

## Escolas querem mais autonomia

“Reivindicar e lutar pelas melhores e mais consensuais soluções para a consagração de espaços de verdadeira autonomia, de exercício de poderes que só encontram verdadeiro sentido no contexto concreto em que são exercidos, principalmente se respaldados em práticas democráticas de partilha de decisões”, são objectivos definidos pela Fenprof desde o início deste processo em torno das propostas de autonomia e gestão.

A Fenprof sublinha, entretanto, em comunicado agora divulgado, que “autonomia não significa abandono das escolas à sua sorte, que a autonomia tem custos que exige um reforço significativo do financiamento de cada escola ou dos futuros agrupamentos de escolas, que as responsabilidades acrescidas que a estas irão caber têm como contrapartida uma clara assunção das responsabilidades que cabem ao estado relativamente à qualidade da escola pública”.

A Fenprof defende que “o processo a encetar será o de introduzir discriminações positivas no sistema, incrementando recursos nas escolas menos dotadas de condições mínimas de funcionamento, procurando que, no respeito dos diferentes ritmos que as escolas adoptarão, todas elas venham a atingir as mesmas capacidades de desenvolverem, com êxito, os seus próprios projectos educativos”.

## Região Centro — debate entre professores

O Sindicato dos Professores da Região Centro realiza, durante este mês de Janeiro, um conjunto de debates em torno da temática da autonomia, direcção e gestão das escolas.

O comunicado do Sindicato refere que o Ministério da Educação apresentou ao Conselho Nacional de Educação as suas propostas e pretendia legislar após recolha do respectivo parecer.

Mas “os professores e educadores exigem participar neste debate. Nesta iniciativa, a decorrer no distrito de Viseu, estão em discussão as únicas propostas existentes na comunidade educativa — as da Fenprof e as do Ministério da Educação.

Os debates envolvendo professores do 2º e 3º Ciclos e do Ensino Secundário realizam-se em Mortágua, S. Pedro do Sul, Lamego e Viseu. Os dos docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar têm lugar em Santa Comba Dão, Viseu, Lamego, Moimenta da Beira, S. Pedro do Sul e Cinfães.

## Câmara de Almada apoia escolas

A Câmara Municipal de Almada atribuiu uma verba de 13.600 contos, no âmbito do Programa de Apoio Alimentar, destinada a proporcionar uma refeição quente diária a cerca de 13.300 alunos carenciados do concelho.

Segundo um comunicado da autarquia, a verba despendida incide apenas sobre o segundo período do corrente ano lectivo e vai abranger os alunos mais carenciados de 25 escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho.

De acordo com as recomendações da Assembleia Municipal de Almada, e na sequência da ruptura do Plano de Emergência para o Distrito de Setúbal e do Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo — acrescenta o documento —, a autarquia tem vindo a desenvolver aquele tipo de apoio.

Esse apoio consiste na atribuição de um subsídio de 190 escudos e de 95 escudos, por cada dia lectivo, aos alunos carenciados, cujos agregados familiares tenham um rendimento familiar até 25.000 escudos, ou entre 25.000 escudos e 30.500 escudos, respectivamente.

## Informática nas escolas

A revolução tecnológica está a passar ao lado da maioria das escolas, revela um estudo sobre a utilização pedagógica de recursos informáticos em 16 escolas EB23 do concelho do Porto.

“Ao nível domiciliário, a situação é melhor mas também com valores ridiculamente baixos”, refere o estudo. Ao nível das escolas, os responsáveis pelo trabalho concluíram que “o equipamento disponível é insuficiente”.

“Este é colocado em locais específicos e o acesso, já limitado pelo seu número escasso, é ainda dificultado por um sem-número de restrições de controlo”, acrescenta.

O estudo revela ainda que “muitos equipamentos servem populações específicas — clubes ou núcleos de apoio a deficientes — muitas vezes de autonomia limitada e, por isso, duplamente mais remotos ao acesso dos alunos”.

Os dados recolhidos correspondem a uma cobertura de mais de cinco mil alunos que, distribuídos por seis escolas, dispõem de 28 computadores. Isto é, “uma média aritmética de 185 alunos para cada máquina, 29 por cento das quais são exclusivas para alunos do ensino especial, o que agrava ainda mais a média anterior”.

Este trabalho foi elaborado no âmbito do curso “Investigar e Avaliar para uma Melhor Qualidade do Ensino”, no Centro de Formação António Nobre, Porto, em colaboração com a Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas, no âmbito do Projecto de Comunicação Tecnológica para Surdos.

# Fenprof denuncia Concentração de poder na Faculdade de Arquitectura

**A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) exigiu a imediata demissão dos titulares dos órgãos de gestão da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, denunciando uma concentração de poder impeditiva de um funcionamento democrático do estabelecimento.**

Em conferência de imprensa, o secretário-geral da federação, Paulo Sucena, enumerou um conjunto de situações ocorridas na Faculdade de Arquitectura que tornam o clima interno da instituição “insustentável, tanto do ponto de vista da gestão científica como da pedagógica”.

Em documento distribuído à comunicação social, sublinha-se que há já demasiado tempo foi posto em causa “o funcionamento regular da gestão democrática”, ocorrem “graves atropelos à legalidade” e “a qualidade da formação adquirida pelos alunos não corresponde ao elevado nível destes à entrada para a Faculdade”.

Paulo Sucena referiu que, na base destes problemas, está a excessiva concentração de poderes no presidente do Conselho Directivo, Antero Ferreira, que também é presidente do Conselho Científico, e do vice-presidente do Conselho Científico, Tomás Taveira, que é ainda o coordenador de quatro licenciaturas e Director do Centro de Informática.

A Fenprof sublinha que a responsabilidade pela situação criada cabe fundamentalmente a um pequeno grupo de professores catedráticos que detém o controlo da totalidade da escola, onde

se tem destacado a actuação do vice-presidente do Conselho Científico.

“O medo encontra-se instalado entre docentes, estudantes e funcionários não-docentes”, refere o documento da federação, considerando-o como “um dos principais factores impeditivos da ultrapassagem da actual situação por recurso às forças internas da Escola”.

Em causa estão situações como a inexistência de um procedimento disciplinar a um docente que, em Novembro de 1996, agrediu fisicamente um colega em plena sala de aula e a “inexplicável falta de abertura de concursos para preenchimento das vagas do já reduzido quadro da faculdade”.

De acordo com Paulo Sucena, em causa estão também casos como “as ameaças e promessas de reprovação futura, em provas académicas, formuladas pelo vice-presidente do Conselho Científico”, Tomás Taveira, a existência de licenciaturas sem docentes de carreira e de disciplinas sem programas fixados e o desrespeito do procedimento legal exigido para a designação dos relatores dos processos de nomeação definitiva de professores associados.

Na Faculdade, “praticamente não se desenvolvem trabalhos de investigação, de prestação de serviços ao exterior, de produção teórica e científica, de publicação e de verdadeira colaboração com outras instituições universitárias”, denuncia igualmente a Fenprof.

De par da demissão dos titulares dos órgãos de gestão da faculdade, a Fenprof reclama a imediata nomeação pela Universidade Técnica de Lisboa de uma Comissão de Gestão constituída por uma maioria de professores de outras faculdades com o mandato de gerir a escola durante um prazo a fixar, até “ser possível a reposição da gestão democrática”.

A federação exige que seja feita uma avaliação das condi-

ções de funcionamento pedagógico, científico e administrativo da faculdade, a realização urgente de uma inspecção de ensino e de finanças com vista ao apuramento de eventuais irregularidades e a instauração dos processos disciplinares que se venham a justificar.

Por outro lado, a federação vai de imediato pedir audiências — para expor a sua posição — ao reitor da Universidade Técnica de Lisboa, ao Provedor de Justiça, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, ao secretário de Estado do Ensino Superior, ao director do Departamento do Ensino Superior, ao Inspector-Geral de Educação e à Fundação das Universidades Portuguesas.

## Morreu Deniz Jacinto O teatro está de luto

Realizou-se no passado sábado, 10 de Janeiro, em Condeixa-a-Nova, o funeral de Deniz Jacinto, homem de cultura e teatro, conhecido intelectual de Coimbra.

Nascido em Condeixa-a-Nova, a 8 de Janeiro de 1915, Manuel Deniz Jacinto foi uma figura de destaque na história do teatro português, dedicando-lhe praticamente toda a sua vida.

Licenciado em Ciências Matemáticas e em Engenharia Geográfica pela Universidade de Coimbra, foi um dos fundadores, em 1938, do Teatro dos Estudantes (TEUC) desta universidade.

Deniz Jacinto iniciou a sua vida no teatro com 30 anos, quando se juntou ao Grupo Cénico do Fado Académico da Universidade, que viria a dar origem ao TEUC, e foi um estudioso do fenómeno teatral, em particular da tragédia grega e de Gil Vicente.

Em 1933, integrou o Orfeon Académico de Coimbra, do qual foi presidente e, no ano lectivo de 1940/41, dirigiu a Associação Académica da universidade.

Além de encenador, dirigente associativo e investigador, Deniz Jacinto foi também um resistente antifascista e esteve envolvido na luta clandestina contra o fascismo, com militância no Movimento de Unidade Democrática (MUD), Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) e no Sector Intelectual do PCP de Coimbra.

Em 1988 foi agraciado com a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique e em 30 de Novembro de 1996 recebeu as medalhas de Mérito Cultural da Câmara Municipal de Coimbra e do Ministério da Cultura.

Em telegrama de condolências enviado ao filho de Deniz Jacinto, o Presidente da República, Jorge Sampaio, enaltece os “relevantes serviços” à cultura nacional prestados pelo falecido actor.

“Ao longo de uma vida de dignidade cívica, estudo e dedicação ao teatro, Deniz Jacinto prestou relevantes serviços à nossa cultura, que enriqueceu com a sua acção e o seu trabalho de décadas, em tempos difíceis, sempre com a mesma devoção, energia, sentido crítico e inovador”, refere o Presidente da República no telegrama.

O Executivo da Direcção da Organização Regional de Coimbra (DORC) do PCP manifestou o seu sentido pesar, em nota em que se sublinha: “Conhecido homem de cultura e teatro, profundamente ligado à nossa cidade, lutador antifascista de sempre, tendo inclusive estado organizado no sector intelectual de Coimbra do PCP durante os anos quarenta, Deniz Jacinto merece a nossa homenagem como homem que até ao fim se manteve fiel aos seus ideais.”

No funeral, o PCP fez-se representar por Sérgio Teixeira, da Comissão Política, Alberto Vilaça e Jorge Raposo, do Executivo da DORC, e António Dias Lourenço.



## Direitos da criança

A actual directora da Unicef, a jurista portuguesa Marta Santos Pais, deslocou-se de Nova Iorque a Genebra, para lançar a nível mundial o “Manual para a implementação da Convenção dos Direitos da Criança”.

Os direitos da criança e as violações de que são objecto estiveram recentemente em foco em várias conferências internacionais.

O manual visa uma correcta implementação desta importante convenção, que entrou em vigor

em 1989 e que já foi subscrita por todos os países do mundo, com excepção da Somália e dos Estados Unidos.

Estruturada sobre uma análise minuciosa da convenção, nomeadamente no que se refere a educação, trabalho das crianças, justiça juvenil e exploração sexual, a obra divulga inúmeros exemplos e inclui uma “checklist” que permite, a partir de questões muito simples, do tipo sim/não, determinar formas de aplicação da convenção.

## Verdes exigem respostas sobre Quioto

O grupo parlamentar de "Os Verdes" apresentou um requerimento exigindo do Ministério do Ambiente o documento com base no qual o governo português assumiu a defesa do aumento em mais 40% das emissões poluentes do país, na Conferência sobre Alterações Climáticas recentemente realizada em Quioto. "Os Verdes" exigem ainda a divulgação do plano de acção sobre medidas que nos diferentes sectores vão ser tomadas para concretizar os compromissos que o governo português assumiu em Quioto.

Estes pedidos foram feitos após o debate de urgência sobre a Conferência, realizado dia 7 na Assembleia da República por iniciativa de "Os Verdes", e que, como se sublinha em comunicado do seu gabinete de informação, "evidenciou a falta de sustentabilidade na posição portuguesa e a total inexistência de uma estratégia que conduza à redução da poluição".

## CML discute Carta Desportiva

A Carta Desportiva de Lisboa – um instrumento de planeamento previsto no âmbito do Plano Director Municipal – esteve em debate, a semana passada, em reunião da Câmara.

Neste documento está caracterizada a situação desportiva da cidade, através do diagnóstico das infra-estruturas e equipamentos, das estruturas associativas e dos vários agentes desportivos directos ou indirectamente ligados à actividade desportiva.

O objectivo estabelecido para a cidade aponta para uma captação de área desportiva útil de 4m<sup>2</sup>/habitante, o que em termos gerais corresponde a dotar o concelho de 1.282.033 m<sup>2</sup> de novas instalações desportivas, para atingir um total de 2.621.506 m<sup>2</sup> de área desportiva útil até ao ano 2011.

A Carta Desportiva de Lisboa foi elaborada por um grupo multidisciplinar pertencente aos departamentos de Desporto e ao de Estudos e Informação Urbana.

## CPLP Bial de jovens criadores

A I Bial de Jovens Criadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorrerá de 13 a 18 de Abril em Cabo Verde, decidiram os participantes na reunião preparatória do encontro, realizada na capital cabo-verdiana, envolvendo técnicos de departamentos governamentais e de organizações de juventude de Portugal, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

O encontro visa promover o intercâmbio cultural entre os jovens e privilegiar a cooperação entre os países que falam Português.

A organização está a fazer esforços no sentido de a Bial poder realizar-se em simultâneo no Mindelo, ilha de S. Vicente, a segunda maior cidade cabo-verdiana.

Moçambique, Guiné-Bissau e Brasil não participam nos trabalhos por razões diversas, mas estão a ser informados das decisões da reunião e a organização admite que participem na Bial, bem como jovens timorenses, de Timor-Leste ou radicados na diáspora.

A Bial incluirá trabalhos de arquitectura, artes plásticas, design, banda desenhada, moda, ilustração, fotografia, joalharia, cinema, vídeo, dança, música e teatro.

A realização da II Bial de Jovens Criadores da CPLP deverá ser definida na reunião dos ministros da Juventude da comunidade, prevista para Agosto em Lisboa.

## Disposições comunitárias no domínio ambiental

A Comissão Europeia anunciou ter desencadeado mais duas acções legais contra Portugal, por alegado incumprimento no país de disposições comunitárias no domínio ambiental.

Em comunicado, a Comissão de Bruxelas indica que enviou às autoridades portuguesas um "parecer fundamentado" (segunda etapa do "procedimento de infracção" comunitário, que pode culminar com um recurso junto do Tribunal de Justiça da UE), alegando que não foi ainda transposto para a legislação nacional o regulamento que institui um sistema comunitário de gestão e de controlo ambientais.

Até agora, de acordo com o comunicado, "o governo português não comunicou à comissão as medidas tomadas para o estabelecimento do sistema previsto no regulamento e para a designação do organismo competente que deverá ser criado".

Portugal é ainda um dos cinco Estados-membros (a par da Itália, Holanda, Bélgica e Espanha) a quem a Comissão enviou "pareceres fundamentados" por alegadas violações de legislação comunitária relativa à protecção da água. De acordo com um comunicado da Comissão, verificam-se nos cinco países situações de incumprimento das directivas sobre nitratos, resíduos urbanos, tratamento de águas e poluição da água por substâncias perigosas.

## EXPO-98 Presença de Israel em dúvida

O Estado de Israel, que comemora este ano 50 anos, desistiu de participar na EXPO-98, em Lisboa, noticiou a TSF, mas um porta-voz autorizado da Exposição disse à Agência Lusa que a "desistência não foi ainda comunicada oficialmente".

A desistência de Israel, que é dada como quase certa, tem a ver com a situação interna do governo de Telavive, que se dá como uma crise alargada que abrange as próprias comemorações dos 50 anos da independência do País.

Não é esta a primeira vez que a presença de Israel em Lisboa se encontra em perigo. Numa anterior situação, Telavive chegou a comunicar a sua desistência, mas Lisboa conseguiu inverter a decisão e o governo israelita assinou mesmo o respectivo contrato de participação em finais do ano passado. A EXPO-98 abre a 22 de Maio e encerra a 30 de Setembro.

# Pedofilia na Madeira Uma intolerável indiferença

Cerca de vinte associações de defesa dos direitos da criança irão, desde já, aderir ao Apelo Internacional lançado pela CDU da Madeira de denúncia da exploração sexual de crianças e da impunidade para um crime que se arrasta há vários anos, e que hoje já ninguém pode ignorar.

"Confirmaram-se as denúncias publicamente apresentadas, há muitos anos, por diversas entidades. Ficaram mais claras as ligações da Madeira às redes pedófilas internacionais" sublinha o documento, que refere que "foram mostrados filmes pornográficos realizados com crianças madeirenses". Filmes bem actuais – em Outubro de 1997 (há menos de três meses, sublinhe-se), terá sido realizado um dos mais recentes. Filmes onde aparecem "cenas que provam a exploração sexual com crianças de Câmara de Lobos, entre os 8 e os 13 anos". Num deles "uma criança de 4 anos é violada e torturada fisicamente".

Uma realidade irrefutável de que falta, entretanto, "investigar com rigor a dimensão" e os seus "níveis de enraizamento".

Uma investigação que se impõe e terá que vencer resistências, pois "na Madeira, este crime é cometido com impunidade há vários anos", como o Apelo denuncia. Ponto por ponto.

### Impunidade

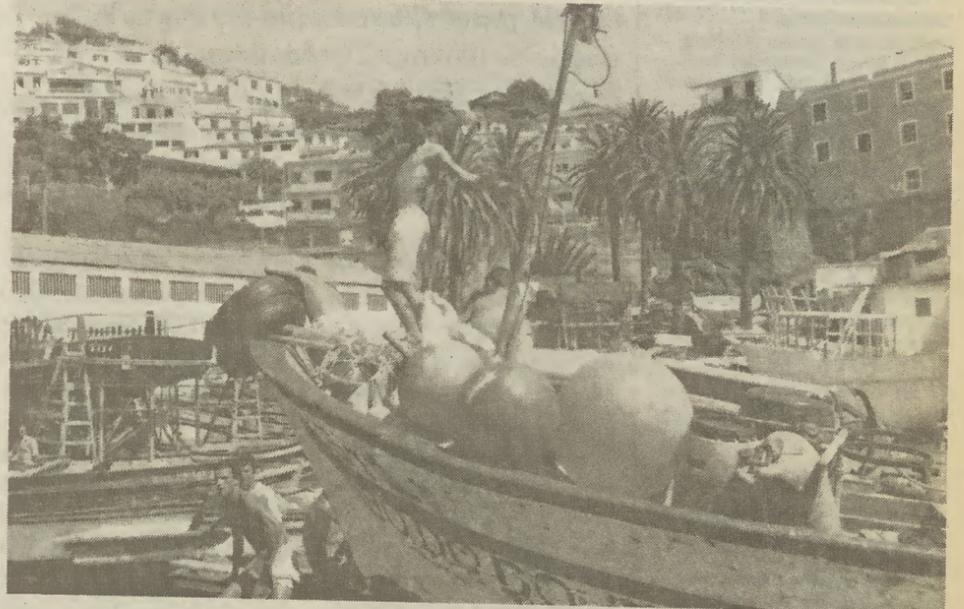
● Já em 1991, a INTERPOL comunicava às autoridades portuguesas casos de abuso sexual de menores, associados a pessoas devidamente identificadas. Não foram tomadas as medidas adequadas de modo a apurar a gravidade do problema, nem foram tomadas medidas para travar este processo e punir os responsáveis implicados. Nem às crianças, nem às suas famílias se atendeu, e persiste este drama humano e social;

● As entidades portuguesas foram depois alertadas para a existência de uma rede pedófila envolvendo crianças em algumas localidades da Madeira. O ministro da Justiça, Vera Jardim, foi informado, em 1996, dos casos de pedofilia que envolviam as crianças da Madeira. Organizações internacionais informaram o ministro e um

alertaram outras consciências para este problema, é estranha a demora quanto ao conhecimento dos prometidos esforços a desenvolver no sentido de apurar os implicados na exploração sexual de menores.

● Neste momento, transparece uma preocupante lentidão e in-

enviado para cerca de 50 organizações – para a totalidade dos sindicatos e a União dos Sindicatos da Madeira, para as várias associações de defesa dos direitos da criança e para o MAC, Movimento do Apostolado das Crianças.



Crianças da Madeira, vítimas da miséria e da exploração sexual

## Apelo internacional

*Estamos convictos de que fazer-se justiça neste caso contribuirá para que nunca mais aconteçam semelhantes situações de exploração de crianças.*

*Sabemos não ser fácil proceder a uma profunda e célere investigação deste problema.*

*Apelamos para que as entidades responsáveis não se deixem vencer pela passividade ou pela inércia.*

*Apelamos para que sejam efectivamente tomadas todas as diligências necessárias no*

*sentido de se dissiparem, inequivocamente, todas as suspeições existentes.*

*Apelamos a que a investigação se faça sem inibições e a verdade possa ser conhecida.*

*Apelamos a um outro respeito pelo superior interesse da Criança e dos seus Direitos.*

A concluir, o Apelo solicita a empenhada intervenção de todos de modo a garantir a Justiça e a celeridade no decorrer deste importante processo de defesa dos direitos das crianças vítimas de exploração sexual.

eurodeputado PSD, António Capucho;

● Durante muitos anos, foram feitos apelos aos governantes da RAM (Região Autónoma da Madeira), ao Ministério Público e às autoridades policiais para que fossem tomadas diligências para se erradicar este grave problema.

Todos os apelos à tomada de medidas para a investigação, análise e resolução do problema da exploração sexual de menores na Madeira não foram encarados com a seriedade exigida. Assistiu-se antes a uma intolerável indiferença;

● Passado algum tempo sobre a divulgação das imagens que

ficácia da parte daqueles que proferiram celeridade na investigação e a imediata tomada de medidas.

### A campanha está lançada

O documento de denúncia da situação e apelo a que medidas sejam tomadas para pôr cobro a este crime - e dirigido ao Presidente da República, Procurador da República e Provedor da Justiça - está a ser divulgado a nível nacional e internacional. Na Madeira foi entretanto

No continente, o Apelo foi enviado para universidades e associações de estudantes, associações ligadas à defesa dos direitos da criança e vários órgãos de informação.

No plano internacional, a preocupação foi, antes do mais, a sua divulgação na Europa – Bélgica, naturalmente, Holanda e Alemanha, tendo ainda sido enviado para alguns países da América Latina, nomeadamente Peru e Argentina.

Um primeiro passo a que outras iniciativas se seguirão.

## Jardins de infância Governo gera instabilidade

"Um Jardim de Infância para funcionar necessita, para além de recursos físicos e materiais, de recursos humanos e, nestes, incluem-se os Educadores de Infância e também os Auxiliares de Acção Educativa". Um facto aparentemente óbvio mas que se impõe relembrar face à situação gerada em torno da prorrogação dos contratos do pessoal auxiliar.

Em comunicado de imprensa, a Federação Nacional dos

Professores refere a "perplexidade e indignação" dos Educadores de Infância e da Fenprof "face ao teor do Decreto-Lei recentemente publicado referente à prorrogação dos contratos do pessoal auxiliar de acção educativa até 30 de Setembro de 1998".

Com o novo enquadramento legal da Educação Pré-Escolar, a colocação dos auxiliares de educação é da responsabilidade dos municípios, mas a sua con-

tratação é feita através de contratos a termo certo, "porque o actual quadro legislativo não permite a inclusão desta categoria nos quadros municipais".

Em vez de alterar a legislação, o governo publica um Decreto-Lei que, "em nome da garantia de continuidade do desempenho das funções pelo pessoal que o assegurou até aqui, prorroga os contratos, não até 31 de Agosto, data em que termina o ano escolar, mas sim

até 30 de Setembro, 15 dias após o início do ano lectivo".

O que, naturalmente, coloca a questão: e depois de 30 de Setembro?

Neste quadro, a Fenprof exige "que sejam tomadas medidas conducentes à verdadeira resolução do problema", e sublinha o papel dos auxiliares de educação, quer como auxiliares de acção educativa quer como "factor de segurança das próprias crianças".

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Pagamento de propinas



O Grupo Parlamentar do PCP requereu a cessação de vigência do decreto-lei que regula o

pagamento de propinas às instituições de ensino superior. Este pedido, apresentado na semana transacta em debate suscitado para ratificação do diploma, resulta do entendimento de que o Governo cometeu um atropelo à autonomia das instituições de ensino superior. Esta é, com efeito, a leitura que o Grupo comunista faz das soluções adoptadas pelo Governo, que, segundo Bernardino Soares, "mal disfarçam a ânsia desenfreada do pagamento das propinas". O deputado comunista acusou ainda o Governo de incrementar uma "política de estrangulamento do ensino superior e de elitização do acesso ao ensino", a qual, alertou, "compromete o futuro do País".

## Lei das Finanças Locais



O líder parlamentar do PCP considerou que pela importância que assume a Lei de

Finanças Locais deveria haver também sobre esta matéria "uma proposta da bancada socialista ou do próprio Governo", tendo em vista a busca de uma solução consensual. Advertiu, no entanto, em declarações veiculadas pela Agência Lusa, que a legislação sobre o financiamento das autarquias, aprovada em Junho passado por todos os partidos da oposição contra a vontade do Governo, "não ficará no congelador". "Entendemos somente que era necessário dar algum tempo para o Governo acalmar", afirmou Octávio Teixeira, numa referência indirecta ao chumbo da proposta de lei de Finanças Locais do Executivo e posterior dramatização feita pelo Primeiro-Ministro e pelo Grupo Parlamentar do PS, que chegaram a invocar uma alegada ausência de condições de governabilidade do País.

## Obras no autódromo



O PCP requereu a presença do ministro da Economia no Parlamento para explicar o fundamento

de estimativas que apontam, segundo informações vindas a público, para um custo de três milhões de contos nas obras a efectuar no autódromo do Estoril. Recorde-se que o anterior titular da pasta da Economia, Augusto Mateus, garantiu que o custo das obras nunca ultrapassaria o milhão de contos, sendo esta discrepância de valores que justifica, na perspectiva da formação comunista, a realização de uma reunião urgente da Comissão de Economia para análise do processo. O deputado comunista Lino de Carvalho, que subscreve o pedido de comparência do ministro na Assembleia da República, manifestou-se perplexo pelo facto de o Governo se preparar para realizar um avultado investimento numa obra que não é do Estado, interrogando-se sobre os interesses subjacentes a esta actuação do actual ministro da Economia.

Regime disciplinar nas escolas  
Discurso do Governo  
desfasado da realidade

O projecto de decreto-lei sobre o novo regime disciplinar nas escolas esteve em debate no Parlamento. A discussão não se confinou aos estreitos limites do diploma, acabando por trazer para primeiro plano outras áreas essenciais do sistema educativo. Neste capítulo, patente ficou como têm sido exíguas as medidas do Governo no sentido de uma escola pública de qualidade. Mas o debate constituiu-se ainda num momento para o PP, de quem partiu a iniciativa de o promover com carácter de urgência, revelar até que ponto vai a matriz reaccionária do seu pensamento.

A concepção de uma escola repressiva marcou, com efeito, de modo profundo, o discurso da bancada do PP, com a sua líder parlamentar, Maria José Nogueira Pinto, a defender, referindo-se aos alunos indisciplinados, que "quem não está sistematicamente predisposto a aprender, não pode ser ensinado".

Explicitando o seu ponto de vista, afirmou mesmo que um aluno nestas condições "é alguém que vitimiza diariamente os educáveis - que são a maioria - e perturba o esforço colectivo que torna possível o funcionamento do próprio sistema". acrescentou.

Para a deputada do PP, a escola fez-se para ensinar a ler, escrever, contar e também se possível para ensinar a raciocinar, a pensar e a referenciar, entendendo por isso que o aluno malcomportado não é uma vítima, mas antes vitimiza os outros - "os que querem educar e os que querem ser educados".

"Quem não cumpre porque não quer cumprir deve ser excluído. Passará assim a sua oportunidade - que todos nós lhe demos e que ele desbaratou - a outro que a mereça igualmente em teoria e, decerto bem mais na prática", disse.

Reagindo a este discurso, Manuel Alegre considerou-o um dos "mais conservadores, reaccionários e mais à direita" que

alguma vez ouviu na Assembleia da República, admitindo que "talvez nem mesmo Salazar tenha levado tão longe o seu cepticismo em relação à natureza humana".

À natureza retrógrada da posição do PP aludiu também a deputada comunista Luísa Mesquita ao assinalar que à mesma está subjacente o desejo de ver incrementada uma "escola repressiva", partindo para o efeito do pressuposto que "o problema fundamental do sistema educativo é a insurreição disciplinar nas escolas portuguesas".

Separando as águas, a parlamentar comunista lembrou que "hoje, em matéria de educação e pedagogia, o objectivo fundamental é assegurar às crianças e aos jovens uma formação que tenha em conta a sua personalidade, o seu futuro e o reforço do respeito dos direitos e liberdades fundamentais".

Um objectivo que todavia ainda está longe de ser cumprido, como assinalou Luísa Mesquita, devido sobretudo à inadequação das medidas adoptadas pelo Governo PS, o que tem permitido, sublinhou, que alguns apresentem "propostas que põem em causa a defesa da escola pública e de qualidade", questionando simultaneamente "o direito à educação e ao ensino em condições de igualdade de oportunidade de acesso e sucesso escolares".



O Governo quer transferir para a escola e para a família todas as responsabilidades na resolução dos problemas

Mas foi na reflexão concreta sobre o conteúdo do diploma que a parlamentar do PCP desenvolveu a sua intervenção, tecendo várias críticas não apenas à metodologia adoptada pelo Ministério da Educação, como à validade pedagógica do texto legislativo em debate.

Verberada, no primeiro caso, foi a falta de informação prévia do diploma aos outros agentes no processo educativo, designadamente aos sindicatos, às associações representativas dos professores, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, ou, como observou, "simplesmente enviar o documento para as escolas, atempadamente".

Quanto à substância do diploma, na perspectiva de Luísa Mesquita, trata-se, no mínimo, de "um texto de literatura surrealista" na medida em que, especificou, "é inconcebível" que, segundo os seus autores, o objectivo de construir uma escola de qualidade "passe sumariamente pela estratégia da normalização das regras de conduta dos alunos, ou pela punição dos mesmo, quando os normativos não forem cumpridos".

Este é, com efeito, um traço marcante no diploma, como o próprio Ministro da Educação reconheceu ao assinalar no decorrer do debate que a proposta do Governo assenta num regime de autoridade e de reforço da mesma.

"Só reforçando a autoridade do professor e dos professores é possível ter um regime de disciplina e essa autoridade resolve-se através do esquema organizativo da escola. Cada escola tem de ter o seu regime disciplinar porque cada escola tem a sua comunidade e os seus problemas", disse.

Mas mesmo ao nível do código de conduta explícito no regulamento da escola existem sérios motivos para duvidar do seu realismo, segundo a parlamentar comunista. Exemplificando, assinalou a passagem no preâmbulo do diploma em que se refere a necessidade de "respostas claras, consistentes e sistemáticas da escola, da família e da comunidade", concluindo a este respeito ser muito problemático encontrar tais respostas nas escolas sem biblioteca, sem espaços próprios para os alunos ou com salas sobrelotadas, nas famílias que se confrontam dia-

riamente com problemas de desemprego, de habitação ou de pobreza, ou nas comunidades onde são inexistentes as instituições especializadas e apetrechadas para enfrentar as consequências dessas situações ou resolver as suas causas.

Em suma, para Luísa Mesquita, existe uma completa "ausência de sentido entre o discurso do diploma e a realidade do País", a que acresce, noutra plano, a deliberada intenção do Governo de "enviar para a escola e para a família todas as responsabilidades na resolução dos problemas", desresponsabilizando-se ele próprio, simultaneamente, "cada vez mais da construção de uma escola pública de qualidade".

O PSD, por sua vez, pela voz de Castro Almeida, fez saber que caso o projecto de diploma seja aprovado pelo Governo avançará com um pedido de ratificação que será acompanhado de uma proposta alternativa. Para a bancada laranja, o documento governamental não só retira ao professor toda e qualquer competência disciplinar como aumenta a burocracia nos processos disciplinares.

Cabos de Ávila  
PCP requer audição  
parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP requereu com carácter de urgência uma audição parlamentar para analisar a situação da empresa Cabos de Ávila. Praticamente paralisada desde finais de Novembro, com salários em atraso, persiste nesta empresa de condutores eléctricos um clima de grande instabilidade, estando simultaneamente em risco o futuro dos seus 230 trabalhadores.

Face à situação difícil em que a empresa se encontra, para a formação comunista, importa que a assembleia de credores - na qual o Estado, enquanto maior credor, tem uma posição maioritária - dote a fábrica de uma gestão competente, capaz de assegurar a sua viabilização.

Na audição parlamentar deverão estar presentes, de acordo com o pedido do Grupo comunista, os ministros do Emprego e Segurança Social e da Economia, bem como as estruturas representativas dos trabalhadores da empresa Cabos de Ávila.



Os trabalhadores não baixam os braços e exigem a reabertura da empresa

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Associações sindicais

## PCP propõe reforço dos direitos

Agendado para a sessão plenária de ontem estava um projecto de lei do PCP que amplia a legitimidade da intervenção judicial das associações sindicais.

Claramente inscrito numa política de reforço dos direitos dos trabalhadores, através do reforço do papel dos seus organismos representativos (as Associações Sindicais) - um objectivo de sempre do PCP, reafirmado na última Revisão Constitucional, através de uma proposta apresentada (rejeitada com os votos contra do PSD) -, esta iniciativa legislativa, na sequência das últimas jornadas parlamentares, assume um especial significado no contexto nacional (e mundial) de desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

Nas vésperas do debate, em depoimento ao "Avante!", a deputada comunista Odete Santos, uma das principais oboeiras do diploma, revela-nos as motivações que presidiram à sua elaboração, bem como as linhas essenciais do seu conteúdo e medidas preconizadas.

O modelo neoliberal da Europa de Maastricht assenta num inconfessado pilar de enfraquecimento das organizações de trabalhadores, como forma de destruição dos direitos dos trabalhadores, tripudi-

ando assim sobre a Europa dos Povos.

Movimentos sindicais fortes e reivindicativos opõem-se, de facto, à desregulamentação do Direito do Trabalho, à flexibilidade e polivalência,



Movimentos sindicais fortes são um sério adversário do neoliberalismo, lembra Odete Santos

à precarização das relações laborais, ao trabalho sem direitos, tudo aquilo que faz parte da ementa neoliberal que serve as guerras entre os blocos capitalistas.

Movimentos sindicais fortes, lutando para que os trabalhadores beneficiem dos factores de progresso conquistados pela Humanidade, são, pois, um sério adversário do neoliberalismo.

Por isso, o mundo tem assistido a tentativas de enfraquecimento das organizações de trabalhadores.

Os novos tempos, tempos de poderosas lutas que se desenvolvem pelo mundo inteiro, vêm demonstrar quão apressados foram os epítáfios que se afixaram nos Movimentos Sindicais.

E provam o insucesso da substituição das Associações Sindicais por mecanismos ditos de Concertação, contendo soluções neocorporativas que bem se encaixam no objectivos políticos da Europa de Maastricht.

Foi este o caminho seguido em Portugal, onde alguns parceiros sociais se auto-intitulam de legisladores com o beneplácito régio do Governo, assim se menosprezando o papel da Assembleia da República; assim se menosprezando o figurino constitucional que assegura às Associações Sindicais - e não a qualquer órgão de concertação social - a parti-

cipação interveniente na elaboração da legislação de trabalho.

Ao mesmo tempo, a nível de legislação sobre uma das matérias mais caras aos trabalhadores - o horário de trabalho - a lei da flexibilidade e polivalência anulando conquistas constantes de contratos colectivos de trabalho, determinando a abertura de novas negociações sobre horários de trabalho com vista à imposição do regime legal da flexibilidade, lançou mais um desafio às Associações Sindicais. A lei é farta em exemplos de tentativas de isolamento dos trabalhadores, através da individualização dos seus interesses.

Estas tentativas surgem, no entanto, ao arripio da luta social pelo Trabalho com direitos, e do inegável papel assumido pelo movimento sindical.

É neste contexto que o Projecto de Lei do PCP sublinha o papel das Associações Sindicais no acesso ao Direito e aos Tribunais, para assegurar os interesses colectivos dos trabalhadores, mesmo em situações em que estão em causa direitos individuais, pela repercussão que o reconhecimento ou a negação de um Direito individual tem sobre o colectivo dos Trabalhadores.

Estão, neste último caso, situações em que se discute a cessação de um contrato de trabalho, a existência e a validade do contrato de trabalho, o horário de trabalho, as férias e descanso semanal, a remuneração e a categoria profissional.

Nestas hipóteses, o PCP propõe que, havendo declaração escrita do trabalhador de que não pretende accionar pessoalmente, a Associação Sindical que o represente possam exercer a acção judicial em sua substituição.

É que nas matérias referidas como exemplo, as normas do direito do trabalho são normas de ordem pública social. Comandos destinados a proteger a parte mais fraca da relação laboral. Disposições destinadas a garantir a estabilidade no emprego, a saúde do trabalhador, a assegurar o direito a um razoável nível de vida, o direito ao repouso e aos lazeres, o direito à protecção da família, o direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, o direito ao trabalho. Ou seja: destinadas a garantir direitos fundamentais dos trabalhadores, elementos estruturantes da Democracia económica, social e cultural, que não se reduzem a meros direitos privados.

No Projecto consagra-se também a legitimidade das Associações Sindicais para proporem acções judiciais em áreas em que manifestamente estão em causa interesses colectivos, como sempre que se trate de direitos e liberdades sindicais, de medidas tomadas pelos empregadores contra representantes eleitos dos trabalhadores, sempre que esteja em causa o exercício do direito à greve, ou sempre que da aplicação de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho resulte diminuição de direitos dos trabalhadores.

É bom recordar, já que este projecto de Lei é o desenvolvimento da Proposta que o PCP apresentou na Revisão Constitucional, que o PS aprovou essa proposta, embora alterando-a.

Dado que o PCP está aberto a alterações ao seu Projecto, nada parece obstar à aprovação do mesmo.

## Diploma do PCP cria

## Lei das Associações de Deficientes

A Assembleia da República aprovou por unanimidade, faz hoje oito dias, a Lei das Associações de Deficientes. Da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, o diploma reconhece direitos e assegura a participação plena e a intervenção das associações de deficientes na definição das políticas e da legislação respeitantes à reabilitação e à integração social das pessoas com deficiência.

Na base desta iniciativa legislativa da bancada comunista está o reconhecimento e a importância por si desde sempre dispensada ao papel das associações de deficientes, as quais, como assinalou o deputado comunista Bernardino Soares, constituem um "veículo fundamental e indispensável para a defesa, a divulgação e o alargamento dos direitos das pessoas com deficiência".

O deputado do PCP entende mesmo que pela sua actividade própria e pelo grau de mobilização dos seus associados para a resolução dos problemas, "são as associações de deficientes o

principal motor da diminuição do fosso que impede a plena integração das pessoas com deficiência na sociedade".

Ora é precisamente no sentido de valorizar e alargar esta capacidade de intervenção das associações na defesa dos direitos e interesses dos deficientes, dotando-as de novos instrumentos, que o projecto de lei do PCP agora aprovado consagra a possibilidade de elas se constituírem assistentes nos processos-crime por violação de direitos da pessoa com deficiência.

Destaque no diploma do PCP merecem ainda as diversas isenções e regalias nele previstas cujo fim é auxiliar as associações de deficientes a suportar os custos do seu funcionamento e actividade.

Um outro projecto sobre a mesma matéria, subscrito pelo PSD, esteve igualmente em debate, sendo considerado por Bernardino Soares "uma síntese empobrecedora do projecto do PCP".

## Alterações climáticas lançam desafio

## Urgem vias alternativas de desenvolvimento

Os problemas ambientais, nomeadamente as alterações climáticas e fenómenos a estas correntemente associados que têm vindo de modo crescente a registar-se um pouco por todo o planeta, concitaram as atenções do Parlamento. A iniciativa partiu do Partido Ecológico "Os Verdes", que agendou o tema sob a forma de debate de urgência, a pretexto da recente Conferência de Quioto. Permitindo sistematizar novos dados e aprofundar a reflexão sobre esta matéria, o debate na semana transacta trouxe simultaneamente a lume as fragilidades do Governo perante um problema que é hoje considerado um dos mais graves e complexos que se colocam à humanidade.

Para Isabel Castro ("Os Verdes"), as medidas capazes de reduzir as emissões poluentes e sustêrem, conseqüentemente, o aquecimento global da Terra, constituem hoje "um desafio sem paralelo" que, em sua opinião,

"não conhece fronteiras", do mesmo modo que "a todos tem de comprometer": "ricos ou pobres, desenvolvidos ou não, a Norte ou a Sul".

O sucessivo adiamento de soluções por força da "lógica dos interesses imediatistas" conduziu, aliás, à "desordem" entretanto instalada, com expressão em fenómenos de "ruptura na Natureza" que Isabel Castro ilustrou dando como exemplos o aumento de temperatura, as tempestades, os tufões, as cheias, as grandes secas ou os brutais níveis de precipitação.

Ora foi neste quadro que a participação portuguesa na Conferência de Quioto teve como nota mais saliente não o compromisso de redução das emissões ou sua estabilização, mas, paradoxalmente, como salientou a deputada ecologista, "o de reclamar para si o direito de aumentar as emissões poluentes em mais 40 por cento".

"Esta atitude é gravíssima e faz cedência ao facilitismo, aos lobbies instalados, a interesses conjunturais", acusou Isabel Castro, que viu ainda nesta postura do Executivo um propósito desresponsabilizador face a "um modelo de crescimento obsoleto e claramente ultrapassado".

Numa abordagem a esta questão, em nome da bancada comunista, também Luís Sá considerou que o problema se coloca não apenas no plano de "redistribuir os direitos a poluir ou até o de vender percentagens dos direitos a emitir gases". O problema é mais vasto, afirmou, situando-o na busca de "vias alternativas de desenvolvimento", com um alcance, especificou, que extravasa o quadro nacional para se situar num plano global.

Mas não se ficaram por aqui as críticas da bancada comunista. Alargando o problema não apenas à redução de emissões de gases mas também às medidas preventivas e cautelares, Luís

Sá colocou ainda a questão de saber se em Portugal existe um estudo global e profundo sobre as conseqüências que as alterações climáticas podem ter na nossa costa, na saúde pública ou nos nossos recursos naturais.

A resposta deu-a ainda Luís Sá ao sublinhar que o "Governo não animou um grande debate nacional sobre estas matérias", como não fez qualquer esforço "para alertar e sensibilizar a opinião pública para soluções alternativas", nem "estudou os perigos possíveis das alterações climáticas no caso português".

Estando em causa "problemas políticos essenciais em torno dos quais se agitam poderosos interesses", como lembrou Luís Sá, é de lamentar, pois, que o Governo não tenha definido "políticas energéticas alternativas" e muito menos tenha uma "política de desenvolvimento sustentado".

"Não se vê uma política de esquerda noutros sectores. Não se vê uma política de esquerda na área do ambiente", concluiu o parlamentar comunista.

# Desemprego na Europa

A polícia francesa pôs fim, na manhã de sábado, às ocupações de cerca de 20 centros de emprego por grupos de desempregados, algumas das quais decorriam há três semanas. Segundo a Lusa, a acção decorreu de forma calma, sem que se tenham registado quaisquer problemas. Os trabalhadores prometeram continuar a sua acção, de forma a chamar a atenção para o problema.

Entretanto, na véspera, o primeiro-ministro Lionel Jospin prometeu desbloquear mil milhões de francos (cerca de 30 milhões de contos) para os desempregados em pior situação.

Segundo uma sondagem realizada sábado pelo «Jornal de Domingo», 77 por cento dos franceses consideram que as medidas anunciadas por Lionel Jospin não serão suficientes para resolver rapidamente o problema dos desempregados.

A mesma sondagem revela, por outro lado, que uma larga maioria (59 por cento) considera que o montante de mil milhões de francos desbloqueado pelo Governo para o fundo de urgência social representa «um esforço financeiro importante». Acresce que 50 por cento dos franceses (contra 47 por cento) dizem «confiar» no Governo para lutar contra a exclusão. A questão da confiança é a que mais divide os inquiridos, revelando a existência de uma verdadeira clivagem entre «esquerda e direita»: 82 por cento dos inquiridos de esquerda têm confiança no Governo, enquanto 76 por cento dos inquiridos de direita têm opinião contrária.

Se os resultados desta sondagem apontam claramente que o

executivo francês continua a beneficiar de um «bónus» na opinião pública, não é menos verdade que revelam, como referia na segunda-feira o editorial do jornal do Partido Comunista francês, «L'Humanité», que «é necessário mudar a escala e o nível estratégico do dispositivo da guerra pelo emprego».

Classificando a intervenção policial para desalojar os desempregados dos centros de emprego «chocante e em vão», o referido editorial faz notar que essa medida contradiz «o espírito de diálogo que anima o Governo», com a agravante de nada resolver, pois o movimento dos desempregados nascido há cerca de um mês não terminará tão cedo, já que o desemprego é um pesadelo que afecta toda a sociedade.

Lembrando que, em 1997, a actividade da Bolsa cresceu 29 por cento, que a capitalização financeira das grandes empresas bateu todos os recordes e que as 400 maiores fortunas francesas 'pesam' 600 mil milhões de dólares, o editorial conclui que «há grão para moer nos silos do capital».

Recorde-se que em França a taxa de desemprego é de 12,4 por cento (3,1 milhões de pes-

soas). Dentro deste grupo, um milhão pertence à categoria de desempregado de longa duração, pelo que já não tem direito a receber qualquer subsídio. Estes indivíduos vivem de ajudas de emergência do Estado, com cerca de 90 contos por mês.

## Kohl reconhece impossibilidade de reduzir desemprego

Na sexta-feira, o chanceler Helmut Kohl reconheceu pela primeira vez não ser possível reduzir para metade o desemprego na Alemanha até ao ano 2000, como foi definido em 1996 pelo seu governo, os sindicatos e as associações patronais. «Tais números não são certamente tangíveis», declarou à margem de uma conferência da direcção da CDU.

Comentando uma estatística segundo a qual 4,5 milhões alemães estavam desempregados em Dezembro de 1997 - um número recorde -, Kohl considerou que estes dados são «absolutamente insatisfatórios».

O chanceler, há 16 anos no poder, justifica este facto com «mudanças dramáticas ocorridas na sequência da reunificação alemã e da globalização à escala mundial», acrescentando que confia que os cidadãos compreendam isso.

Kohl pediu aos parceiros sociais para «fazerem o possível» na resolução da questão do desemprego, mas, entrando aparentemente em contradição com as



O desemprego em França atinge 3,1 milhões de pessoas, sendo que um milhão pertence à categoria de desempregado de longa duração, pelo que já não tem direito a receber qualquer subsídio. É urgente a tomada de medidas, como vem reclamando o movimento dos desempregados em sucessivas manifestações

suas anteriores declarações, mostrou-se satisfeito com a evolução da economia e disse acreditar «firmemente» na subida em três por cento do Produto Interno Bruto.

Em ano de eleições legislativas, Helmut Kohl garantiu que o

seu partido, a CDU, vai prosseguir a coligação com a CSU bávara e com os liberais e manifestou a intenção de manter-se na liderança da Alemanha até ao fim do próximo mandato de quatro anos.

## Sahara Ocidental 1998 Ano da independência

«O ano de 1998 poderá ver nascer em África, no território do Sahara Ocidental, um novo Estado reconhecido pela comunidade internacional: a República Árabe Saharaui Democrática. Tudo irá depender da limpidez, transparência e honestidade com que as Nações Unidas irão preparar e conduzir o processo de consulta à população do território sobre o seu destino e do território daquela que foi colónia espanhola no Magrebe» - quem o afirma é a Associação de Cooperação e Amizade com o Povo Saharaui, num documento divulgado há dias através da Internet.

O texto recorda que o referendo de autodeterminação está marcado para 7 de Dezembro deste ano, e salienta que «para um pequeno povo que há altura do abandono da potência colonial, em 1975, seria em número de pouco mais de 70 mil pessoas, é de fundamental importância a atenção e o acompanhamento que os órgãos de Comunicação Social, a opinião pública e a comunidade internacionais» darão ao assunto.

Em causa está a aplicação do Plano de Paz e os preparativos do referendo, acordados pelo Reino de Marrocos - potência ocupante - e o movimento de libertação nacional saharauí, a Frente Polisário, sob a mediação da ONU. Um processo que contou com a intervenção resolutiva do ex-secretário de Estado norte-americano, James Baker, na qualidade de enviado pessoal do secretário-geral das Nações Unidas, abrindo caminho à autodeterminação daquela que é hoje a mais antiga colónia no território africano.

James Baker veio a ser substituído por Charles F. Dunbar, o novo representante especial das Nações Unidas para o Sahara Ocidental. Especialista em questões do Médio Oriente, Charles Dunbar foi embaixador no Afeganistão, no Qatar e no Yemen, tendo sido responsável pelo «dossier» do Afeganistão na Secretaria de Estado dos EUA, onde trabalhou durante 31 anos. No início da sua carreira diplomática, Dunbar trabalhou em diversas representações diplomáticas dos EUA, nomeadamente, em Teerão, Argel, Rabat e Nouakchott. Fala fluentemente o francês, o árabe e o persa e preside, desde 1993, ao Cleveland Council on World Affairs.

Fundamental para levar a cabo o processo de paz é a realização do recenseamento eleitoral.

Segundo um porta-voz da MINURSO - força da ONU para o Sahara Ocidental -, estão actualmente em funcionamento seis centros de identificação: dois em El Aiun, capital do Sahara Ocidental ocupada, um em Smara, a cidade santa situada a norte do território, um em Tan-Tan (no Sul de Marrocos), um no campo de refugiados de Smara, e um no campo de Dakhla. Ao longo das últimas semanas, desde o dia 3 de Dezembro, apresentaram-se nos centros de identificação 8.992 candidatos a integrarem os cadernos eleitorais dos 12.000 convocados. Até ao momento, o número total de pessoas que passaram pelo processo de identificação é de 69.104, faltando trabalhar cerca de 150.000 pedidos de identificação.

## Unesco pede moralização da venda de armas

O director da Unesco apelou recentemente ao fim das vendas de armas que possam vir a «consolidar regimes arbitrários, cometer acção terroristas ou violações dos direitos humanos». «É preciso evitar o tráfico de armas convencionais que escapa a qualquer controlo nacional ou internacional e cujos destinatários são em grande medida países onde o respeito pelos direitos do Homem tem graves insuficiências», acrescentou Federico Mayor, que defendeu a criação pela ONU de um código de conduta que regulamente as exportações de armamento.

## Sismo na China

No sábado passado, o norte da China foi abalado por um sismo de 6,2 graus na escala de Richter, que provocou a morte a 47 pessoas e ferimentos em mais de duas mil. Setenta mil casas foram destruídas ou ficaram danificadas numa área de mil quilómetros quadrados. Nas horas seguintes, registaram-se dezenas de réplicas. A população afectada conta com o apoio de equipas médicas e das forças armadas.

## Novo massacre no Ruanda

O ataque perpetrado na semana passada, na comuna de Nyakabanda, no Ruanda, por um grupo armado resultante da junção das milícias e das forças armadas da antiga ditadura provocou a morte a 52 pessoas. A maioria das vítimas desempenhava cargos administrativos ou era chefe das rondas nocturnas, implantadas pelas autoridades a fim de implicar as populações civis na manutenção da segurança no país. Sete crianças figuram entre os mortos.

## Botha recusa testemunhar

Pieter Botha, antigo presidente sul-africano, continua a recusar comparecer perante a Comissão da Verdade e Reconciliação, apesar de já ser alvo de uma acção criminal. De acordo com o jornal «Beeld», citado pela Lusa, fontes próximas de Botha afirmam que este se mantém irreduzível na sua posição de mais uma vez faltar à sessão de testemunho com os membros da comissão de inquérito que investiga a violação dos direitos humanos no país durante o apartheid. Botha foi presidente da África do Sul durante 40 anos.

## Eleições legislativas em Cuba

No passado domingo, realizou-se em Cuba a eleição dos 601 deputados ao parlamento e os 1192 delegados às assembleias provinciais do Poder Popular.

Quase oito milhões de eleitores escolheram secretamente os nomes de quem os vai representar nos próximos cinco anos, através de boletins de voto onde constava um número de candidatos igual aos lugares a eleger. O princípio é votar em bloco numa lista única para cada círculo, mas os eleitores podem riscar um ou vários candidatos ou não votar em ninguém.

No sistema política cubano, o processo eleitoral é preparado com antecedência. Os 601 candidatos foram seleccionados pela Comissão Nacional de Candidaturas, juntamente com os eleitos locais. Os restantes, entre eles Fidel Castro, candidato pela segunda vez na província de Santiago de Cuba, são personalidades indicadas pelas organizações de massas, tais como sindicatos, federações de mulheres e comités de defesa da revolução.

As listas têm como objectivo reflectir os diferentes estratos sociais: jovens, mulheres, operá-

rios ligados à produção ou aos serviços, intelectuais, minorias étnicas. De acordo com o jornal «Granma», 35 candidatos representam as Forças Armadas e o Ministério do Interior. Os militantes do Partido Comunista Cubano, «os que diariamente, junto da população, se confrontam com as dificuldades da comunidade», têm um lugar preponderante.

Nas palavras do vice-presidente do Governo cubano, Carlos Lage, o processo eleitoral «transmite ao mundo uma mensagem de estabilidade, unidade e segurança no país».

## ETA volta a matar

A última vítima mortal das acções da ETA foi o vereador municipal do Partido Popular de Zaraus, José Ignacio Iruretagoyena, que morreu na sequência da explosão de uma bomba colocada no seu automóvel, na sexta-feira.

Todas as forças políticas espanholas condenaram esta acção, à excepção do Herri Batasuna. Milhares de pessoas participaram em manifestações contra a violência em várias zonas do país, pedindo «paz agora e sempre»: em Zaraus (dez mil pessoas), Madrid (duas mil), Valença (cinco mil), Burgos (um milhar), Logrono (outro milhar), Avila (700).

José Ignacio Iruretagoyena, de 34 anos, foi o quarto vereador do PP morto pela organização separatista basca, numa prova de que os principais alvos da ETA continuam a ser os membros do partido do Governo, acusados de «quererem destruir o País Basco como nação».

No dia seguinte ao atentado, verificou-se uma nova explosão no País Basco, em Vitória, que as autoridades policiais dizem ser da autoria da ETA. Na sua sequência, uma mulher ficou ligeiramente ferida quando foi atingida por estilhaços.

## Indonésia Uma situação explosiva

«Suharto, trinta e dois anos já basta!» — este o desafio lançado no sábado ao ditador indonésio pela dirigente da oposição Megawati Soekarnoputri, numa altura em que a Indonésia se encontra mergulhada numa grave crise financeira que ameaça provocar uma derrocada económica no país.

Numa declaração ao país por ocasião do 25º aniversário do Partido Democrático Unido, partido a que presidia antes de ser afastada pelas autoridades em Junho de 1996, Megawati Soekarnoputri instou Suharto a não se recandidatar a um sétimo mandato nas eleições presidenciais agendadas para Março próximo, e afirmou que «para salvar o nosso país desta crise de confiança, devemos preparar uma sucessão pacífica» a Suharto. Numa clara alusão à política presidencial de privilegiar os negócios da família e das figuras gradadas do regime, a dirigente da oposição foi mesmo ao ponto de dizer que «é injusto e pouco desejável que as classes média e pobre indonésias sejam responsabilizadas e tenham de suportar as consequências de uma crise económica provocada por um punhado de homens de negócios em conluio com os gananciosos e poderosos oficiais».

A intervenção política de Megawati Soekarnoputri, que à luz da legislação indonésia

constitui um crime, veio dar uma componente política à crise em que o país mergulhou após a moeda nacional se ter desvalorizado mais de 25 por cento em apenas 48 horas, provocando o pânico entre a população. Uma situação agravada

pelas primeiras medidas de racionamento de produtos de primeira necessidade.

Na capital, Jacarta, com 10 milhões de pessoas, registou-se uma corrida em massa aos produtos alimentares, cujos preços não param de subir.

Entretanto, começaram a circular rumores da possibilidade de um golpe de Estado, o que obrigou o general Wahab Mokedongan a convocar uma conferência de imprensa no fim-de-semana para garantir que o exército está «preparado para o

pio» e se encontra em estado de «pré-alerta», podendo deslocar-se num «quarto de hora» para qualquer lugar onde se registem eventuais conflitos.

Foi neste clima de ameaças e desespero que domingo chegou a Jacarta uma delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Tesouro norte-americano dirigida por Stanley Fisher, encarregada de avaliar o cumprimento por parte das autoridades indonésias das reformas preconizadas pela organização para o saneamento da economia, em

troca de um auxílio de 43 mil milhões de dólares. Ora essas reformas foram postas em causa a semana passada com a apresentação do Orçamento de Estado, que não contempla muitas das medidas «aconselhadas» pelo FMI, o que terá assustado os operadores financeiros, receosos de um cancelamento da ajuda internacional, provocando a queda imediata da Bolsa. A gravidade da situação, com repercussões nos principais mercados financeiros internacionais, levou mesmo Bill Clinton a contactar telefonicamente com Suharto, na passada quinta-feira, para lhe manifestar o seu apoio ao plano do FMI para a Indonésia, enquanto o presidente daquela organização, Michel Camdessus, voava para Jacarta, onde era esperado ontem.

A par destas tempestades que agitam as águas do capital especulativo, os despedimentos em massa abatem-se sobre os indonésios. Enquanto o Ministério do Trabalho prevê para 1998 seis milhões de desempregados, os sindicatos oficiais falam já abertamente numa taxa de desemprego nacional de 11 por cento da população activa, calculada em 90 milhões de pessoas.

Uma situação explosiva que pode significar o princípio do fim da ditadura de Suharto.



### Seis mil refugiados índios em Chiapas

Os cerca de 6400 índios deslocados é «muito grave», de acordo com um comunicado do Exército Zapatista. As pessoas «morrem de fome», incluindo as crianças. Os indígenas fugiram das suas aldeias na sequência do massacre de 22 de Dezembro perpetrado em Acteal, mas, nas palavras do subcomandante Marcos, continuam vulneráveis a outros ataques. Para a organização, a presença maciça de soldados em Chiapas provoca o receio de novos massacres, provocando novas fugas e complicando as condições de vida da população. «Não há nenhuma esperança que a situação melhore», acrescentam os zapatistas.

### Londres desmente querer aderir já ao euro

O gabinete de relações públicas da Downing Street, a residência oficial do primeiro-ministro britânico, desmentiu que Tony Blair tenha afirmado que a Grã-Bretanha pretendia aderir ao euro no início do próximo século. De acordo com um comunicado formal emitido no sábado, Blair, em visita ao Japão, declarou apenas que «estava claramente definido que não havia obstáculos constitucionais à adesão da Grã-Bretanha à moeda única». «A ideia é que estaremos em posição de tomar uma decisão no princípio da próxima legislatura», acrescentou a Downing Street.

### Alargamento da UE

A Conferência Europeia sobre o alargamento da União Europeia realiza-se no dia 12 de Março, em Londres, «com ou sem a participação da Turquia». Esta reunião «será um círculo multilateral de consulta política» de forma a «intensificar a cooperação no domínio da política externa e da segurança, da justiça e da administração interna, assim como em outras áreas de interesse comum, nomeadamente em matéria económica e de cooperação regional». O processo de alargamento será lançado a 30 de Março, numa reunião entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e dos 11 países candidatos que se realizará em Bruxelas. Actualmente os países encarados com mais hipóteses de se juntarem aos Quinze são Chipre, Hungria, Polónia, República Checa, Eslovénia e Estónia.

## Itália A vergonha do trabalho infantil

300.000 crianças com idades entre os oito e os dezasseis anos são exploradas como mão-de-obra barata, nos mais diversos sectores de actividade, sobretudo no sul da Itália - a denúncia é de Sergio Cofferati, secretário da Confederação Italiana de Trabalhadores (CGIL), e foi feita há dias em Nova Deli, por ocasião de uma visita do primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, e de uma delegação de industriais à Índia.

Segundo Sergio Cofferati, para quem «uma tal prática é indigna da Itália, que se apresenta ao mundo como um país civilizado e evoluído», o número de crianças italianas submetidas a esta nova forma de escravatura é calculado com base numa estimativa dos acidentes de trabalho. 300.000 vítimas de exploração infantil, das quais 30 por cento com idades entre os 10 e os 14 anos, representam um número demasiado importante para que possa ser subestimado.

As crianças, que na maioria dos casos não têm outra forma de sobrevivência, trabalham cerca de 12 horas por dia em troca de um salário de miséria: 70.000 liras por semana (cerca de sete mil escudos) a colar caixas, envernizar carros, cozer sapatos, sacos ou carteiras.

Para atacar o problema, Sergio Cofferati defende a tomada de medidas severas. Na sua opinião, os governos ocidentais deveriam não só manter, nos respectivos países, um

controlo apertado às empresas suspeitas de empregar crianças, mas impor também às empresas que se instalem em países onde o emprego de mão-de-obra infantil é usual o respeito pelas normas que se referam ao direito dos menores. O dirigente da CGIL preconiza ainda a introdução de uma «cláusula social» no contexto de uma reflexão conjunta de organizações internacionais como o BIT (Bureau Internacional do Trabalho) e a UNICEF para a implementação de novas normas de defesa das crianças, designadamente no que se refere à proibição de trabalho nocturno de menores, de horas extraordinárias, de trabalho não pago ou mal pago e um rígido controlo das condições de higiene e segurança nos locais de trabalho. Cofferati advoga igualmente que os países ou empresas que desrespeitem a referida «cláusula social» sejam sujeitos a sanções, que podem ir até à sua exclusão do comércio internacional.

A persistência do trabalho infantil - e em muitos casos o seu ressurgimento em países de onde tinha sido banido - é uma vergonha para a humanidade e mais uma prova da falência de um sistema que nem sequer é capaz de garantir a sobrevivência das famílias. Não basta proibir o trabalho de menores. É preciso garantir o direito ao trabalho e à dignidade das famílias, a justiça social, única forma de salvaguardar as crianças de novas formas de escravatura.

## Perspectivas negras para os trabalhadores

Os especialistas e dirigentes políticos da Ásia oriental prevêem que a crise económica que atinge a região vai lançar este ano milhões de pessoas no desemprego. Segundo dados divulgados pelo jornal francês «L'Humanité», são negras as perspectivas imediatas para a população dos países abaixo referidos, com todas as dramáticas consequências daí resultantes.

### Tailândia

1,8 milhões de pessoas estavam no desemprego nos finais de 1997, e estima-se que esse número ascenda a 2,8 milhões em 1998.

### Indonésia

O Ministério do Trabalho prevê 6 milhões de desempregados para 1998. Só no sector têxtil, 500.000 pessoas estão já desempregadas. Os sindicatos oficiais, por seu turno, falam de uma taxa de desemprego de 11 por cento da população activa, calculada em mais de 90 milhões de pessoas.

### China

De acordo com as previsões oficiais, 11 milhões de pessoas deverão perder os seus empregos na sequência da reforma das empresas estatais. Na semana passada, Pequim reconheceu que a crise regional irá afectar as suas exportações.

### Malásia

Segundo o Ministério do Interior, serão os trabalhadores imigrantes a suportar as consequências da crise, cedendo os seus postos de trabalho aos malaios. Na Malásia trabalham 600.000 indonésios, que deverão ser os primeiros a sofrer os efeitos da crise.

### Coreia do Sul

O Governo de Seul prevê para este ano uma taxa de desemprego de 5 por cento, o que afectará 1,5 milhões de pessoas. Os sindicatos já ameaçaram ir para a greve.

### Hong Kong

20 por centos dos efectivos do sector financeiro vão ser despedidos.

Por iniciativa do PCP

# Agravamento de preços hoje em debate na Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP promove hoje na Assembleia da República um debate de urgência sobre o agravamento dos preços dos serviços públicos, em particular das tarifas da energia eléctrica e das comunicações telefónicas. Esta iniciativa surge uma semana depois da Comissão Política do PCP ter tomado posição pública sobre a matéria no decorrer de uma conferência de imprensa conduzida por Francisco Lopes. Este dirigente comunista acusou o Governo de ter deixado passar as eleições autárquicas para, agora, com «uma grande campanha de desinformação e propaganda, aplicar um vasto e grave pacote de aumentos de preços de serviços públicos. Da electricidade aos telefones e aos correios, das portagens aos transportes e aos passes sociais, todos os serviços estão a ser ou podem vir a ser alvo de aumentos de preços».

## hoje em debate

Segundo afirmou Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP, «são aumentos que só por si anulam as reduções actualizadas das pensões de reforma, dos salários dos trabalhadores da administração pública e dos trabalhadores em geral, e criam novas dificuldades aos orçamentos familiares. São aumentos injustificáveis quando muitos destes serviços têm em Portugal os custos mais elevados da Europa (considerando o poder de compra), constituindo autênticos impostos e as empresas que os garantem acumulam largos milhões de contos de lucros anuais, que se elevam de ano para ano».

Na sua declaração à comunicação social, o dirigente comunista deu particular destaque aos aumentos da electricidade e dos telefones.

### Electricidade sobe em vez de baixar

Recordando que as tarifas da electricidade são «injustificadamente» das «mais elevadas da Europa e de há muito se impõe a sua redução», o PCP critica o governo PS que «veio aumentá-las ainda mais, 1,5% para os consumidores domésticos», enquanto anuncia «uma redução insignificante» para os consumidores industriais, «deixando o nosso aparelho produtivo numa situação desfavorável de concorrência nomeadamente em relação a Espanha».

Refira-se que no país vizinho, o custo da energia baixou este ano 3 por cento para o público em geral, enquanto as pequenas e médias empresas espanholas beneficiam de uma redução de 5 por cento. Em Portugal, os consumidores domésticos suportam um agravamento de 1,5 por cento e empresas têm uma redução de apenas 1,3 por cento.

A Comissão Política do PCP observa ainda que «a decisão do governo é tanto mais surpreendente quando o último ano foi um ano de chuva abundante, as albufeiras estão cheias e a produzir energia mais barata e quando se prevê que os lucros da EDP cresçam mais em 1997, podendo ultrapassar os 90 milhões de contos».

O PCP reclama assim, com uma forte fundamentação económica e social, a necessidade de continuar a baixar as tarifas eléctricas para a indústria e de proceder a uma redução dos preços da electricidade para os consumidores domésticos.

### Telefones: o embuste da baixa de tarifas

Relativamente ao aumento dos telefones a situação é ainda mais escandalosa, afirma a nota da Comissão Política. «O Governo e a Administração da Portugal Telecom estão a desenvolver uma intensa e onerosa campanha sobre aquilo que dizem ser a redução das tarifas quando na realidade, à parte os malabarismos, verificamos que, com as medidas anunciadas, a conta telefónica da maioria dos portugueses, vai aumentar e não pouco. Trata-se de um verdadeiro embuste».

Lembrando que «em Portugal as tarifas telefónicas das chamadas locais tiveram agravamentos de 1993 a 1997 que ultrapassaram os 400 por cento e as assinaturas mensais no mesmo período aumentaram 38 por cento», o PCP cita estudos recentes que concluem que «o custo das comunicações para os clientes residenciais é em Portugal o mais caro da Europa e não desligado de tudo isto a Portugal Telecom poderá no ano de 1997 atingir os 70 milhões de contos de lucro».

### Aumentos disfarçados

É neste quadro que o PCP explica o «largo sentimento de repressão» gerado na sequência da privatização da Portugal Telecom, em Setembro, quando foi anunciado um grande aumento dos preços dos telefones.

«De então até hoje, dia em que a Portugal Telecom veio anunciar o novo sistema tarifário, face ao descontentamento gerado e às denúncias feitas, em particular pelo PCP, sucederam-se os desmentidos e até houve alguns recuos de que é exemplo o tarifário para o uso da Internet, mas principalmente o Governo e a Portugal Telecom utilizaram todo este tempo para encontrar formas de disfarçar os aumentos das tarifas, de tentar fazer passar aumentos como reduções, com o apoio de uma forte e cara campanha publicitária e enganar assim os portugueses».

Mais adiante, a Comissão Política sublinha: «Não está em causa a Portugal Telecom e o seu papel ao longo dos anos com fortes investimentos para a expansão das telecomunicações».

Não está em causa a introdução de aperfeiçoamentos e simplificações no sistema tarifário, a redução do número de escalões geográficos, o alargamento das áreas das chamadas locais, a redução dos escalões horários.

O que está em causa é uma orientação política e um pacote de aumentos de preços, económica e socialmente inaceitáveis que vão penalizar os orçamentos familiares e que são um verdadeiro imposto que os portugueses estão a pagar.

O que está em causa é todo um processo de disfarce e dissimulação dos aumentos de preços dos telefones para enganar os portugueses (...)

### Serviços públicos engrossam lucros privados

«Com as privatizações, as empresas dos serviços públicos estão a ser transformadas em enormes aspiradores financeiros, extraindo recursos dos orçamentos familiares para engrassar os lucros dos grandes grupos económicos, dominados pelos interesses estrangeiros que crescentemente controlam o poder económico e o poder político».

O PCP, como oposição de esquerda, põe em primeiro lugar e na prática os interesses das pessoas o que exige serviços públicos eficazes, de qualidade, acessíveis a toda a população, compatíveis com as exigências e expectativas de vida dos trabalhadores e do povo português no limiar do século XXI.

O PCP considera importante que se gira um vasto movimento de protesto contra os aumentos já efectuados e contra os que se anunciam para que não se concretizem, pesando gravemente na bolsa dos portugueses, situações que a propaganda enganosa e os malabarismos com a taxa oficial de inflação poderão eludir, mas não poderão anular».

A melhor forma de saber se vai ser prejudicado ou beneficiado com o novo sistema tarifário, que a Portugal Telecom pretende aplicar a partir do próximo dia 1 de Fevereiro, é olhar para a sua factura mensal discriminada. Se pertencer à grande maioria dos consumidores domésticos, verificará que as parcelas registadas são constituídas em grande parte por chamadas de um só impulso que actualmente custam 13\$50. Com as novas tabelas, em vez deste valor passará a figurar o de 19\$90, ou seja um aumento de 6\$40 por cada chamada local com uma duração de três minutos. O agravamento resulta da nova taxa de activação da chamada,

igual ao valor de um impulso que passará a custar 9\$95.

Ao mesmo tempo, a PT acena com descontos aos que tiverem conversações mais demoradas. Assim, ao fim do segundo impulso, uma chamada local passa a custar menos 70 centavos e ao fim do terceiro impulso há um desconto de 4\$25.

Segundo a lógica da empresa, é «natural penalizar os consumidores que não diluem os custos de estabelecimento da chamada», ou seja, para não ser penalizado, o consumidor deverá fazer chamadas mais longas pois só assim conseguirá diluir a taxa fixa por cada

ligação. A PT esquece-se, porventura, de quem é poupado nas suas conversas telefónicas, fá-lo geralmente com o objectivo de reduzir as contas no final do mês, para além de que um impulso de três minutos na maioria dos casos é suficiente para encomendar uma pizza, ou uma bilha de gás, e não tem sentido prolongar este tipo de comunicações.

Parecendo preocupada com o brutal agravamento da factura dos pequenos clientes, e nomeadamente dos comerciantes que aceitam como forma de pagamento cartões multibanco, a Telecom propõe o pacote económico que poderá ser utilizado, segundo contas da empresa, por um milhão e 500 mil clientes.

Assim, para os clientes particulares que consomem até 214 impulsos mensais, a PT vai garantir descontos automáticos consoante diferentes níveis de consumo, que vão até 27 por cento tendo em conta o preço das chamadas e o valor da assinatura.

A cerca de 900 mil clientes que consomem até 167 impulsos por mês serão aplicados descontos de 26,6 por cento nas chamadas locais e regionais e 6,3 por cento no valor da assinatura.

Para um consumo mensal entre 168 e 179, a assinatura terá um desconto de 4,5 por cento e as chamadas locais e regionais e pagam menos 21 por cento por impulso; entre 180 e 189 impulsos os descontos são de três por cento

na assinatura e 15,5 por cento no preço das chamadas locais e regionais; entre 190 e 199 impulsos é dado um desconto de cinco por cento no preço das chamadas locais e regionais e de 0,5 por cento no valor da assinatura.

É ainda proposto um plano de descontos local para chamadas de curta duração para além de três números de telefone, assim como as ligações à Internet estão isentas da taxa de activação.

Todavia, estes descontos não são compensam os aumentos das chamadas locais de curta duração que atingem os 47 por cento.

As alterações compreendem igualmente um novo sistema de zonas de tarifação que passam a ser apenas três: local, regional e nacional. Ao mesmo tempo é garantido que num raio mínimo de dez quilómetros a chamada será local; até 50 quilómetros será regional e acima desta distância será nacional.

A duração dos impulsos, entre as 9 e as 21 horas mantém-se em 180 segundos nas chamadas locais; passa para 33 segundos na regional (contra 47,5 segundos em média nos 4 escalões existentes) e para 12 segundos nas nacionais contra os actuais 17,8 segundos.

No período entre as 21 horas e as 9 horas, o impulso terá 400 segundos (contra 540 actuais); 68 segundos (contra 95 actuais) e 21 segundos (contra 36 actuais), respectivamente nas chamadas locais, regionais e nacionais.



## EDP Mais lucros, menos serviço

O preço da electricidade aumentou para 5 milhões de consumidores domésticos e apenas desceu para 500 mil grandes clientes, concluiu o Conselho Nacional dos Representantes dos Trabalhadores do Grupo EDP, recentemente reunido em Lisboa, que contestou os aumentos decretados considerando que «a EDP devia era baixar as tarifas».

Segundo um comunicado da Federação das Indústrias Eléctricas, «os resultados económicos da EDP e as promessas do Governo deviam ter levado a uma baixa generalizada da electricidade».

Recordando que o grupo «tem acumulado milhões de contos nos últimos anos (66 milhões de contos em 1995, 80 milhões em 1996 e 90 milhões em 1997)», os representantes dos trabalhadores salientam que «o anterior secretário de Estado chegou mesmo a profeter um abastamento das tarifas para 1998. Contudo, em consequência da privatização da EDP e apenas para aumentar os dividendos dos accionistas, os portugueses vão pagar

## Contas feitas...

Apesar da dispendiosa propaganda da Telecom que enche páginas inteiras de jornais com publicidade procurando transmitir a ideia de uma baixa de preços, a verdade é que o aumento real das tarifas é indissociável. Os factos referidos na análise do PCP não deixam margem para dúvidas:

— a taxa de assinatura mensal depois de ter sido consideravelmente agravada nos últimos anos, vai aumentar mais 9%, passando de 2160\$500 para 2352\$500, isto é, um aumento quatro vezes superior à taxa oficial de inflação esperada, o que, só por si, permitirá à Portugal Telecom sacar este ano mais de 7 milhões de contos dos bolsos dos utentes;

— à partida, quando se inicia qualquer chamada telefónica, esta vai ter o aumento escandaloso de 47%, já que em vez de pagar os actuais 13\$50, se passa a pagar 19\$90 (9\$95 correspondentes à chamada taxa de activação, mais o impulso correspondente de 9\$95); e esse aumento vai afectar uma grande parte das chamadas telefónicas, uma vez que são chamadas de apenas um impulso e não beneficiarão do impacto da redução do valor do impulso que só se reflecte nas chamadas com mais de dois impulsos;

— os anunciados pacotes de descontos, não são realmente, constituindo sim aumentos em geral muito elevados, só que abaixo da taxa máxima de aumento de 47%. Assim os chamados descontos são na realidade aumentos de 8%, 16%, 24%, 32% e 40% relativamente à actual situação;

— a falada redução das tarifas esconde a realidade, pois quem vai beneficiar fundamentalmente são as empresas que mais utilizam as chamadas internacionais, aquelas que vão ter maior redução, e que em contrapartida a grande maioria do povo português, os clientes residenciais que mais utilizam as chamadas locais, vai ser fortemente atingida por um aumento muito elevado deste tipo de chamadas.

O PCP considera imperioso por termo a tais aumentos de preços e melhorar o poder de compra das populações, nomeadamente das camadas mais carenciadas.

ACTUAL TARIFÁRIO			
10-13 h/14-18 h			
	3 min.	6 min.	9 min.
LOCAL	13\$50	27\$00	40\$50
REGIONAL 1	27\$00	54\$00	81\$00
REGIONAL 2	67\$50	121\$50	175\$50
REGIONAL 3	81\$00	162\$00	243\$00
REGIONAL (*)	81\$00	162\$00	243\$00
INTERURBANA 1	108\$00	216\$00	324\$00
INTERURBANA 2	202\$50	391\$50	580\$50
8-10 h/13-14 h/18-22 h			
	3 min.	6 min.	9 min.
LOCAL	13\$50	27\$00	40\$50
REGIONAL 1	27\$00	54\$00	81\$00
REGIONAL 2	40\$50	81\$00	121\$50
REGIONAL 3	54\$00	108\$00	162\$00
REGIONAL (*)	54\$00	108\$00	162\$00
INTERURBANA 1	81\$00	148\$50	216\$00
INTERURBANA 2	135\$00	256\$50	391\$50
Fins-de-semana e feriados e das 22-8 h dias úteis			
	3 min.	6 min.	9 min.
LOCAL	13\$50	13\$50	13\$50
REGIONAL 1	13\$50	27\$00	40\$50
REGIONAL 2	40\$50	67\$50	104\$50
REGIONAL 3	40\$50	81\$00	121\$50
REGIONAL (*)	40\$50	81\$00	121\$50
INTERURBANA 1	54\$00	108\$00	162\$00
INTERURBANA 2	94\$50	189\$00	283\$50

(\*) Chamadas regionais feitas fora das zonas de Lisboa e do Porto.  
 NOTA: Nas interurbanas, a tarifa intermédia aplica-se actualmente nos dias úteis entre as 20 e 22 h, sendo a tarifa mais cara entre as 8 h e as 20 h.

NOVO TARIFÁRIO			
9-21 h dias úteis			
	3 min.	6 min.	9 min.
LOCAL	19\$90	29\$85	39\$80
REGIONAL	69\$65	119\$40	179\$10
NACIONAL	159\$20	308\$45	457\$70
21-9 h dias úteis, feriados e fins-de-semana			
	3 min.	6 min.	9 min.
LOCAL	19\$90	19\$90	29\$85
REGIONAL	39\$80	69\$65	89\$55
NACIONAL	99\$50	189\$05	268\$65



■ AGOSTINHO LOPES  
Membro da Comissão Política

# Um milagre da agricultura portuguesa: a criação, em 1997, de 80 000 novos empregos!

**A** NDA o Governo PS há cerca de um ano, com a preciosa ajuda da grande parte dos órgãos de comunicação social, a tentar convencer o País de que, graças à sua sábia governação, o desemprego está a descer. E reclama: a taxa de desemprego desceu, entre 1996 e 1997, de 7,3% para 6,7%.

E cada boletim trimestral do INE (Instituto Nacional de Estatística) tem direito a foguetes e discurso para celebração do sucesso do Governo do Eng.º António Guterres. (Não tenho dúvidas do êxito da propaganda: uma sondagem daria certamente uma esmagadora maioria dos portugueses convencidos da descida do desemprego no País, mesmo se desemprego continua a ser a sua maior preocupação.)

E coisa notável porque conseguida em simultâneo com o cumprimento dos critérios de Maastricht e ao arripio do que sucede por essa Europa fora, em que moeda única tem significado mais desemprego. Esta redução do desemprego é assim um bom atestado da bondade da política económica do Governo.

Em determinada altura do ano de 1997, houve alguma perturbação no Governo: os órgãos comunitários começaram, segundo os interesses de alguns dos maiores países da União Europeia, a lançar a ideia da taxa de desemprego servir de critério na distribuição dos dinheiros da Comunidade.

O Eng.º António Guterres descobriu então a célebre imagem do nível de desemprego como o nível de um tanque de água de que desconhece a profundidade, onde se conhecem as variações do nível da superfície, mas onde pesa a incerteza sobre as variações profundas! E depois lançou a tese (sobretudo para uso externo) da qualidade do emprego: a nossa taxa de desemprego é boa, mas o nosso emprego é mau! Não é ainda conhecido o êxito destas suas «descobertas» junto das Comunidades.

Mas era inevitável, com o fim do ano de 1997 e a divulgação do Boletim do INE do último trimestre, e apesar dos indicadores negativos surgidos em Dezembro — crescimento dos despedimentos desde Maio, um pico no atendimento de desempregados (42 790) nos Centros de Emprego em Novembro — lá veio o panegírico «Taxa de desemprego diminui pela primeira vez desde 1992». Glória, glória ao primeiro-ministro de Portugal, que ao fim de dois anos de Governo fez a taxa de desemprego baixar!

## A redução do desemprego em Portugal em 1997: uma mentira repetida!

Ora, mais uma vez, o que evidenciam os números do INE é o elevadíssimo e estranhíssimo crescimento do «emprego» na agri-

cultura: mais 80 900 postos de trabalho. Que se somaram aos 40 600 criados em 1996. Com a característica interessante de que a imensa maioria «destes postos de trabalho» são dos ditos «isolados», isto é, pequenos agricultores: 70 000 em 1997 e 36 000 em 1996! O Sr. Ministro da Agricultura deve andar preocupa-

díssimo: os textos do seu Ministério a assegurarem-lhe a baixa da população activa agrícola e o INE a dizer que está a subir!

Admitindo, certamente, a estranheza da situação, o INE não conseguiu ainda avançar razões consistentes e fundamentadas para este «fenómeno estatístico». Mas é fácil admitir diversas explicações que, aliás, o próprio INE vai sugerindo: actividades de sobrevivência, desemprego envergonhado, pessoas que estão a trabalhar terras suas depois de terem deixado empregos noutras actividades (despedimentos, encerramento de empresas, reformas, etc.). Ou ainda, problemas com a estrutura da amostra do inquérito, semelhante à do Censo 91, onde o peso das actividades rurais deve estar sobredimensionado.

Mas, para o Governo do Eng.º António Guterres, o que conta são os números.

E os números dizem-lhe o que ele quer ler: o desemprego a descer!

Estrutura da População Activa	1995	1996	1997
Agricultura e Pescas	11,3	12,2	13,6
Indústria, Electricidade, gás e água, e Construção	32,3	31,4	31,6
Serviços	56,4	56,4	54,8

Se quisessem ser sérios, verificariam que o crescimento líquido do número de pessoas empregadas em 1997 — 81 300 — é praticamente idêntico aos tais postos de trabalho criados na agricultura, 80 900! Que, se somarem estes 80 900 «desempregados envergonhados» aos 313 100 contabilizados pelo INE, e tiverem em conta a ligeira subida da população activa (mais 62 100),

encontram uma taxa de desemprego da ordem dos 8,5%! E que se quiserem ter uma ideia da dimensão real do desemprego, então terão de contabilizar os chamados «inactivos que estão disponíveis para trabalhar», os chamados «desencorajados» e o chamado subemprego visível, a que poderão acrescentar-se os muitos milhares de ocupados em programas de «formação profissional» e em «programas de acção para o emprego», e o número de desempregados atingirá claramente mais de 500 000 portugueses, e uma taxa de desemprego bem superior a 10%.

Mas os dados do INE não nos dão só conta daquele «contra-senso» estatístico.

Os dados mostram que o único crescimento de emprego no sector secundário (indústria transformadora, electricidade, gás e água, construção) é no sector da construção civil, com o carácter conjuntural e o volume que decorre de conhecidas obras em 1996 e 1997: Expo, Metro, Ponte Vasco da Gama, comboio na Ponte 25 de Abril, e muitas e muitas obras autárquicas.

Os dados evidenciam que nos serviços, depois de uma ligeiríssima subida de emprego em 1996, se verificou uma perda de cerca de 24 000 postos de trabalho em 1997.

Isto é, Portugal tem uma evolução da estrutura da população activa contrária ao que disseram até hoje ser sinal de desenvolvimento.

Depois de anos a reclamar o avanço económico do País, decorrente da queda da população activa agrícola, depois de anos a clamar pelo sinal de progresso que representava a progressão da população activa no sector terciário, alguns «teóricos» vão ter dificuldade em situar o País:

«caminhamos para a convergência com os países desenvolvidos ou... foi o Eng.º António Guterres que inverteu a marcha?»

Mas não só esta evolução é preocupante.

Também os números da precarização crescem, tendo a percentagem de trabalhadores com contratos não permanentes passado de 12,4% em 1996, para 14,2% em 1997, com um aumento líquido de 59 000 postos de trabalho precários e uma perda líquida de 16 100 postos de trabalho permanentes. Isto é, o próprio emprego líquido criado é precário!

Podemos assim subscrever o que, em recente artigo, se escreveu no Diário de Notícias (1):

«Na verdade, aquilo que se esconde atrás da evolução aparentemente favorável do desemprego registada no último ano é não só uma situação de subemprego maciço como também uma desqualificação e precarização globais do emprego existente.»

P.S.:

O que se anuncia para 1998 não é mais emprego. É mais desemprego.

Os banqueiros falam em despedir 20% (11 000) dos trabalhadores bancários, para responder aos custos acrescidos que a moeda única vai trazer para a banca.

As «reestruturações» e outras operações decorrentes das privatizações verificadas em grandes empresas de serviços públicos (EDP, Portugal Telecom, etc.) vão certamente traduzir-se em tentativas de mais despedimentos.

E o rol podia continuar.

(1) Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 9 de Janeiro de 1998.



EM FOCO

# Em defesa do associativismo popular

T R I B U N A



■ António Filipe

O estatuto do dirigente associativo voluntário, proposto pelo PCP e já aprovado na generalidade na Assembleia da República, será debatido em breve na especialidade. Trata-se de uma iniciativa cuja aprovação final, a concretizar-se, representaria um acto de elementar justiça para com o associativismo popular, tendo em atenção o valor inestimável do trabalho que milhares de dirigentes associativos prestam diariamente ao povo português.

Em Maio do ano passado, a Assembleia da República aprovou na generalidade - com os votos favoráveis do PCP e do PEV e as abstenções dos restantes partidos - o Projecto de Lei do PCP sobre o estatuto do dirigente associativo voluntário, que baixou para discussão na especialidade à Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias. Recentemente, esta Comissão deliberou constituir um grupo de trabalho para iniciar essa discussão, o que abre perspectivas de um desfecho a curto prazo deste processo legislativo. Qual o sentido desse desfecho, dependente, como é óbvio, da vontade maioritária da Assembleia da República, saber-se-á em breve. O PCP bater-se-á para que o conteúdo do seu projecto seja integralmente consagrado em lei.

O Projecto de Lei do PCP prevê, em breve síntese, a criação de condições para que os dirigentes associativos voluntários que trabalhem por conta de outrem possam dispor de alguma disponibilidade de tempo para dedicar, a título gratuito, às suas associações. Prevê, designadamente, a justificação de faltas ao emprego por motivos relacionados com a actividade associativa, dentro de limites razoáveis (sem perda de remuneração no caso da função pública); a

bonificação fiscal de empresas que decidam assumir encargos remuneratórios decorrentes dessas faltas; bem como um regime especial de marcação de férias de acordo com necessidades de trabalho associativo.

A disponibilidade que este Projecto visa conferir aos dirigentes associativos não pode de forma alguma ser considerado exagerado, muito menos injustificado. Não se trata de conceder benefícios pessoais, nem sequer de dar aos dirigentes associativos mais tempos de lazer ou de convívio familiar, que, aliás, bem mereciam. Trata-se apenas de criar condições para que alguns dirigentes associativos possam trabalhar mais, e gratuitamente, em benefício de toda a comunidade. A criação do estatuto legal do dirigente associativo voluntário, que o PCP propõe, é um acto de justiça, não apenas para com os dirigentes mas para com o movimento associativo que insistentemente o reivindica.

O associativismo popular, composto por milhares de associações do mais diverso tipo, onde avultam as colectividades de cultura, desporto e recreio, presta um serviço de valor inestimável ao País, garantindo a centenas de milhares de portugueses condições de acesso à prática desportiva, à fruição cultural, à educação, à ocupação de tempos livres ou a serviços de acção social. Na falta de uma lei-quadro do apoio ao associativismo, que o PCP insistentemente tem proposto perante a oposição dos partidos que têm alternado na governação do País, o apoio dos governos ao movimento associativo tem sido inexpressivo e determinado regra geral por compadrios ou objectivos eleitoralistas, de que são exemplo os célebres cheques dos governos civis em momentos eleitorais.

Assim, as associações que insistem em manter-se activas, apesar de todas as dificuldades, deparam com uma situação de enorme iniquidade. Sobrevivem à custa do enorme esforço dos seus activistas e dirigentes, são sustentadas pelas contribuições dos seus associados ou das comunidades em que se inserem, através das autarquias ou de alguns donativos obtidos junto de empresários

loais, e apesar do valioso serviço que prestam, pagam ao Estado para existir.

O estatuto de utilidade pública, vinte anos passados sobre a sua aprovação, tem hoje um valor puramente simbólico e irrelevante quanto ao apoio material que confere. Uma banda de música tem de pagar ao Estado 17% de IVA pelos instrumentos musicais que adquire, apesar do sacrifício que essa aquisição normalmente traduz e do fim mais que meritório a que se destina. Uma colectividade que faz uma recolha de fundos entre os seus associados e

amigos para construir uma sede social, vê escoar pela porta das Finanças uma parte significativa do seu esforço. Ou seja: o associativismo substitui-se ao Estado em muitas das suas funções sociais e não obtém da parte deste um estatuto legal minimamente favorável ao desenvolvimento das suas actividades. É de elementar justiça alterar profundamente esta situação.

O movimento associativo popular, em toda a sua dimensão e diversidade, tem raízes profundas na História do nosso povo, assumindo-se como uma das suas mais notáveis criações. Tendo-se desenvolvido, em muitos casos, a par do movimento operário, contribuindo para a elevação da consciência social dos trabalhadores e das suas famílias, dinamizando a participação cívica, ajudando a superar carências educativas, o associativismo traduziu sempre nas suas actividades um exercício de liberdade que nem o fascismo conseguiu liquidar. E constitui ainda hoje, não apenas uma expressão de profunda vivência democrática do povo português, como um espaço de aprendizagem de vida colectiva, de solidariedade humana e de valores democráticos fundamentais.

Na Assembleia da República, só o PCP tem lutado insistentemente pelo reconhecimento legal da importância do associativismo popular, não apenas em palavras, mas no concreto, através da consagração de um quadro geral de apoios às suas actividades. As propostas do PCP para o associativismo assentam no conhecimento real dos problemas vividos pelas associações, reflectem uma séria vontade de contribuir para o

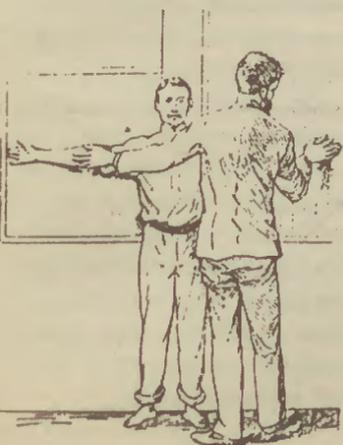


seu fortalecimento, e são parte integrante de um património de trabalho muito mais vasto e valioso que é a contribuição de sempre dos comunistas no desenvolvimento e na acção do movimento associativo popular.

O PCP e o movimento associativo compartilham as profundas raízes populares. Compartilham grandes objectivos comuns, de contribuir para a democratização da cultura e do desporto, para a criação e o desenvolvimento de laços de solidariedade, para o bem-estar e a emancipação social do povo português. O associativismo teve no passado um papel de relevo na luta pela conquista da democracia e continua a ter no presente um papel relevante na afirmação de valores democráticos. A actividade voluntária dos dirigentes associativos continua a ser um exemplo, num mundo que alguns querem crescentemente competitivo e desumanizado.

Não admira pois, a estreita relação de sempre entre os comunistas e o movimento associativo. Quantos foram - e são - os comunistas que, dedicando muitas horas da sua vida e muitas das suas energias ao desenvolvimento do movimento associativo, contribuíram - e contribuem - de forma notável para a afirmação de valores que sempre nortearam a acção comunista, e para o prestígio do seu Partido? E quantos foram - e são - os cidadãos que se tornaram comunistas pelo reconhecimento desse exemplo e por reconhecerem no PCP o Partido que, pelos seus ideais e pela sua prática, mais se identifica com os valores que são caros ao associativismo popular?

No momento histórico que vivemos, em que o domínio do grande capital procura impor o egoísmo, a competição desenfreada e o conformismo social como valores dominantés, o movimento associativo depara com novas e grandes dificuldades, mas adquire uma importância que não é menor do que a que teve no passado. O movimento associativo é - e deve ser cada vez mais - terreno privilegiado de luta pela democracia e, como tal, terreno privilegiado de luta e de acção dos comunistas.



■ Carlos Gonçalves

# O Ferrari e o burro

## (parte 2)

Há pouco mais de 4 anos, um candidato autárquico, hoje Ministro, promoveu uma corrida entre um burro e um Ferrari, ganha então pela esforçada alimária. Hoje em dia, sob a égide do Governo PS, voltou-se à "ordem natural das coisas" - os Ferrari, bem na frente, duplicaram as vendas, e Guterres faz os possíveis para que os "burros", e os que lhe convinha que o fossem, abanem as orelhas ao vê-los passar.

Foi na véspera de Natal que o *Semanário Económico* publicou a "boa nova" de mais um sucesso da "profunda preocupação social" deste Governo - 22 Ferrari vendidos em 1997, já não apenas no Vale do Ave e arredores mas "democraticamente" em todo o país.

Este número, para além de dobrar as vendas relativamente a 1996 e indiciar nova expansão do respectivo mercado para o ano corrente, confronta o facto de, segundo a ACAP, nos primeiros 11 meses de 1997 se ter verificado uma quebra da venda de veículos ligeiros de 2,4%.

Este é apenas um daqueles factos que traduzem significativamente o resultado das políticas económicas prosseguidas e que põem a nu a continuada concentração da riqueza e o aprofundamento das injustiças sociais.

Mas é um facto entre os muitos que demonstram, como dizia a revista *Fortuna* de Novembro passado, que "nunca os empresários estiveram tão perto do poder político", e trata-se obviamente dos grandes senhores do dinheiro, que de outros não reza a história naquela publicação.

Por isso já se não estranha que Ludgero Marques, um "patrão de patrões" e ideólogo da extrema direita parlamentar, venha esclarecer (*Público* 29 de Dezembro)



E ainda sorri quando os engenheiros de "efeitos especiais" e técnicos de marketing político, ao seu serviço, encenam uma qualquer manobra de diversão, para mistificar a continuação das políticas de direita, insistindo em tratar os portugueses como "asnos", a quem se pode enganar com política-espectáculo e politiquices.

Pois foi disso que se tratou no "Conselho de Ministros do Natal", travesti fora de época dos conciliábulo "cavaquistas" de Verão, para fazer a promoção da imagem de "reformismo", do "ano de afirmação de Portugal na arena internacional", da "estabilidade" e do "deixem-nos trabalhar", mesmo à beirinha das "forças de bloqueio".

E é disso que se vai tratar nos mais uma vez recuperados "Estados Gerais", em versão farsolas de "Sim, Sr. Primeiro-Ministro".

Mas a direcção do PS fica profundamente desagradada quando a denúncia das políticas de direita resulta da movimentação e luta dos trabalhadores, ou de outras camadas da população, contra a sua política, e sobretudo quando é assumida pelo PCP na defesa das grandes causas da esquerda e na afirmação do Partido como pólo aglutinador das soluções e forças duma alternativa de esquerda às políticas neoliberais do "centrão", do PSD e desta direcção do PS, com ou sem bengalinha PP.



que "não via mal a maioria absoluta do Partido Socialista".

Já se não estranha que tantos "opinion makers" dissertem sobre a verdade transparente de que este "socialismo" de Guterres Lda está em profunda comunhão com os grandes interesses.

Aliás, a este respeito, a direcção "guterrista" não se sente incomodada quando tal constatação vai direitinha ao eleitorado flutuante entre PS e PSD, e fica deslumbrada se lhe parece contribuir para segurar votos e apoios de direita.

Nestes casos, Guterres sorri com arrogância para aqueles seus correligionários que inclui na "fila dos burros" e, prazenteiro para o seu "in circle", convencido de que persuadiu mais uns tantos incautos, umas "azê-molas" que abanam felizes as orelhas quando passam os Ferrari, que é como quem diz, quando desfilam as grandes fortunas.



Aí, ei-los que vociferam, mais ou menos desbragadamente, "cobras e lagartos", que é tudo "radicalismo" dum Partido que teima em não se "modernizar", em não aceitar a "inevitabilidade e bondade" do domínio do poder político pelo capital financeiro, e que estaria - tomam o desejo pela realidade e repetem-no à exaustão para se convencerem, para ver se nos confundem e se mistificam a própria realidade - "justamente", "absoluta e inapelavelmente", "condenado a um declínio irreversível".

E ei-los que agora procuram "aconselhar" e aliciar o PCP para o papel de "consciência crítica" do PS, uma espécie de adorno descartável para o marketing de ocasião do seu manobrismo.

Grande asnada. Não parece haver limites para a imaginação delirante destes estrategos de diversão ideológica, nem para a arrogância balofa de "Zorrinhos e burrinhos".

■ Jorge Messias

Um auxiliar de leitura...

## Episódios recentes da "ordem moral"

Na cuidada exposição das passagens que integram, na doutrina da igreja, as componentes da "nova ordem" - uma das bases essenciais, repita-se, do seu projecto global - podem distinguir-se dois campos claramente complementares. Um deles reforça os poderes efectivos daquilo a que anteriormente chamámos o "primeiro anel"; no outro conjunto de enunciados, os teólogos vaticanos visam, sobretudo, abrir caminho a uma mais incisiva afirmação da instituição religiosa no plano da sociedade civil.

Uma vez estabelecidos os pressupostos doutrinários, surgiu, em anos recentes, a proposta pontifícia de constituição de uma *nova ordem mundial* (ver encíclicas sociais como a "Laborem Exercens" ou a "Sollicitudo Rei Socialis"). Nelas, quer a linguagem quer a lógica da gramática adoptadas são, sem excepção, as do Concílio Vaticano II. Formalmente, continua-se a afirmar que valores conciliares adquiridos, como os da "solidariedade entre os homens" ou a "opção preferencial pelos pobres" constituem bases inalteráveis das posições oficiais do mundo católico, particularmente no que se refere às orientações definidas pelas hierarquias eclesásticas.

Estas instruções da doutrina católica revestem-se, todavia, de um singular distanciamento relativamente à eventual assunção de compromissos claros. A Igreja, declara-se nas encíclicas, não constitui uma

terceira via "alternativa às propostas conhecidas de organização social" defendidas, quer pelo capitalismo quer pelo socialismo. Antes se limita a apontar, na expressão de João Paulo II, os termos de uma "categoria" do pensamento político e uma "formulação acurada" transmissora dos anseios e reivindicações da esmagadora maioria da humanidade. Apesar disto, a doutrina social da igreja não deixa de orientar com precisão as linhas gerais das atitudes que os crentes deverão assumir em relação aos grandes problemas actuais, como os da luta de classes, a reforma dos sistemas internacionais de comércio e monetário, as normas regulamentadoras do intercâmbio tecnológico mundial, a nova estruturação dos organismos supranacionais ou dos sistemas educacionais dos povos, a redefinição das liberdades individuais dos cidadãos, a reciclagem dos circuitos produtivos, etc., etc.). Apesar destas abordagens altamente especializadas, a igreja/instituição persiste curiosamente em não se envolver declaradamente nos problemas dos homens: "A Igreja não tem soluções técnicas que possa oferecer para resolução do problema do subdesenvolvimento mas... é "perita em humanidade" ("A Sollicitude Social da Igreja", João Paulo II).

Na segunda área desta frente de intervenção os teólogos introduzem a sua *ordem moral* socorrendo-se, para tanto, dos textos de sentido ético elaborados no decurso do actual pontificado. O conteúdo da "ordem moral" autonomiza-se, deste modo, do sentido particular que temos vindo a referir como caracterizador da "nova ordem mundial" sugerida pela igreja. Enquanto que nessa área, concorde-se ou não com a leitura feita pela hierarquia católica, a doutrina expressa tem em consideração os grandes problemas reais do homem, já a "nova ordem moral" ou, abreviadamente, "ordem moral", surge impregnada de outras preocupações. É nítido que representa a tradição fundamentalista da igreja e não apenas as posições ultraconservadoras do papa. E percebe-se facilmente que visa, por um lado, acentuar a dependência moral que subordina o decisor à cadeia hierárquica; e que, por outro lado, procura instalar as bases necessárias a futuras novas invasões da sociedade civil por parte da instituição religiosa.

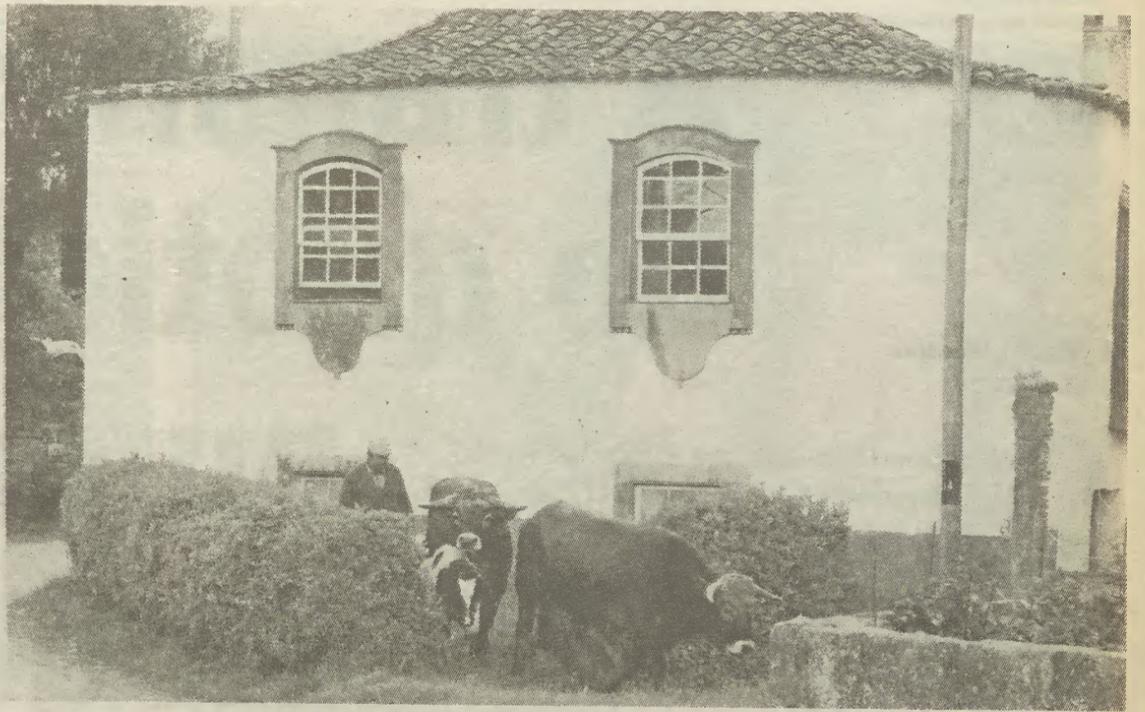
É esta segunda frente da "nova cruzada" de João Paulo II que, de imediato, nos interessa procurar abordar com exemplos concretos, essencialmente fornecidos por outras correntes do pensamento católico.

(Continua)

## Crónica do Nordeste

■ José Brinquete

# A terra e os afectos



## Desertificação anverso desenvolvimento

As "Crónicas do Nordeste" que, durante o ano de 1997, foram publicadas nas páginas do Avante visavam, assumidamente, aspectos da actividade política e a divulgação das potencialidades de uma região que, como qualquer outra, reúne recursos, muitas vezes esquecidos mas que não podem nem devem ser ignorados.

Alguns dos nossos leitores fizeram o favor de nos manifestar as suas impressões e, de entre as questões colocadas, algumas apontam para a necessidade de, a par do tratamento político dos assuntos em foco, humanizar mais o discurso.

Como se calcula, nem sempre é fácil conciliar a denúncia de situações de injustiça, caciquismo ou eleitoralismo com um discurso mais "poético" ou mesmo suavizador de situações obstaculizadoras do progresso e desenvolvimento da região.

A crónica de hoje, embora um pouco à laia de balanço de fim de ano, recorre a um título que poderá ajudar à abordagem de temas avulsos, mas que não deixam de ser actuais.

Em próximos trabalhos, se o vagar e o espaço do nosso jornal nos permitirem, voltaremos a falar deste Nordeste Transmontano, ainda, tão desconhecido de muitos portugueses.

1. Quando há cerca de vinte anos chegámos à obra de Aquilino Ribeiro, a par do fascínio dos seus livros mais marcantes como a Casa Grande de Romarigães, Terras do Demo, a Via Sinuosa, uma Luz ao Longe, o Malhadinhas, Andam Faunos pelo Bosque, ou Quando os Lobos Uivam, um houve que teve, ou, por outra, provocou, um efeito especial - tratava-se do pequeno mais significativo livro que tem como título "Geografia Sentimental". Já na escola, tivemos acesso às obras de alguns clássicos que abordavam a terra, a sua geografia, os afectos que têm a ver com o local e a cultura de cada local. Mas esta obra, quase esquecida, de Aquilino Ribeiro surgia aos nossos olhos com uma força invulgar, talvez por tratar de locais nossos conhecidos. No alvor dos "roteiros turísticos", esta obra surge, afirmando-se, como um

completo roteiro, duma importante zona da Beira Alta. Mais tarde, igual efeito teve a obra de Miguel Torga e Abade de Baçal, agora, relativamente a Trás-os-Montes. Daí que, quando nestes últimos tempos tanto se fala de interioridade e desertificação, seria bom que também se falasse da riqueza económica e cultural deste interior, tão ostracizado pelos sucessivos governos do PSD e do PS.

2. A propósito do tema Regionalização que, uma vez parece que avança e, outras não só parece como é verdade patina, não podemos esquecer o vasto conjunto de

malabarismos engendrados pelos ideólogos da direita e não só. São inumeráveis os obstáculos levantados neste já demorado debate, pelos inimigos da Regionalização. Recentemente, chegou-nos à mão cópia de uma Conferência Económica, realizado pelo PCP, em 1985, com o título "A política de direita e o desenvolvimento regional". Este trabalho, condensado em 5 páginas, é ilustrativo, por um lado e, demolidor por outro relativamente ao conjunto de argumentos ideológicos inventados pelo PSD e pelo PS, sobre as causas do subdesenvolvimento do interior. Continua, a nosso ver, tendo toda a actualidade, mesmo passados que são 12 anos. Nós que, ultimamente temos participado em iniciativas que pretendem dar contributos positivos para a eliminação das assimetrias regionais, combate à desertificação e de procura de pistas com vista à criação de postos de trabalho estáveis

por forma a fixar as populações no interior, não podemos estar mais de acordo com a abordagem feita, já nesse distante 1985, numa Conferência promovida pelo PCP.

3. O Grupo Parlamentar do PCP, na 3.ª Assembleia da República, propôs há um ano a criação de um Museu do Douro, que preserve e divulgue a memória de uma actividade vitivinícola secular, sendo uma antiga e legítima aspiração das populações do Douro. Esta foi uma das reivindicações expressas na II Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro. A II Conferência Democrática, realizada em 16 de Junho de 1996, por iniciativa das DOR do PCP de Bragança e Vila Real, não tratou só do Douro, mas a ele dedicou grande importância. Esta reivindicação, transformada em iniciativa parlamentar, vem provar mais uma vez que o PCP cumpre o que promete. Aliás, não é de agora que o PCP procura conhecer e discutir os grandes problemas desta região nomeadamente, do Alto Douro. Todos nós recordamos, ainda, de um Debate promovido pelo PCP, há mais de 10 anos, em Lamego, a 27 de Julho de 1986, sobre "O Douro, a Vinha e o Vinho" e as repercussões que teve em toda a região. De assinalar que mais nenhum partido teve, até hoje, a ousadia política de promover um debate desta natureza e aberto a todos os que nele quiseram participar. Só lembramos esta iniciativa, passados que são mais de 10 anos, porque ela confere, ainda, mais legitimidade à iniciativa, do PCP, da criação de um Museu do Douro.

4. Estamos todos a viver o rescaldo das eleições autárquicas. Como é reconhecido, a CDU não atingiu os objectivos pretendidos. Porém, a CDU continua sendo uma importante força autárquica, detendo a maioria em 41 municípios, mais a capital do País, aqui, em coligação com o PS. No distrito de Bragança a mudança deu-se em 3 Câmaras, incluindo a capital do distrito. Os eleitores de Bragança, ao procurarem a mudança, infelizmente, não apostaram na verdadeira alternativa. Votaram maioritariamente numa força política em

muito semelhante àquela que pretendiam derrotar. A breve prazo, voltará o descontentamento e a frustração porque o PSD já demonstrou que, tal como o PS, não está em condições de desenvolver o interior. A CDU, mesmo com os condicionamentos conhecidos e as pressões de toda a ordem junto dos seus candidatos e eleitores, aumentou em número de votos, em 8 dos 12 concelhos. É certo que os aumentos nalguns casos de 100, 200 e 300 por cento acabam por não permitir aumentar o número de eleitos, na medida em que partiam de uma base eleitoral muito reduzida. No entanto, julgamos importante assinalar o aumento daqueles que, mesmo sabendo não eleger nenhum vereador, preferiram dizer não ao voto "útil" e, dar o seu apoio votando na força eleitoral de esquerda mais consequente, a CDU.

5. Finalmente, gostaríamos de retomar o título desta crónica "A terra e os afectos". Depois do período mais ou menos agitado das eleições autárquicas, tivemos um período festivo que culmina com o ano novo. Aqui, no Nordeste Transmontano, nesta época, vivem-se tempos de grande afirmação dos valores deste interior, quer nas suas manifestações culturais quer noutras, como seja a sua gastronomia. Em relação à gastronomia, aproveita-se nomeadamente a época de caça e o período da matança e respectivo fumeiro para confeccionar os mais belos pratos da cozinha portuguesa. Nas manifestações culturais, a festa dos rapazes realizada em aldeias como Varge, Babe, Constantim ou Baçal são prova do que afirmamos. As peculiares manifestações festivas que aqui se desenrolam, no período que decorre do dia 24 de Dezembro ao dia 6 de Janeiro, aproximam-se dos rituais das antigas festividades solsticiais. A festa dos rapazes visa, em última análise, a afirmação da juventude e a continuação da vida.

Por nós, em 1998 vamos continuar a luta por um projecto de progresso e desenvolvimento harmonioso para o nosso país. E, tal como dizia o poeta, "Mesmo na noite triste, em tempo de servidão. Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz que não!".





■ Miguel Urbano Rodrigues

Que mudanças houve em Cuba na vida do dia-a-dia? Como suportam eles o racionamento? Como se adaptam a uma situação de escassez permanente? Que efeitos produz na consciência social a desigualdade gerada pela circulação de duas moedas?

Sou bombardeado com perguntas como essas quando volto a Portugal vindo de Havana.

Para preservar o socialismo e a própria independência, Cuba teve, após a desagregação da URSS, de adoptar soluções e medidas que ferem a consciência revolucionária do povo. Fidel, no seu estilo inconfundível, expressa essa realidade ao afirmar que com elementos

de diversão e convívio que imprimiam à sociedade cubana uma fisionomia que a diferenciava de qualquer outra. Havia uma intimidade cubana única, na organização familiar, independentemente das opções ideológicas, da cultura dos diferentes segmentos sociais.

# A transformação do quotidiano numa Cuba bloqueada



Uma banca de fruta num mercado agro-pecuário

O «camelo», autocarro gigante criado pela imaginação cubana

do capitalismo introduzidos na vida cubana o país é invadido por «bactérias» e outros bicharocos» próprios do mundo capitalista. O preço a pagar somente foi aceite por todos sabermos que não havia alternativa nas condições da guerra não declarada imposta à Ilha pelo imperialismo norte-americano.

Como era inevitável, as consequências sociais das medidas do chamado «período especial em tempo de paz» são pesadas e complexas. As mudanças manifestam-se não apenas no terreno da macroeconomia e da estratégia financeira, mas também no campo institucional e na vida familiar, no trabalho, no aproveitamento dos tempos livres. Afectam o dia-a-dia dos cubanos, as relações humanas, o projecto da existência.

A cada época histórica, a cada organização social corresponde um tipo de vida quotidiana. Em Cuba, o povo foi, para salvar a sua Revolução, obrigado a alterar tudo.

Em Havana, em Santiago, nas demais cidades, tal como no campo, as pessoas, após três décadas de socialismo, tinham circulado um estilo de vida, hábitos, formas

de diversão e convívio que imprimiam à sociedade cubana uma fisionomia que a diferenciava de qualquer outra. Havia uma intimidade cubana única, na organização familiar, independentemente das opções ideológicas, da cultura dos diferentes segmentos sociais.

Ultrapassada a fase das grandes dificuldades iniciais, Cuba organizou-se socialmente a partir dos meados dos anos 70 numa atmosfera de relativa estabilidade. As formas de pensar e actuar do cubano-padrão eram inseparáveis de uma realidade exterior, condicionante, tão coerente quanto possível. Quando a URSS se afundou, os efeitos dessa catástrofe mundial foram imediatos e brutais na organização da vida.

Era preciso resistir qualquer que fosse o custo. O épico discurso de Fidel no IV Congresso do PCC, em Santiago, empolgou a nação, mas não houve ilusões. Vinham a caminho privações e sofrimentos nunca imaginados. Em 1995, quando o abastecimento começava, aliás, a melhorar vagarosamente, o «Granma» perguntava num artigo como fazer durar o petróleo, tão necessário para usos caseiros e tão pouco-cochinho? A revista «Bohemia» em 1994 sublinhava que «a crise obrigou a uma dieta básica de arroz e feijão» e que eram muitos os produtos que tinham «desaparecido da caderneta de racionamento e tinham de ser adquiridos no mercado negro».

com 23 pesos se compre um dólar e o maço de cigarros esteja à venda por 10 pesos ou menos.

Para se fazer uma ideia do quadro em que se produziu a melhora da situação é preciso ter noção do significado e custo das transformações estruturais da economia doméstica na fase inicial do período especial.

Em primeiro lugar, a escassez do combustível (as importações de petróleo caíram de 13 milhões para quase metade) provocou uma redução drástica na oferta do transporte público, perturbando todo o funcionamento do organismo social. A utilização maciça da bicicleta alterou não apenas o panorama de Havana como os hábitos de vida, os horários e os lazeres. O transporte passou a exigir muito mais tempo, roubando horas ao descanso. Conheço muitos cubanos que se levantam antes das 4 da madrugada para não chegarem atrasados aos respectivos lugares de trabalho.

A introdução dos táxis colectivos (privados) e do «camelo» (autocarro gigante filho da imaginação cubana) foram opções que resolveram alguns

problemas. Mas o espectáculo das enormes bichas nas paragens de autocarros nas horas de ponta é, por si só, revelador da angústia diária de centenas de milhares de cidadãos de Havana, uma cidade com o triplo da população de Lisboa.

A resposta das famílias foi gradual, lenta e diferenciada. Na reorganização da vida pesaram factores culturais, tradições, gostos. A mudança dos horários da televisão (encurtados) e dos cinemas bastaria noutro país para desencadear atitudes de inconformismo e mal-estar. Isso não aconteceu em Cuba. O povo não pode prever sequer quando findará o período especial com o seu cortejo de carências. Mas soube ajustar-se à nova e dura situação.

Comentando as alterações revolucionárias nos hábitos quotidianos, os autores de um ensaio publicado na revista

Bicicletas dos trabalhadores num canavial

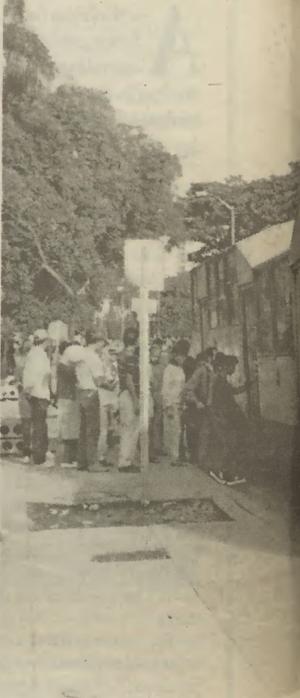
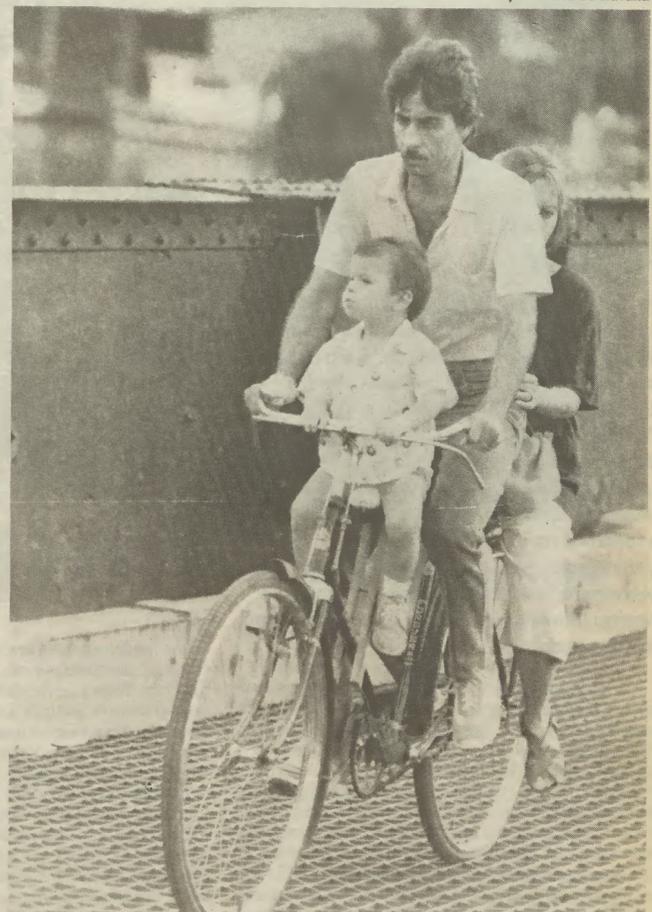


Imagem de rotina no quotidiano de Havana



\* \* \*

Não creio que outro povo – nunca é de mais repetir a afirmação – pudesse neste final do século suportar mudanças tão inesperadas e pressões externas como a do bloqueio.

Cuba aguenta. Mas a sua resistência, num contexto de escassez e de

reestruturação profunda da economia, com uma dupla moeda a circular no país, provocou alterações na vida quotidiana extremamente complexas. Noutro país bastaria a despenalização da posse de dólares, pelas desigualdades que gerou, para criar tensões sociais incontroláveis.

Muita gente mudou de profissão. Conheço pessoas com diplomas universitários que renunciaram a cargos na área administrativa preferindo modestos empregos turísticos mais rendosos.

Surgiram também ocupações novas como a de mensageiro. Geralmente a tarefa é desempenhada por reformados que, a troco de alguns pesos, assumem a responsabilidade de recolher os géneros a que famílias amigas, de acordo com a caderneta de racionamento, têm direito. Dessa forma muitos trabalhadores resolvem o problema da perda de tempo nas filas.

Hoje é fácil encontrar nos mercados agro-pecuários e nas lojas que vendem em dólares quase tudo aquilo de que uma família precisa. Mas para os salários cubanos esses produtos são muito caros. Antes do período especial havia

muito dinheiro nos bolsos (era enorme o volume de moeda em circulação) e poucas mercadorias importadas à venda. Hoje ocorre o inverso e os alimentos são também abundantes no mercado agro-pecuário. Faltam pesos para a aquisição de mercadorias apetecíveis.

«A população está colocada – cito mais uma vez o ensaio de «Temas» – perante exigências de adaptação grandes. Desestrutura-se e reestrutura-se o quotidiano, redefinem-se as formas de comportamento, tenta-se manter o equilíbrio. Isso exige flexibilidade de pensamento, uma relação dialéctica – mutuamente transformadora – entre o homem e o ambiente, entre o sujeito e o sujeito social. Obviamente, não é de se esperar que toda a população esteja preparada para tal nem que todas as respostas sejam iguais.» (\*)

Há respostas anti-sociais. Surgiram, como era inevitável, parasitas em busca de dólares, marginais e oportunistas que tentam aproveitar em benefício próprio as contradições geradas pelas medidas do período especial. Tentam enriquecer ilícitamente.

Situações criadas pelo alugar clandestino de casas (Cuba é o país do mundo com mais elevada percentagem de cidadãos com casa própria porque a Revolução facilitou a aquisição do lugar de residência) preocupam o Estado e o Partido e motivaram na Primavera passada a promulgação de uma lei que estabeleceu duras penas para os prevaricadores.

Somente o desconhecimento da realidade cubana pode levar à convicção de que esses fenómenos sociais negativos constituem uma ameaça séria à continuidade da Revolução.

O povo de Cuba, vítima de um bloqueio sem precedentes na história, alvo de agressões que se inserem numa guerra não declarada, habituou-se há muito a

conviver com desafios inimigáveis e a superar ameaças bem maiores.

Quanto mais intensa é a agressividade de norte-americana, mais pronta e caudalosa é a resposta do povo.

Cuba tornou-se um laboratório social único no mundo. Nas condições mais difíceis, tem gerado os anticorpos adequados para neutralizar e combater os efeitos nocivos das mazelas, inevitáveis, que assinalam o percurso da Revolução e a construção do socialismo.

Noutro país, nas mesmas circunstâncias, o pessimismo marcaria o quotidiano e as perspectivas do futuro próximo. Não aqui, nesta Ilha.

«Um objectivo essencial orientará a praxis: a busca de espaços e a criação de condições que permitam a cada ser humano expressar e desenvolver as suas potencialidades; revalorizar a individualidade, a iniciativa pessoal e apoiar-se em critérios de solidariedade, paz e justiça social, valores essenciais para o desenvolvimento e a protecção de tudo e todos no nosso país.» (\*)

Paradoxalmente, a participação popular aumenta em vez de diminuir. Não conço nação alguma onde essa participação, alídice básico da autêntica democracia, seja tão forte, fraternal e espontânea. A Revolução Cubana, caminhando em frente, defende-se com uma imensa alegria. Continua a contrariar algumas leis da história.

(\*) Apesar das escassez e das restrições existentes, o Estado cubano assegura ao povo uma dieta alimentar que permite, graças também a um serviço de saúde modelar, a manutenção de uma das taxas de mortalidade infantil mais baixas no mundo e uma esperança de vida de 76 anos, similar à dos países mais desenvolvidos da Europa.

(\*) «La vida cotidiana en Cuba – una mirada psico-social», Consuelo Martín, Maricela Perera Pérez, Maiky Díaz Pérez, Revista «Temas», La Habana, nº 7, 1996

(\*) e (\*) Idem, ídem.

## EM FOCO

9 **Formação,  
trajectória  
e fim  
do Império Britânico**

■ **Manoel  
de Lencastre**



Apesar do silêncio, do desprezo de historiadores e outros intérpretes ou analistas da História, obcecados pela grandeza do Império britânico mas invisuais quanto às circunstâncias centrais da sua constituição e consolidação, triunfar na Guerra Peninsular em Portugal foi, para a Grã-Bretanha, o definitivo arranque e a decisiva criação de condições para a vitória final. Sem o breve combate na Roliça e o sangrento encontro no Vimeiro, a batalha do Buçaco e a resistência em Torres Vedras não teriam, provavelmente, acontecido. Wellesley não se decidiria pela construção do supremo conjunto defensivo que inverteu todo o processo e pôs na defensiva a «Grande Armée» napoleónica.

Podemos ir mais longe, ainda: sem a crise originada pela tragédia de Massena em Portugal, a presença francesa em Espanha ter-se-ia, provavelmente, aprofundado e Wellington não teria, obviamente, vencido a campanha de Salamanca, chegado a Madrid, triunfado em San Sebastian, Toulouse, e entrado em Paris. Napoleão acabaria por conseguir sobreviver aos acontecimentos provocados pelo desastre de Moscovo e, no fim de contas, Waterloo permaneceria um sítio desconhecido. Por nós, quanto mais observamos o desenrolar desta época terrível e crucial que marcaria a situação mundial até à Revolução de Outubro de 1917, mais nos convencemos de que foi em Portugal que a França napoleónica caiu no fosso da sua própria destruição. Igualmente, foram os anos momentosos da Guerra Peninsular que ditaram a salvação do Império britânico da gradual desintegração que lhe estava preparada. Napoleão chegaria à Índia. O Império recuaria em massa para as suas fronteiras naturais – as Ilhas britânicas. Nada seria o que foi. Mas a inevitabilidade histórica determina as condições da marcha dos homens e das nações através do tempo. Napoleão Bonaparte percorria caminhos sem saída. Contra ele, surgia a manhã dos novos tempos. E Waterloo teria, fatalmente, de acontecer.

## No Vimeiro

No perplexo Portugal de 1808, o comandante do exército britânico, Sir Arthur Wellesley, começa a aperceber-se das condições em que se vivia no nosso país, das carências totais do povo português, da situação do exército de Bernardim Freire. E não se mostrou económico, nas suas cartas, quanto ao que via e o fazia pensar. Assim, a 18 de Agosto, escrevia ao general português nos termos seguintes: «O tenente-coronel Trant informou-me esta manhã da triste situação das suas tropas devido à falta de pão. V. Exa deve saber que não me compete tomar medidas para que essas tropas sejam alimentadas. Os meus recursos disponíveis neste país não vão além do que é necessário para a manutenção do pessoal de Sua Majestade Britânica. Confio em que V. Exa consiga obter meios que lhe permitam garantir abastecimentos e a subsistência do seu exército» (Despachos)

No Vimeiro, os franceses iniciaram as operações às oito horas da manhã de 21 de Agosto. O ataque da cavalaria (Kellermann) dirigiu-se contra os atiradores do general Fane e a ala esquerda inglesa – uma brigada comandada pelo general Ferguson. Mas Wellesley, realizando uma brilhante alteração táctica no seu dispositivo, evitou o envolvimento que as tropas de Junot procuravam realizar. Mandou avançar as brigadas de Nightingall, Ackland e Bowes para que, com a infantaria portuguesa e a brigada de Craufurd, constituíssem uma nova esquerda que se posicionava na zona da estrada da Lourinhã. O impetuoso ataque de Loison e Delaborde, portanto, falhou. Mas continuava a combater-se, furiosamente, em plena estrada de Torres Vedras-Vimeiro. A brigada de Ackland (2678 homens) deslocou-se, rapidamente, para apoiar Fane. Os franceses, sustentando pesadas baixas, recuaram sob a protecção de Margaron, da cavalaria de Kellermann. Por esta altura, o exército de Junot tentava uma operação desesperada na referida zona da estrada da Lourinhã. Aí, Soullignac, fortemente apoiado pela cavalaria, atacou as posições de Bowes, Nightingall e Ferguson. Mas a manobra da nova esquerda do exército britânico (Craufurd e os portugueses) envolveu o general francês. Quando surgiu Brennier, era tarde. Ele próprio foi feito prisioneiro.

# O exército britânico ocupa Lisboa

Ao meio-dia tornava-se claro que Junot e o seu exército tinham sofrido uma séria derrota. As baixas eram enormes. Começou a fuga. Surgiu a possibilidade da completa destruição do inimigo. O sector de Soullignac estava completamente à mercê de Ferguson. E Junot, recuando quase desordenadamente, achava-se, ainda, afastado de Torres Vedras. O que iria acontecer? Mas Sir Harry Burrard que, entretanto, havia desembarcado e não se apercebera de que Junot levava para o Vimeiro a quase totalidade do seu exército, o que eliminava a possibilidade de aparecerem reforços, deu ordens a Wellesley para que cessassem as operações. Sir Arthur obedeceu, mas Ferguson exigiu instruções para perseguir e aniquilar as formações francesas. Sem resultado. A estranha decisão de Burrard prevaleceria. E o exército napoleónico, deixando centenas de mortos e feridos no terreno, arrastava-se, dolorosamente, por todos os caminhos que abrissem para Torres Vedras.

## O elixir de uma falsa liberdade

No dia 22, à noite, Lisboa devorava, semialucinada, as notícias que chegavam. Dizia-se que os franceses tinham sido completamente derrotados por Wellesley – que Junot havia sido feito prisioneiro e Delaborde estava ferido com uma bala no pescoço. As ruas encheram-se de povo e as raras prulhas ocupacionistas começavam a perder autoridade. Mas, no campo inglês, Sir Hew Dalrymple também já desembarcara para assumir a direcção daquilo que era, afinal, uma vitória incompleta. Aprovou as decisões de Burrard. As tropas, entretanto, deslocavam-se para as vizinhanças de Torres Vedras e a brigada de Sir John Moore marchava pelas estradas e caminhos conducentes à Maceira. Na Lourinhã, forças portuguesas (6000 homens) observavam. Torres Vedras era terra aberta e só. E os ingleses, então, fizeram saber a Junot que tinha 28 dias para assinar a rendição do seu exército e organizar a respectiva evacuação. Para formalizar essas medidas, Sir John Murray e Kellermann elaboraram os documentos que viriam a constituir a célebre Convenção de Sintra em que os vencedores do Vimeiro, claramente, solicitaram aos vencidos as melhores condições de paz. O exército de Junot seria tratado, até ao dia derradeiro da sua presença em Portugal, com excessiva e incompreensível magnanimidade.

Mas a capital portuguesa experimentava o elixir da liberdade. A polícia, que servira Junot, começava a esconder-se. Viviam-se o espectáculo terrível da chegada, em pequenos grupos, de centenas de feridos que exibiam chagas horrorosas, órgãos mutilados, rostos estranhos que espelhavam o endoidecimento provocado nos soldados pela violência e pelos horrores da guerra. Entravam na cidade inúmeros carros transportando corpos sem vida. Dizia-se que do Vimeiro ao Campo Pequeno era tudo um cemitério. E o exército britânico avançava no vale do Tejo, como em passeio, dirigindo-se à capital do país que viera salvar. Preparava-se a parada da vitória. Porém, a mãe de todas as fúrias começou a varrer Lisboa. Era a hora do ajuste de contas, da caça aos jacobinos que os reacçãoários e obscurantistas exigiam contra os progressistas e liberais. Estes eram os portugueses que haviam suposto constituir a invasão francesa um factor de libertação e de avanço político e social no nosso país. Em vez disso, Portugal reaproximava-se do passado. E enquanto os franceses, obrigados ao abandono do local dos seus crimes, empacotavam tudo o que haviam roubado, jóias, dinheiro, objectos de ouro, os ingleses experimentavam o sol de Agosto. Os portugueses, entretanto, continuavam a viver com o estômago vazio e compreendiam mal a tragédia para que se viam arrastados.

## Contra a Convenção de Sintra

A Convenção de Sintra foi mal recebida na Grã-Bretanha. O país moderno, imperial e criador do sistema industrial que já galvanizava o mundo não queria aceitar que a fuga do exército de Junot, derrotado por Wellesley, não tivesse culminado na esperada e natural exterminação. Pela terceira vez, a Inglaterra lutava contra o estabelecimento, por um só país, de um poder totalitário no continente europeu – opusera-se à Espanha filipina e da Inquisição, à França de Louis XIV, o Grande Monarca, e dos jesuítas. Combatia, agora, a nova França jacobina e napoleónica. Quem eram Sir Hew Dalrymple e Sir Harry Burrard, para impedirem a materialização de uma grande vitória? Por que se davam como satisfeitos apenas com um reduzido triunfo? No coração do Império de novo tipo, avançava a «macadamização» das estradas, gozava-se, placidamente, a vida nos «shires» (províncias em redor da zona metropolitana londrina), viviam-se tardes de caça às raposas, construíam-se bibliotecas e amavam-se os desportos que o próprio Wellesley desprezava.

A nova Inglaterra imperial, impulsionada pelos princípios e pelo estilo da classe média, ultrapassara o grande medo que a hipótese de invasão napoleónica gerara e já não dependia do génio de Néelson e de Pitt que, aliás, tinham ficado pelo caminho. Era um país em plena corrida para o domínio do mundo, onde se faziam fortunas rápidas apesar da brusquidão (ou devido a ela) dos aumentos e das descidas de preços que a guerra provocava. Mas proibía-se a organização de sindicatos e os filhos da indústria, os que, verdadeiramente, faziam com as próprias mãos, com o próprio sangue e torrentes de lágrimas uma prosperidade que seduzia a Europa, agonizavam.

Unida e forte, a Grã-Bretanha rugiu em clamor profundo o seu apoio aos artigos do «Times» e aos protestos dos Comuns que apontavam e vilificavam a Convenção de Sintra e a responsabilidade assumida por Sir Hew e Sir Harry. O histórico Tribunal Militar convocado para deliberar sobre o que, de facto, se passara no Vimeiro, ilibou Sir Arthur Wellesley e acabaria por consignar aos caixotes do lixo da História as burlescas figuras dos comandantes do exército britânico na Península Ibérica. Entretanto, o país pretendeu ganhar tempo para pensar o futuro do mortal conflito em curso enquanto Napoleão subjugava a Europa e Portugal procurava encontrar-se consigo mesmo numa conjuntura que eliminava os valores do passado.

Era em simples canções, todavia, que o povo britânico exprimia melhor a verdade e o mais fundo sentimento sobre o que estava a passar-se.

«Sir Arthur and Sir Harry,  
Sir Harry and Sir Hew,  
Sing cock-a-doodle, doodle,  
doodle-doodle-doo»

«Sir Arthur was a fighting cock,  
But of the other two...  
Sing doodle-doodle-doodle,  
doodle-doodle-doo»

(Sir Arthur e Sir Harry,  
Sir Harry e Sir Hew,  
Cantavam a canção do galo,  
'doodle-doodle-doo')

(Sir Arthur era um galo de combate,  
Mas quanto aos outros dois...  
Cantavam 'Doodle-doodle-doodle,  
'doodle-doodle-doo')

Em Portugal, país mais romântico, menos cruel, e simultaneamente aquele que mais sofria as assombrosas consequências da guerra, ressurgia uma velha cantiga folclórica oriunda do vale do Douro:

«Rapariga tola, tola,  
Olha o que vais fazer!  
Vais casar com um soldado,  
Melhor te fora morrer!»

**Fardas vermelhas**

O peso das realidades impunha-se, dolorosamente. Em Lisboa, o ódio aos franceses misturava-se, já, com a tradicional desconfiança quanto aos ingleses. Há fardas vermelhas na cidade. No dia 4 de Setembro de 1808, o povo corre de todos os bairros em direcção à Baixa. A esquadra inglesa (300 navios) aproximara-se da barra e duas fragatas fundeavam, ali, frente à Praça do Comércio. Depois, a esquadra aproximava-se. Uma grandeza única. Daquela gente que vinha do Norte contavam-se bárbaras e sanguinárias histórias. O exército, vindo do Vimeiro, já estava às portas da cidade e dizia-se que pagava a dinheiro tudo o que requisitava. A bandeira portuguesa reaparece em São Julião. As praias cobrem-se de povo. Os ingleses ocupam o Cais da Fundação onde colocam artilharia. Tomam posse do Arsenal e do Forte de São Paulo. Oficiais fumam charutos, altivamente. Todos falam um idioma estranho que o Portugal beato e atrasado não compreende.

A 10 de Setembro, a ocupação inglesa formaliza-se, nos termos da Convenção. A 13, as tropas francesas começam a embarcar nos navios ingleses que as transportarão a La Rochelle. O general Sir John Hope assume o cargo de governador de Lisboa. A nossa bandeira reaparece no Castelo de São Jorge e no de Almada. A 15, o exército britânico desfila, espectacularmente, na capital de Portugal. Rufam tambores em Arroios desde as cinco da manhã. Em resposta, repicam os sinos de todas as igrejas. Debruçadas das janelas de onde se estendem colchas, mulheres portuguesas fingem ignorar o olhar da soldadesca britânica em parada. Garotos esfarrapados acompanham os regimentos que irrompem do Alto do Pina. Há foguetes nos ares. E distribu-

em-se papéis com a pessimamente escrita proclamação do general Hope, comandante das tropas de ocupação.

Por meios militares, o Império britânico confirma a subjugação do porto e da cidade de Lisboa, um velho objectivo, um sonho de séculos que torna mais fácil a exploração de todos os continentes do nosso planeta.



**Proclamação do General Hope**

Governador de Lisboa e comandante das tropas britânicas de ocupação.

● (O péssimo português utilizado conduz-nos a supor que esta Proclamação terá sido redigida por William Carr Beresford)

«Habitantes de Lisboa:

O vosso país está resgatado e vós tornais a ser livres. A vossa bandeira flutua em todas as partes do Reino.

O Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General em Chefe do Exército britânico está ansioso por estabelecer o vosso Governo civil sobre a mesma base em que o deixou o vosso amado príncipe quando, pelos seus constantes amigos e dos seus reinos, se salvou dos seus insidiosos inimigos. Sem perder um momento, nós nos esforçamos de efectuar esta medida, e de substituir um governo civil ao militar; o que, todavia, há-de levar alguns dias. Para que pois os mal intencionados (se é que os há) não convertam a verdadeira liberdade em demasiada soltura, e a fim de evitar na presente crise as terríveis consequências de um tal acontecimento, cumpre ao Comandante em Chefe e àqueles a quem tem imediatamente delegado a Superintendência da tranquilidade pública desta cidade, vigiar como sumo desvelo na sua paz e sossego, e na segurança das pessoas e propriedade dos seus leais e bons habitantes. Para conseguirmos este fim, será indispensável, por pouco tempo, conservar guardas fortes, piquetes e patrulhas em vários sítios, a fim de se segurar e prender qualquer pessoa que se atrever a perturbar a tranquilidade pública.

«Regozijai-vos, habitantes de Lisboa! Vós tendes grandes motivos para regozijar-vos; e os vossos amigos ingleses, participando dos vossos sentimentos, se regozijam também convosco; não consintais, porém, que os mal intencionados tomem daí azo para motivos ou confusões. Que guardam disso! Pois os mais vigorosos e efectivos meios estão preparados para prevenir e embaraçar qualquer atentado desta natureza; e todo aquele que for cúmplice, será punido segundo as leis militares da maneira mais pronta, rigorosa e exemplar; e a fim de precaver a mínima intenção de interromper o sossego da cidade, proibimos, nas presentes circunstâncias, o entrar com armas e usar delas pelas ruas; e todos os armazéns ou tabernas onde se venda, por miúdo, vinho ou licores espirituosos, estarão fechados logo depois das seis horas da tarde, não devendo abrir-se antes do sol nado, sob pena de prisão e pendimento dos efeitos.

«Convocamos, enfim, todas as pessoas que têm autoridade ou influência, sejam do Corpo da Magistratura ou fora dele, e mui particularmente os sagrados ministros da Religião, que auxiliem a força militar a fim de manter com a sua influência a tranquilidade da capital, até se conseguir o desejado fim de vermos entrar as constituídas autoridades civis no exercício das suas funções.»

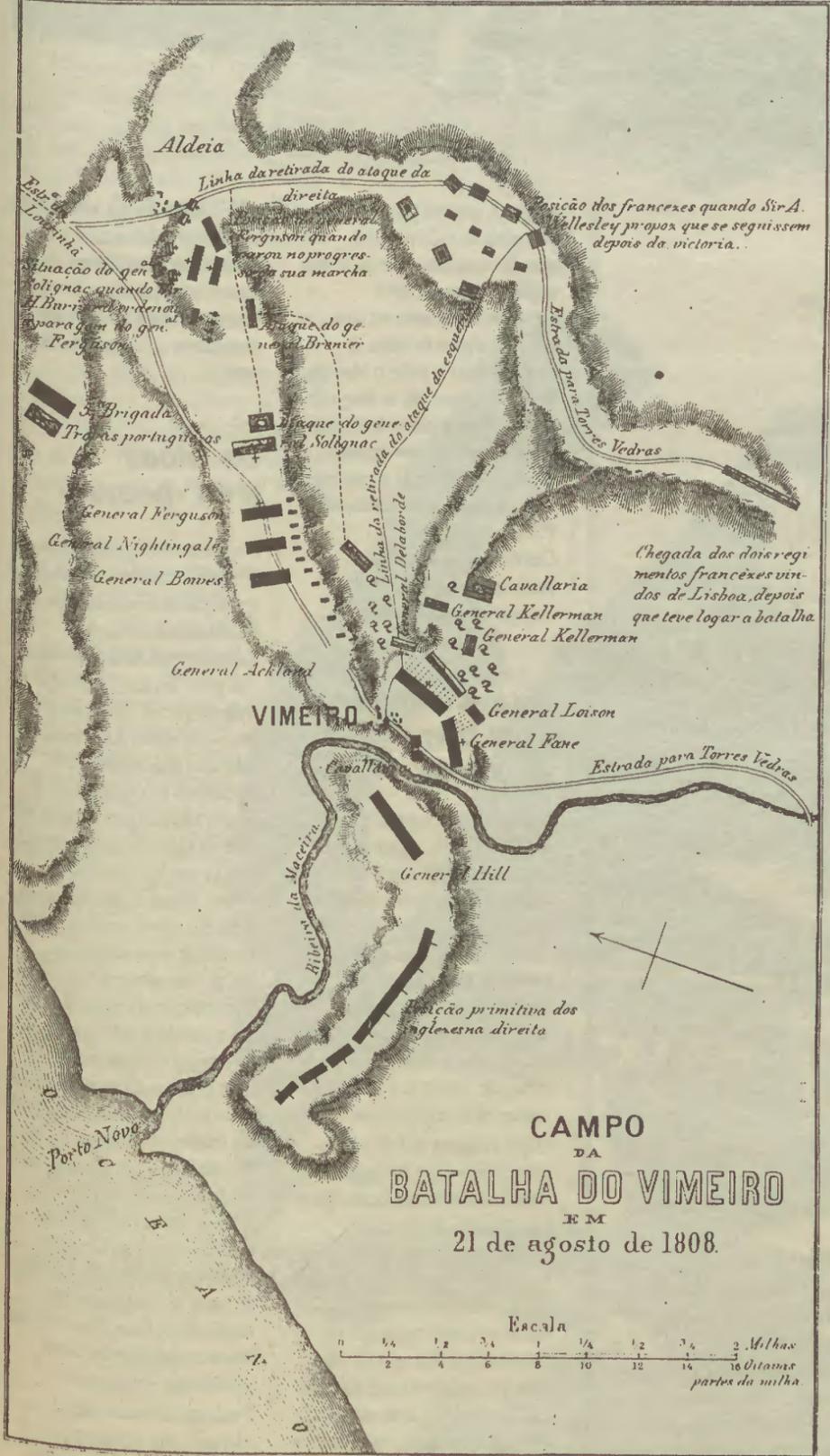
Viva o Príncipe Regente! Viva! Viva!

John Hope  
Tenente General

Era isto a Proclamação de um general amigo e de um exército amigo que chegara para libertar Portugal, o velho aliado da Grã-Bretanha e do seu Império? Esta Proclamação era, simplesmente, a de um exército de ocupação de um país e de submissão de um povo que os ingleses, no fim de contas, temiam profundamente, como viriam a reconhecer.

1.º vol.º pag 414.

Est.º 3.



## Portas... de vaivém

Apesar de Oliveira de Azeméis não estar ao virar da esquina da atenção dos órgãos de Comunicação Social, desta vez puseram-se a caminho, não por que houvessem subitamente descoberto este simpático Concelho, mas porque queriam... ouvir Paulo Portas. Isto porque Paulo Portas decidiu fazer umas declarações por ocasião da sua tomada de posse como membro da Assembleia Municipal desta autarquia. Para falar de Oliveira de Azeméis? Claro que não. Oliveira de Azeméis serve apenas de cenário para o *show off*. O que

Portas queria era falar da sua carreira política, dizendo que existe «muita coisa por resolver no Partido Popular, além da liderança, nomeadamente a ideologia, o programa, a estratégia, a imagem e o recrutamento».

Com tanta coisa por resolver no PP, fica-se com a ideia que é o próprio partido, na sua totalidade, que precisa de ser «resolvido». Deve ser por isso que Paulo Portas nunca mais se resolve a comprometer-se na sua liderança, aliás no seu conhecido estilo de um Portas de vaivém. Mas apesar desta eterna hesitação – pouco consonante com um aspirante a líder –, Portas não

# PONTOS CARDEAIS

deixa de minar o terreno a eventuais adversários da sua não menos eventual candidatura, pelo que procurou apoucar, desde já, Maria José Nogueira Pinto, de quem disse este mimo: «foi candidata a presidente das Caldas da Rainha e, tanto quanto sei, fez descer para metade das legislativas o resultado do partido».

Tão «cristãos» e tão «democratas» que eles são todos...

## Laranjinhas azedas

A JSD foi a Viseu realizar um congresso, onde a liderança foi renhidamente disputada entre o jovem Pedro Duarte, apoiado pelo

«senior» Luís Filipe Menezes, e Jorge Moreira da Silva, que se recandidatava ao cargo. Realizado o escrutínio, a vitória sorriu de novo a Moreira da Silva, embora por uns escassos 13 votos, o que não o coibiu de disparar «recados» para todo o lado. O primeiro alvo foi o adversário derrotado, Pedro Duarte, a quem começou por classificar de «grande, bom e alternativo» e terminou acusando-o de estar demasiadamente «colado» a Luís Filipe Menezes, o que deve ser verdade, a avaliar pela reacção de Luís Filipe

contas pelos salários, aos outros sócios da empresa que põem em causa a gestão ruínosa que tem conduzido, onde se contam irmãos seus e, até, dos próprios representantes do Ministério do Trabalho que ali se têm deslocado para desbloquear a situação, nomeadamente exigindo que a senhora cumpra a lei e permita o acesso aos ficheiros dos trabalhadores para que estes, ao menos, recebam do fundo de desemprego. A tudo a mulher diz que não, reclamando entretanto contra a

## PONTOS

# NATURAIS

## Actualidade

Mário Castro

### Crónica

Havia cânticos.

E votos.

Nós  
sôfregos  
corríamos  
para apanhar o comboio.

O comboio partiu.

– Ainda não era o nosso  
disse a mulher  
com o filho ao colo  
parada no meio da gare.

### Festa

Em quantas casas  
do meu país  
haverá hoje  
uma flor  
na jarra?

(Supondo  
é claro  
que há uma jarra  
em todas as casas  
do meu país)

### Telediário

Duzentos operários  
de Gouveia e de Seia  
vão ficar sem trabalho.

Isto acontece precisamente  
precisamente  
nos primeiros dias do ano.

Mal tínhamos ainda escrito  
o último burocrático postal.

Pouco após ter caído  
o último boletim na urna.

Logo a seguir ao eclodir  
da última promessa.

Depois da penúltima gota  
da «flute»  
de champanhe.

– Boas Festas a todos!  
Diz na TV o Primeiro-Ministro.



### Prova

Esquecia-me de informar  
que entre os duzentos operários  
despedidos  
há homens e mulheres.

Podeis dormir descansados  
ó defensores  
dos Direitos Humanos.  
Discriminação sexual é coisa  
que não há  
neste país.

Como se prova.

### A estrela

E já passou o tempo do luar.

Apagaram-se as lâmpadas  
nos ramos da árvore  
perderam a Graça  
os alegres enfeites.  
A estrela  
que apontava  
para Belém  
tem o ar melancólico  
de quem já sabe  
que foi tudo um sonho.

Até o próprio tempo  
pareceu apagar-se.

A menina  
quando caiu a folha derradeira  
do encanto que tinha na alma  
dobrou o pinheiro ecológico  
guardou-o no caixote  
pôs o caixote em cima do armário.  
No ano que vem  
o pinheiro ainda estará verde  
no seu verde de falsa clorofila.

A estrela  
essa  
tem de ser novamente inventada.

Menezes, que não pôs os pés na cerimónia de encerramento quando constatou a derrota do seu pupilo. Moreira da Silva espingardeou igualmente contra os que o acusavam de «falta de mediatismo» e o próprio Marcelo Rebelo de Sousa não se livrou de ouvir do líder reeleito da JSD que «seremos a lente, não seremos o espelho do partido. O sr. professor verá através de nós o futuro, não o PSD».

Como se vê, com tantos azedumes, o baronato no PSD começa logo de pequenino...

### A reaccionária com nome de santa

Teresa d'Ávila, a actual gerente dos Cabos Ávila, emitiu um comunicado onde acusa a «inoperância por parte da PSP», que, segundo ela, tem «pactuado» com os trabalhadores que ocupam a empresa desde o dia 7 de Janeiro, permitindo que estes «façam fogueiras dentro das instalações», «sabotem a instalação eléctrica» e a mantenham «sequestrada». O que a criatura não diz no seu comunicado é que não paga aos trabalhadores há três meses, que a «sabotagem» na instalação eléctrica se resume ao corte da energia feito pela EDP por falta de pagamento, que as «fogueiras» são os pequenos lumes que os trabalhadores têm feito de noite para se aquecerem e que não saiu das instalações porque não quis, barricando-se nelas e impedindo o acesso a toda a gente: aos trabalhadores que lhe estão a pedir

pólicia que, a seu ver, devia correr toda a gente à bastonada, incluindo os seus próprios irmãos, a quem nega quaisquer direitos. Imagine-se. Uma reaccionária deste calibre... e com nome de santa.

### Os «ricos e os «pobres»

O ordenamento constitucional da Alemanha tem inscrito o chamado «princípio da solidariedade», que determina que os estados federados mais ricos contribuam com parte dos seus lucros (que pode chegar aos 80%) para o desenvolvimento dos estados federados mais pobres. Este mecanismo foi criado após a II Guerra Mundial para garantir um nível de vida equivalente em todo o país e deu bons resultados sociais. Só que o crescimento da economia alemã começou também a emperrar neste mundo de liberalismo selvagem e concentração monopolista, pelo que a «solidariedade» capitalista já começou a fraquejar, mesmo entre alemães, como o mostram as recentes afirmações dos dirigentes dos estados da Baviera e Baden-Vurtemberg, considerando que «na actual fase da crise não se justifica uma contribuição tão elevada», enquanto Christina Krajewski, ministra das Finanças do Sarre, se insurge contra o «canibalismo federalista» e já não hesita em defender um Sarre autónomo. E é destes senhores e desta Alemanha que se espera a liderança de uma Comunidade Europeia «solidária»...

## AGENDA

Agora ao dispor dos leitores portugueses uma tradução rigorosa da mais importante obra de Karl Marx e do nosso tempo

# O CAPITAL

A presente tradução foi feita a partir da edição alemã publicada pela Dietz Verlag, Berlim, 1974, que reproduz a 4ª edição alemã editada por Friedrich Engels em 1890, em Hamburgo.

Quanto às citações de obras originariamente escritas noutras línguas, utilizaram-se, porém, os textos originais, mesmo quando Marx recorre a traduções das obras que cita. Para esse feito, foram utilizadas, nomeadamente, na edição francesa publicada pelas Éditions Sociales, Paris, 1972, a edição inglesa publicada pelos Progress Publishers, Moscow, 1974, a edição russa publicada pela Editora de Literatura Política, Moscovo, 1983, e na edição italiana publicada pela Editori Riuniti, Roma, 1989. Para casos aí não contemplados, consultaram-se as fontes originais.

*Edição dirigida por José Barata-Moura e Francisco Melo*

## Plano da presente edição de O CAPITAL

### Livro I – O processo de produção do capital

*Tomo I* – Primeira secção: Mercadoria e dinheiro. Segunda secção: A transformação de dinheiro em capital. Terceira secção: A produção da mais-valia absoluta.

*Tomo II* – Quarta secção: A produção da mais-valia relativa. Quinta secção: A produção da mais-valia absoluta e relativa. Sexta secção: O salário.

*Tomo III* – Sétima secção: O processo de acumulação do capital.

### Livro II – O processo de circulação do capital

*Tomo IV* – Primeira secção: As metamorfoses do capital e o seu ciclo. Segunda secção: A rotação do capital.

*Tomo V* – Terceira secção: A reprodução e circulação do capital social total.

### Livro III – O processo total da produção capitalista

*Tomo VI* – Primeira secção: A transformação da mais-valia em lucro e da taxa da mais-valia em taxa de lucro. Segunda secção: A transformação do lucro em lucro médio. Terceira secção: Lei da baixa tendencial da taxa de lucro. Quarta secção: Transformação de capital-mercadorias e capital-dinheiro em capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro (capital mercantil).

*Tomo VII* – Quinta secção: Cisão do lucro em juro e ganho de empresário. O capital que rende juro.

*Tomo VIII* – Sexta secção: Transformação de sobrelucro em renda fundiária. Sétima secção: Os rendimentos e as suas fontes.



Agora completa a edição do I livro de "O CAPITAL" (Em 3 Tomos)

Vitória  
Espaço Cultural



## Em torno dos livros «Capitalismo contra Capitalismo» «O Horror Económico»

DEBATE com

José Barata-Moura,  
Prof. da Fac. Letras / Univ. Lisboa  
Sérgio Ribeiro, economista  
Isabel Esteves, economista

Quinta-feira, 22 de Janeiro - 21h30  
(Organização do Sector Ciências Sociais  
do Sector Intelectual de Lisboa do PCP)

## Centro de Trabalho da MOITA

No próximo sábado, dia 17, com início às 15 e 30, realiza-se no Centro de Trabalho da Moita um plenário de militantes de toda a freguesia.

Na véspera, a partir das 21 horas, vai decorrer no mesmo local um sarau de música latino-americana no qual serão bem-vindos todos os camaradas e amigos.

## Iniciativas no Concelho de SINTRA

Para o início da próxima semana, estão previstos os seguintes plenários de militantes:

- da freguesia de Casal de Cambra, 3ª feira, dia 20, às 21h30, em Vale de Cambra (garagem do camarada Garcia)

- das freguesias de Sta. Maria e São Miguel / S. Martinho no dia 21 (quarta-feira) às 21h30, no Centro de Trabalho de Sintra.

No próximo sábado, dia 17, a partir das 15h, realiza-se no Centro de Trabalho de Rio de Mouro um Encontro Concelhio da JCP.



## Plano de trabalho 98

No próximo fim-de-semana, 16 e 17 de Janeiro, a Direcção Nacional da Juventude Comunista

Portuguesa reúne no Centro de Trabalho Vitória com o objectivo principal de discutir o plano de actividades da JCP para 1998, na perspectiva do desenvolvimento da luta juvenil e da intervenção da JCP. A reunião discutirá também, num primeiro ponto da ordem de trabalhos, questões de organização e direcção.

edições  
Avante!

Edições Progresso

## TELEVISÃO

## Quinta, 15

## RTP 1

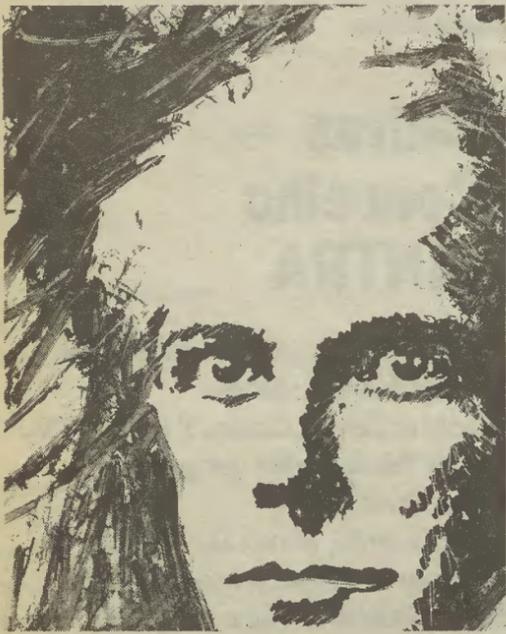
08.00 Infantil  
10.15 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Perdidos de Amor  
14.45 Consultório  
15.30 Isto Só Vídeo  
16.10 Na Paz dos Anjos  
16.40 Concurso Um, Dois, Três  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 As Lições do Tonecas  
21.25 A Grande Aposta  
22.30 Maria Elisa  
00.20 24 Horas  
01.10 Musical - Especial Enya

## RTP 2

14.00 Patinagem Artística - Campeonato da Europa  
15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
17.00 A Família Bellamy  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.05 O Jardim da Celeste  
19.35 Saber É Poder  
20.05 Hugo  
20.30 Tex Avery  
21.00 Acontece  
21.30 Cidade Louca  
22.00 Jornal 2  
22.30 Tex Avery  
22.40 A Caminho de Idaho (de Gus Van Sant, EUA/1991, com River Phoenix, Keanu Reeves, James Russo, William Richert. Ver Destaque)  
00.20 Falatório  
01.15 Magazine

## SIC

08.00 Buêré  
10.30 Vida de Casal  
11.30 Receitas do Dia  
12.00 Sonho Meu  
13.00 Primeiro Jornal  
13.50 O Juiz Decide  
14.50 Malucos do Riso  
15.50 Pensão Estrela  
17.00 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Por Amor



A série «Música do Séc. XX», de que Bela Bartok permanece um expoente. Várias vezes prometida, será desta?

20.00 Jornal da Noite  
21.00 Anjo Mau  
21.55 Agora ou Nunca  
22.55 Esta Semana  
24.00 Último Jornal  
00.40 No Fim do Mundo  
02.00 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
12.25 Vamos ao Circo  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Portugal Português  
15.25 Caprichos  
15.50 O Jogo da Vida  
16.40 S.O.S. Urgências  
17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
18.25 MacGuyver  
19.15 Primeira Mão  
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ficheiros Secretos  
23.00 Linha de Fundo  
00.40 Doido por Ti  
01.10 Lanterna Mágica  
01.55 A Balada de Hill Street

## Sexta, 16

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.15 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Perdidos de Amor  
14.45 Consultório  
15.30 Os Andrades  
16.10 Na Paz dos Anjos  
17.25 Todos ao Palco  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 A Grande Aposta  
22.25 Look Elite Model International  
23.45 24 Horas  
00.35 Triângulo Mortal (de Max Fisher, Fr./Can./1992, com Judd Nelson, Pierce Brosnan, Laurence Treil, Roy Dupuis. Policial)  
02.25 Motores

## RTP 2

14.00 Patinagem Artística - Campeonato da Europa  
15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
17.00 A Família Bellamy  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.05 O Jardim da Celeste  
20.05 Hugo  
20.30 Tex Avery  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Guerras no Jornal  
22.00 Jornal 2  
22.30 Tex Avery  
22.45 Os Exploradores (de Joe Dante, EUA/1985, com River Phoenix, Ethan Hawke, Jason Presson, Amanda Peterson. Ficção Científica)  
00.25 Falatório  
01.20 O Cerco dos Vampiros

## SIC

08.00 Buêré  
10.30 Cenas de Um Casamento  
11.30 Receitas do Dia  
12.00 Sonho Meu  
13.00 Primeiro Jornal  
13.50 O Juiz Decide

09.00 Universidade Aberta  
12.05 Vida por Vida  
12.20 Música Maestro - Música do Séc. XX (I)  
13.05 Companheiros  
13.25 Dinheiro Vivo  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
18.30 Onda Curta (S. Dali, A Persistência da Memória - Curta-Metragem de Maarten Koopman, Hol./1996; Zero em Comportamento - Curta-Metragem de Jean Vigo, Fr./1933, com Jean Daste, Louis Lefebvre, Gilbert Pruchon; Hieronymus Bosch, O Filho Pródigo - Curta-Metragem de Maarten Koopman, Hol./1996. Ver Destaque)  
19.30 2001  
20.15 Jogo do Alfabeto  
21.00 Semana ao Sábado  
21.55 O Lugar da História  
22.45 O Barba Azul (de Charlie Chaplin, EUA/1947, com Charlie Chaplin, Martha Raye, Isobel Elsom, Marilyn Nash. Ver Destaque)  
01.00 Sinais do Tempo  
01.50 Sexo a Sério

## SIC

08.00 Buêré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Imagens Reais  
14.10 Príncipe de Bel-Air  
14.40 A Sentinela  
15.40 Marshall  
16.45 Arma Mortífera (de Richard Donner, EUA/1987, com Mel Gibson, Dennis Glover, Gary Busey, Mitchell Ryan. Ver Destaque)  
19.00 Bom Baía  
19.30 Srs. Doutores  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Mundo VIP  
21.25 Salsa e Merengue  
22.25 Big Show Sic  
01.30 Último Jornal  
02.10 O Massacre dos Inocentes (de Stephen Wallace, EUA/1992, com Greta Scacchi, Joan Chen, Jack Thompson. Drama)

## TVI

10.10 Animação  
12.25 Vamos ao Circo  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Portugal Português  
15.25 Caprichos  
15.50 O Jogo da Vida  
16.40 S.O.S. Urgências  
17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
18.25 MacGuyver  
19.15 Primeira Mão  
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Pretender  
23.00 C-16  
23.55 A Peste Negra (de Sheldon Larry, EUA/Can./1992, com Kate Jackson, Al Waxman, Jeffrey Nordling, Jerry Orbach. Drama)  
01.40 Doido por Ti  
02.15 Fora de Jogo  
02.30 A Balada de Hill Street

## Sábado, 17

## RTP 1

08.00 Infantil  
12.15 Companhia dos Animais  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
15.00 A História de Nikita  
16.00 3000 Segundos  
17.05 Amores e Rebelião  
17.35 Superbebês  
18.10 Jet 7  
18.50 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
21.25 Riso, Mentiras e Vídeo  
22.45 Serviço de Urgência  
23.45 24 Horas  
00.25 O Diário de Evelyn Lau (de Shurla Gunnarsson, EUA/1993, com Sandra Oh, Eugene Lipinski, Kenneth Welsh, Shirley Cui. Telefilme Dramático)  
02.10 Futebol Inglês: Coventry-Arsenal



Esta semana, Mandela é a «figura do século» a retratar na RTP2 (domingo, à 1 e 45)...e James Stewart o eleito para o «Artes e Letras» do mesmo dia

00.45 24 Horas  
01.25 Limites do Terror

## RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 Maravilhas do Mundo Moderno  
12.05 Máquinas  
12.35 Jornal Jovem  
13.00 Sem Limites  
13.40 Jornal d'África  
14.40 Desporto 2  
18.15 O Costa de África (de João Mendes, Port./1954, com Vasco Santana, Laura Alves, Ribeirinho, Erico Braga, Teresa Gomes, Costinha. Comédia)  
20.00 Bombordo  
20.30 Artes e Letras - «James Stewart - A Wonderful Life»  
21.05 Viúvas  
22.20 Horizontes da Memória  
22.50 Ópera: «Il Trittico», de Puccini  
01.45 Vidas do Século - «Mandela, Filho de África, Pai de uma Nação»

## SIC

08.30 Buêré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Imagens Reais  
14.20 Príncipe de Bel-Air  
14.50 Viper  
15.50 Os Imortais  
17.00 O Lutador da Rua (de Walter Hill, EUA/1975, com Charles Bronson, James Coburn, Jill Ireland, Strother Martin, Maggie Blye. Ver Destaque)  
19.00 S.O.S. Sic  
19.30 Malucos do Riso  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Chuva de Estrelas  
22.10 Salsa e Merengue  
23.10 A Febre da Selva (de Spike Lee, EUA/1991, com Wesley Snipes, Annabella Scierra, Spike Lee, Ossie Davis. Ver Destaque)  
01.15 Último Jornal  
01.55 Gémeos

## TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Angelus  
11.10 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas  
15.00 O Céu Como Horizonte  
15.45 Adultos à Força  
16.30 Crepúsculo dos Deuses (2ª Parte)  
17.20 Nightman  
19.10 Desafios  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.25 Directo XXI  
22.30 Causa Justa  
23.25 Escândalo Diplomático (de Morten Arnfred, EUA/1992, com Ole Lemmeke, Elena Butenko. Espionagem)  
01.15 A Balada de Hill Street

## Domingo, 18

## RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
14.50 Kung Fu - A Lenda Continua  
15.45 Os Andrades  
16.20 Super Mário (de Rocky Morton e Annabel Jankel, EUA/1993, com Bob Hoskins, John Leeuwigamo, Dennis Hopper, Samantha Mathis. Acção)  
18.20 Casa Cheia  
18.45 Riscos  
20.00 Telejornal  
20.55 Futebol: Leça-Benfica  
23.00 Domingo Desportivo



00.30 24 Horas  
01.15 Horizontes da Memória

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
17.00 A Família Bellamy  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.10 O Jardim da Celeste  
19.40 Thombik  
20.05 Hugo  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Sarihos com Elas  
22.00 Jornal 2  
22.30 Tex Avery  
22.35 Isabel Eberhardt (de Ian Pringle, 1990, com Matholda May, Teheky Karyo, Peter O'Toole. Drama)  
00.30 Falatório  
01.25 O Crítico

## SIC

08.10 Buêré  
10.30 Ponto de Encontro  
11.30 Receitas do Dia  
12.00 Sonho Meu  
13.00 Primeiro Jornal  
13.50 Juiz Decide  
14.50 Malucos do Riso  
15.50 A Viúva do Enforcado  
17.00 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Por Amor  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Anjo Mau  
21.50 Roda de Milhões  
23.30 Antes de Amanhecer (de Richard Linklater, EUA/1995, com Ethan Hawke, Julie Delpy, Erni Mangold, Dominik Castell. Romântico)  
01.20 Último Jornal  
01.45 Conversas Secretas

## TVI

10.10 Animação  
11.35 Vamos ao Circo  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Portugal Português  
15.25 Caprichos  
15.50 O Jogo da Vida  
16.40 S.O.S. Urgências  
17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
18.25 MacGuyver  
19.15 Primeira Mão  
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Picar o Ponto  
22.30 Inocente! (de John Schlesinger, Alem./Gr.Br./1993, com Anthony Hopkins, Isabella Rossellini, Campbell Scott. «Thriller» / Espionagem)  
00.20 Lar, Louco Lar  
00.45 Lanterna Mágica  
01.45 A Balada de Hill Street

## TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Angelus  
11.10 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas  
15.00 O Céu Como Horizonte  
15.45 Adultos à Força  
16.30 Crepúsculo dos Deuses (2ª Parte)  
17.20 Nightman  
19.10 Desafios  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.25 Directo XXI  
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)  
00.15 A Balada de Hill Street

## Segunda, 19

## RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
10.15 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Perdidos de Amor  
14.45 Consultório  
15.30 Nico d'Obra  
16.10 Coração Selvagem  
17.25 Grande Noite  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Futebol: Sporting-Braga  
23.00 A Grande Aposta  
24.00 Mr. Bean



00.30 24 Horas  
01.15 Horizontes da Memória

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
17.00 A Família Bellamy  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.10 O Jardim da Celeste  
19.40 Thombik  
20.05 Hugo  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Sarihos com Elas  
22.00 Jornal 2  
22.30 Tex Avery  
22.35 Júlia (de Fred Zinnemann, EUA/1977) com Jane Fonda, Vanessa Redgrave, Jason Robards, Hal Holbrook, Rosemary Murphy. Ver Destaque)  
00.35 Falatório  
01.30 Duckman, o Trapalhão

## SIC

08.10 Buêré  
10.30 Conversas Secretas  
11.30 Receitas do Dia  
12.00 Sonho Meu  
13.00 Primeiro Jornal  
13.50 Juiz Decide  
14.50 Malucos do Riso  
15.50 A Viúva do Enforcado  
17.00 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Por Amor  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Anjo Mau  
21.50 Roda de Milhões  
23.30 Antes de Amanhecer (de Richard Linklater, EUA/1995, com Ethan Hawke, Julie Delpy, Erni Mangold, Dominik Castell. Romântico)  
01.20 Último Jornal  
01.45 Conversas Secretas

## TVI

10.10 Animação  
11.35 Vamos ao Circo  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Portugal Português  
15.25 Caprichos  
15.50 O Jogo da Vida  
16.40 S.O.S. Urgências  
17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
18.25 MacGuyver  
19.15 Primeira Mão  
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Picar o Ponto  
22.30 Inocente! (de John Schlesinger, Alem./Gr.Br./1993, com Anthony Hopkins, Isabella Rossellini, Campbell Scott. «Thriller» / Espionagem)  
00.20 Lar, Louco Lar  
00.45 Lanterna Mágica  
01.45 A Balada de Hill Street

## TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Angelus  
11.10 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas  
15.00 O Céu Como Horizonte  
15.45 Adultos à Força  
16.30 Crepúsculo dos Deuses (2ª Parte)  
17.20 Nightman  
19.10 Desafios  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.25 Directo XXI  
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)  
00.15 A Balada de Hill Street

## Terça, 20

## RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
10.15 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Perdidos de Amor  
14.45 Consultório  
15.30 As Lições do Tonecas  
16.05 Coração Selvagem  
17.30 Made in Portugal  
19.00 País País  
19.45 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Solteiros  
21.25 A Grande Aposta  
22.30 Herman Enciclopédia



23.45 Contos Proibidos  
00.25 24 Horas  
01.15 Magazine

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
17.00 A Família Bellamy  
18.00 Informação Religiosa  
18.35 Rotações  
19.05 O Jardim da Celeste  
20.05 Hugo  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.35 Ellen  
22.00 Jornal 2  
22.30 Tex Avery  
22.35 Júlia (de Fred Zinnemann, EUA/1977) com Jane Fonda, Vanessa Redgrave, Jason Robards, Hal Holbrook, Rosemary Murphy. Ver Destaque)  
00.35 Falatório  
01.30 Duckman, o Trapalhão

## SIC

08.10 Buêré  
10.30 Conversas Secretas  
11.30 Receitas do Dia  
12.00 Sonho Meu  
13.00 Primeiro Jornal  
13.50 Juiz Decide  
14.50 Malucos do Riso  
15.50 A Viúva do Enforcado  
17.00 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Por Amor  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Anjo Mau  
22.00 Médico de Família  
23.00 Filhos da Nação  
00.10 Último Jornal  
00.35 Temos Maneiras de Vos Fazer Pensar  
01.55 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
11.35 Vamos ao Circo  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Portugal Português  
15.25 Caprichos  
15.50 O Jogo da Vida  
16.40 S.O.S. Urgências  
17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
18.25 MacGuyver  
19.15 Primeira Mão  
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Picar o Ponto  
22.30 Inocente! (de John Schlesinger, Alem./Gr.Br./1993, com Anthony Hopkins, Isabella Rossellini, Campbell Scott. «Thriller» / Espionagem)  
00.20 Lar, Louco Lar  
00.45 Lanterna Mágica  
01.45 A Balada de Hill Street

## TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Angelus  
11.10 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas  
15.00 O Céu Como Horizonte  
15.45 Adultos à Força  
16.30 Crepúsculo dos Deuses (2ª Parte)  
17.20 Nightman  
19.10 Desafios  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.25 Directo XXI  
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)  
00.15 A Balada de Hill Street

## Quarta, 21

## RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
10.15 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Perdidos de Amor  
14.45 Consultório  
15.30 Nós, os Ricos  
16.10 Coração Selvagem  
17.30 Casa de Artistas  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Isto Só Vídeo  
21.35 A Grande Aposta  
22.25 Enviado Especial



23.25 Violação da Privacidade (de Phillip Noyce, EUA/1993, com Sharon Stone, William Baldwin, Tom Berenger, Polly Walker)  
01.30 24 Horas

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
17.00 A Família Bellamy  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.05 O Jardim da Celeste  
19.35 Carolina e os Amigos  
20.05 Hugo  
21.00 Acontece  
21.30 Os Simpsons  
22.00 Jornal 2  
22.30 Tex Avery  
22.35 Kafka (de Steven Soderbergh, EUA/1991, com Jeremy Irons, Theresa Russell, Joel Grey, Ian Holm, Jeroen Krabbé, Armin Mueller-Stahl. Drama)  
00.20 Falatório  
01.15 Novos Fados

## SIC

08.00 Buêré  
10.30 Primeiros Anos  
11.30 Receitas do Dia  
12.00 Sonho Meu  
13.00 Primeiro Jornal  
13.50 Juiz Decide  
14.50 Malucos do Riso  
15.50 Viúva do Enforcado  
17.00 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Por Amor  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Dakar  
20.50 Anjo Mau  
21.50 Fantasma  
22.30 Casos de Polícia  
23.30 O Século do Povo  
00.30 Último Jornal  
00.55 As Noites Longas da SIC - A Noite do Nazismo (A Águia das Duas Cabeças; Eva Braun, Os Filmes Privados da Amada de Hitler; Bom Dia, Senhor Hitler; Curar, Assassinando; O Executor de Nuremberg: o Homem que Enforcou os Acólitos de Hitler - Filmes e Documentários)

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Portugal Português  
15.25 Caprichos  
15.50 O Jogo da Vida  
16.40 S.O.S. Urgências  
17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
18.25 MacGuyver  
19.15 Primeira Mão  
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Savannah  
22.55 Por Uma Vida (de Marcus Cole, EUA/1997, com Richard Thomas, Gerald McRaney, Jonathan Banks, Doris Roberts. Guerra)  
00.40 Lar, Louco Lar  
01.20 Fora de Jogo  
01.35 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## A Caminho de Idaho (Quinta, 22.40, RTP2)

Mais uma vez debruçando-se sobre personagens de complexa vivência, vagueando por sítios e lugares fora do comum, o realizador Gus Van Sant aborda neste filme o percurso de dois prostitutas - Mike, sofrendo de narcoplesia e constantemente caindo num sono profundo durante o qual vagamente sonha com a infância, e Scott procurando com o seu comportamento provocar sobretudo a ira do pai, presidente da Câmara de Portland - que partem em procura da mãe do primeiro, a qual descobrem ter ido viver para Itália. Resolvendo ambos ir procurá-la à Europa, são surpreendidos pelo regresso daquela aos EUA, tendo as vidas dos dois amigos enveredado pela separação, já que o segundo se apaixoa por uma italiana, casando com ela, enquanto que o primeiro mergulha de novo na prostituição. Neste filme, de temática dura e violenta, o destaque vai ainda para as interpretações de Keanu Reeves e do malogrado River Phoenix.

## Arma Mortífera (Sábado, 16.45, SIC)

Perseguido sem descanso um bando de traficantes de droga por todo o Sul da Califórnia, dois polícias bem diferentes um do outro - o branco (Mel Gibson), jovem e meio paranóico, e o negro (Danny Glover), bom chefe de família próximo da reforma - passam por uma série de situações de perseguição e confrontos violentos, até que tudo acaba num tiroteio insano e arrasador. Nada do que aqui é visto é novidade, em termos de filmes de acção, mas o requinte e virtuosismo com que tudo é feito tornou este filme um êxito perdurável que ficou a dever-se, sobretudo, à eficácia narrativa do realizador Richard Donner. Vê-lo ou ignorá-lo, é uma questão de gosto, perfeitamente aceitável.

## Onda Curta - S. Dali, A Persistência da Memória; Zero em Comportamento; Hieronymus Bosh, O Filho Pródigo

(Sábado, 18.30, RTP2)

Na habitual rubrica *Onda Curta*, dedicada à exibição de curtas-metragens, a RTP2 apresenta-nos hoje três filmes de características diversas. O primeiro e o último, realizados por um especialista em filmes de arte, o holandês Maarten Koopman, acompanham numa abordagem de dois quadros de dois pintores célebres: *A Persistência da Memória*, de Salvador Dali, e *O Filho Pródigo*, de Hieronymus Bosch. Entre estas duas curtas-metragens, está colocada uma pequena obra de culto do cineasta francês Jean Vigo - *Zero em Comportamento* - na qual o realizador nos dá a ver a revolta dos alunos de um colégio interno contra as prepotências do seu director.

## O Barba Azul (Sábado, 22.45, RTP2)

A história do senhor Verdoux, desempregado, que suporta uma vida de sacrifício para sustentar a mulher enferma e uma filha (ao mesmo tempo que, paralelamente, tenta casar com viúvas ricas que depois assassina para lhes sacar os rendimentos e, por isso, é preso e condenado à guilhotina) é encenada por Charlie Chaplin com os habituais momentos de genialidade a que sempre nos habituou. Um filme através do qual (e da personagem principal) Chaplin lança o dedo acusador aos belicistas e aos senhores do dinheiro - e que é um dos menos habitualmente projectados do grande realizador.

## O Lutador da Rua (Domingo, 17.00, SIC)

Retrato particularmente violento da época da Depressão, nos Estados Unidos, esta história acompanha o percurso de um vagabundo que, à força da persistência, atinge a fama no mundo do boxe, em Nova Orleães. Para

além de dois excelentes intérpretes - Charles Bronson e James Coburn - o realce vai para o realizador Walter Hill, que, tendo começado a sua carreira como argumentista, a partir daqui acabaria por se destacar como um dos novos realizadores americanos que melhor souberam renovar os mecanismos do cinema negro clássico.

## A Febre da Selva

(Domingo, 23.10, SIC)

Interessando-se como sempre nos



Um fotograma de «O Barba Azul», de e com Charlie Chaplin



Keanu Reeves e River Phoenix, em «A Caminho de Idaho», um filme de Gus Van Sant



Danny Glover e Mel Gibson, intérpretes principais de «Arma Mortífera», de Walter Hill

seus filmes pelos problemas das relações inter-raciais, o realizador afro-americano Spike Lee aborda nesta sua obra as vicissitudes pelas quais passa o quotidiano de um casal constituído por um negro e por uma branca, ensombrado por uma «aventura» passageira do primeiro com uma secretária. Mas este é o lado mais superficial do filme. Ao fim e

ao cabo, Spike Lee serve-se destas duas personagens e das que as rodeiam para ir mais fundo, analisando o comportamento, as motivações, os orgulhos e os complexos (até de ordem sexual) das duas comunidades de que elas são oriundas - por um lado, a comunidade afro-americana, por outro lado, a comunidade italo-americana. Enfim, *A Febre da Selva* é um exercício com alguma dose de virtuosismo e da excelente escrita cinematográfica a que o realizador nos habituou mas de resultados algo irregulares, não totalmente satisfatórios.

## Julia (Terça, 22.40, RTP2)

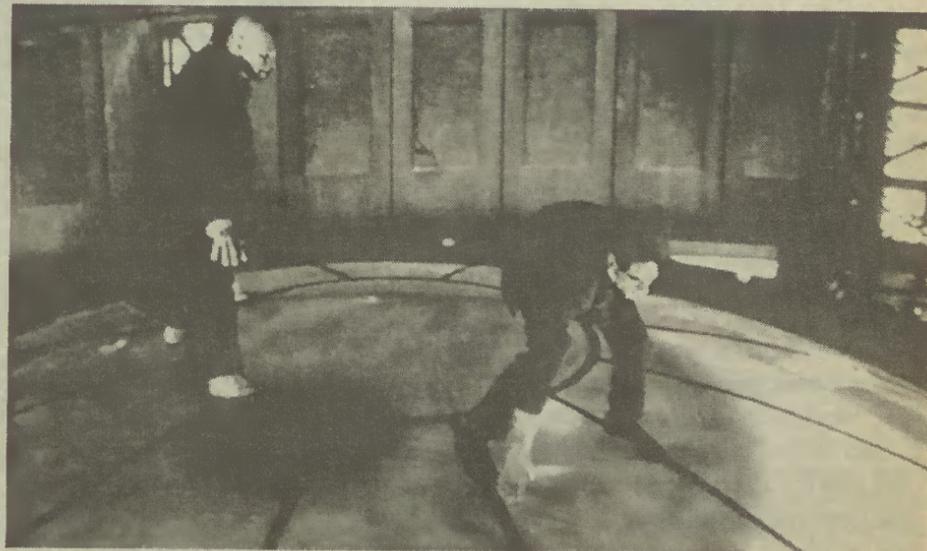
Não desconhecido dos cinéfilos espectadores televisivos, este filme de Fred Zinnemann aborda as relações de amizade da escritora Lillian Hellman (cujo romance *Pentimento* está na base do argumento) com Julia, uma fascinante e impetuosa jovem americana de ascendência aristocrata que a envolve no movimento da resistência europeia dos anos 30 contra as crescentes ameaças do nazifascismo nas vésperas da II Guerra Mundial. Vanessa Redgrave (*Julia*) e Jane Fonda (*Lillian*) têm, aqui, dois dos mais importantes papéis das suas carreiras, mas a contenção e eficácia do desempenho de Jason Roberts, no papel de Dashiell Hammett (companheiro de Lillian Hellman), não pode passar sem o devido destaque. Três Oscars vieram merecidamente premiar este excelente filme, com diálogos admiravelmente bem escritos.



Os problemas inter-raciais em «A Febre da Selva», de Spike Lee



Vanessa Redgrave e Jane Fonda, as duas intérpretes femininas de «Julia», de Fred Zinnemann



Um fotograma de «Kafka», filme de Steven Soderbergh

■ Correia  
da Fonseca

# Reestruturar, disse ele

**A**rrancou há dias a RTP-África. Já rotulada como «o maior instrumento de cooperação que Portugal tem». Por mim, acolho com reserva, talvez até com surpresa, uma caracterização tão eufórica. Acho que se a cooperação com as antigas colónias africanas não encontra outras vias, mais directa e eficazmente ligadas a aspectos fundamentais, mal estarão as coisas. Mas é claro, sem dúvida, que a RTP-África tem muitas probabilidades de se tornar uma relevante presença cultural portuguesa nesses países. Se conseguir uma audiência significativa que ultrapassa largamente os núcleos de cooperantes e afins. Se as suas emissões não perderem de vista a necessidade de conciliarem acessibilidade e capacidade de atracção com dignidade. Se se aproximarem do melhor que o País tem para dar e se afastarem do que tem tido de pior para consumir.

O arranque da RTP-África coincidiu com a saída do ministro Jorge Coelho da tutela da televisão pública, que passou para José Sócrates, pelo menos segundo foi anunciado. Jorge Coelho surgiu nesse dia como se a RTP-África tivesse sido obra sua, o que se justificará ou não, e deu uma entrevista que, usando-se uma excessiva fórmula convencional, poderá ser designada como o seu testamento político para o sector. Não é fácil encontrar nela muitas coisas interessantes. A sua tónica, aliás chamada para título, é a já muitas vezes proclamada necessidade de reestruturação da Radiotelevisão Portuguesa, nela parecendo situar-se implícita se não explicitamente a chave para todos os males que a RTP ostenta, mais os que também lá estão ainda que de modo não ostensivo. Ora, este é um «discurso» que me inquieta. Com razão ou sem ela, suspeito-o de ser um estratagemma vocabular, de raiz tecnocrática, para iludir a escandalosa deserção da RTP frente aos seus deveres elementares e óbvios, substituindo-os por questões do foro administrativo.

## Empresa, mas não qualquer

Acredito, naturalmente, na necessidade verdadeiramente imperiosa de uma reestruturação da RTP, empresa que, segundo o ministro, «tem a mesma estrutura que tinha há quarenta anos». Porém, começo a ficar preocupado quando Jorge Coelho diz que «a RTP tem de ser modificada de modo a atingir os objectivos que qualquer empresa tem», e isto sem ao menos acrescentar expressamente que a RTP não é uma «empresa qualquer», muito antes pelo contrário. Por outro lado, sabendo-se dos hábitos dominantes e de como as coisas se fazem, é inevitável que ao ouvir falar de reestruturação eu comece a pensar em «emagrecimento», que é o eufemismo neoliberal para designar os despedimentos, e em esquarteramento, operação correntemente disfarçada com palavras como «descentralização», «mobilidade» e «autonomização». O ministro falou na criação de uma «holding», o que tem todo o ar de já ser um indício claro. Tanto quanto julgo saber, a fragmentação e gestão em «holding» pode ter diversas vantagens e vários inconvenientes, mas uma sua característica regular é a emergência de vários níveis de gestão em contraponto com a redução drástica e quase sempre cruel dos sectores de planeamento, execução e controlo.

É claro para mim, como aliás para toda a gente que minimamente se interessa pelo assunto, que a RTP tem pessoal a mais. A mais «tout court», passe o pretensiosismo da expressão, e a mais em relação às tarefas que executa. Quanto ao primeiro caso, seria coisa de muito espantar que ao longo de quarenta anos a burocracia interna não se tivesse multiplicado em tentáculos inúteis, não tivesse segregado tarefas perfeitamente dispensáveis que por sua vez exigiram mais gente que cedo segre-



gou novas tarefas numa espiral de empolamento administrativo que os tratados da especialidade denunciam. Quanto à relação entre meios humanos e trabalhos a realizar, porém, é preciso cuidado: torna-se indispensável apurar se a RTP não terá por lá muita gente, e gente excelente, que há muito está subutilizada ou de todo não-utilizada enquanto tarefas que lhe caberia executar são confiadas por encomenda a empresas exteriores. Nesse caso, será não só errado mas também enganoso falar de gente a mais: trata-se de trabalho a menos E, além disto, de produtos pagos a dobrar com custos fixos que se mantêm na RTP e custos pagos a empresas estranhas que, ao que consta, por vezes até utilizam meios materiais da própria RTP.

## Os custos insuportáveis

Porém, o que de mais grave decorre das palavras de Jorge Coelho, destas que proferiu agora e de outras anteriores, é que, perante a escandalosa realidade quotidiana de uma televisão que todos os dias falta a deveres fundamentais que lhe cabem, só se lembre da necessidade de uma reestruturação administrativa. A questão é simples: esta televisão não presta.

Não presta porque não responde às efectivas carências dos telespectadores portugueses, isto é, do País, preferindo brincar ao jogo das concorrências com a menina SIC, jogo em que aliás perde sempre porque, além de outros factores, tem de manter uma vergonha mínima, ao passo que a SIC está à vontade para não ter vergonha nenhuma, o que neste jogo é decisivo. Não presta porque sistematicamente relega para um secundaríssimo plano os programas de qualidade que lhe caem nas mãos, o que muitas vezes consubstancia a prática de autênticos crimes contra o interesse nacional em matéria de cultura. Não presta porque continua a acumular prejuízos mais cedo ou mais tarde pagos pelo Orçamento do Estado, directa ou indirectamente, sendo que tais custos nacionais não servem para subsidiar a utilidade pública, o que seria aceitável, mas sim para dar cobertura financeira à nocividade pública, o que é imoral a ponto de se tornar repugnante.

Parece evidente que estes aspectos, aliás entre outros, que têm a ver com os programas, isto é, como a alimentação diária do fluxo televisivo que é despejado em nossas casas, devia merecer a atenção e a preocupação prioritárias do ministro. É decerto bom falar em reestruturções, está muito na moda e cai lindamente, mas é um pouco tonto reestruturar sem se saber bem para quê. O mesmo é dizer: sem fixar objectivos. Ora, os objectivos de uma estação de TV de capitais estatais, pela sua própria natureza comprometida com o serviço público, quer dizer, com o interesse nacional, têm de se situar antes de tudo nos programas e só depois, e em função deles, nos métodos e nos custos. A mais barata das televisões cretinizantes tem custos que um país não deve nem pode suportar. Uma televisão que intervenha positivamente para que se vençam as grandes batalhas nacionais será sempre menos cara do que parece.

Dir-se-ia que o ministro, que abandonou agora a tutela da RTP, nunca pensou nisto. É assustador. Um optimista esperará que o seu sucessor encare de forma diferente e melhor a RTP e os seus problemas. Abre-se aqui a inscrição de optimistas que acreditem nesse sonho bonito.

ESCAPARATE



Fotografia de Domingos Alvão (Arquivos C.P.F.)

Centro Português de Fotografia

O destaque desta semana vai para as actividades do Centro Português de Fotografia e para duas exposições que estão patentes ao público no seu Centro de Exposições, na Cadeia da Relação (Jardim da Cordoaria, Porto), ambas até 28 de Fevereiro. A primeira delas, «Murmúrios do Tempo», é uma exposição extremamente curiosa já que nos deixa ver uma colecção de fotografias de presos que estiveram detidos na Cadeia da Relação naquela cidade, adivinhando-se nos rostos e nos olhares (e, naturalmente, nas indumentárias) o meio social e as classes de que eram oriundos e, até, o seu grau de perigosidade ou a urgência e fragilidade da sua delinquência. Abordando as relações da fotografia com o «objecto» fotografado, Maria do Carmo Serên observa, no catálogo da exposição, que «a fotografia não inventou o delinquente mas foi um instrumento eficaz na produção da própria teoria, ao fornecer os quadros comparativos e a garantia da verdade das suas provas». Pelo seu lado, uma outra interessante exposição é aquela que, subordinada ao título genérico «Anatomia e Boxe», é constituída por uma série de auto-retratos do fotógrafo Jorge Molder. Centro Português de Fotografia (no Porto), uma actividade a acompanhar.

Exposição «Murmúrios do Tempo»



TEATRO

Eunice Muñoz no Porto

Numa produção conjunta do Novo Grupo - Teatro Aberto e do Teatro Nacional D. Maria II, e em repetição do êxito alcançado em Lisboa, continua em cena, ainda por mais três dias, no Teatro Nacional S. João (Porto), a peça «O Caminho Para Meca», da autoria de Athol Fugard, numa versão e encenação de João Lourenço, dramaturgia de Vera San Payo de Lemos, com música de Eduardo Paes Mamede, cenários de Jochen Finke e desenho de luz de Melim Teixeira. A interpretação estará a cargo de Eunice Muñoz, Irene Cruz, José Gomes e Virgínio Brito.



Disney Killer no CCB

Concluindo a apresentação de um ciclo dedicado à revelação de novos dramaturgos ingleses, sobe à cena de hoje até à próxima 3ª feira na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém a peça «Disney Killer» de Philip Ridley, numa encenação de Sandra Faleiro, com interpretações de Ricardo Aibéo, Joana Bárcia, Francisco Campos e João. A cenografia é de Pedro Murteira e os figurinos de Sara Graça.

LIVROS



Presságios do Sul

A 2ª edição de «Presságios do Sul», o último título de poesia que José Manuel Mendes trouxe a público, diz bem do interesse que despertou e desperta entre o público e a crítica.

Com toda a propriedade se pode falar de trabalho de criação a propósito deste livro, pois cada poema surge-nos como um objecto novo, em que as vivências do autor são transmutadas em metáforas, imagens e outros materiais de construção poética.

Nesta experimentada oficina a palavra impera, sem equívocos («como remos como corças»), num labor marcado pela exigência e aberto ao deslumbramento da música e da cor, mas onde, ao contrário do que acontece noutros casos, o mundo das pessoas está sempre presente. Assim: «Os olhos sempre arderam onde a luz / emergia devagar; e assim mol-davam / a manhã: uma praia imensa em flor / quando as vozes cativas despontavam.» Edição da Editorial Caminho, 1997.

EXPOSIÇÕES

Confrontos estéticos

Prosseguindo na realização de uma série de exposições cujo objectivo é colocar em estimulante confronto a pintura de artistas portugueses e de artistas internacionais, a Culturgeste inaugurou ontem uma exposição conjunta do pintor nigeriano naturalizado inglês Oladélé Ajiboyé Bamgboyé e do pintor português Fernando José Pereira. Mas deixemos os próprios artistas falar da sua arte: «A minha intenção é destruir as representações antiquadas de África produzidas pelos media. As minhas obras desafiam estas representações através de uma estratégia que julgo necessária para promover uma normalização das imagens africanas» - tal é a postura de Bamgboyé. Pelo seu lado, F. J. Pereira interroga-se sobre a cultura ocidental: «Quando falamos de cultura ocidental, de que falamos afinal? De um conjunto de pessoas que possuem características idênticas que foram balizadas segundo limites definidores desses parâmetros, ou seja, encontramos-nos novamente perante um problema matemático de inclusão e exclusão.»

FRONTIEIRA

REPRESSÃO



Pintura em Mora, Montemor-o-Novo e Barreiro

É inaugurada amanhã e prossegue até 1 de Fevereiro, na Casa da Cultura de Mora, uma exposição constituída por quadros do pintor Jorge Veigas. Também na Galeria Municipal de Montemor-o-Novo abre no próximo sábado uma exposição de pintura de Alexandre Bastos, subordinada ao título «Cabra Cega». Esta exposição tem o seguinte horário: de 2ª a 6ª, das 10 às 12 e das 14 às 18 horas; aos sábados, das 12 às 18 horas. Entretanto, na Galeria Municipal de Arte do Barreiro, continua patente ao público uma exposição de aquarelas de Eugénio da Silva.



Pés Nus na Água Fria

Trata-se de mais um livro de Domingos Lobo, que já deu à estampa uma série de obras onde avulta a poesia e o teatro. Desta vez um romance, que o autor viu ser lançado em Benavente, em Dezembro. Domingos Lobo, homem ligado à cultura, ao Poder Local e ao jornalismo, é chefe de Redacção do Jornal do Vale do Tejo. Estreia-se no romance com um livro em que ressuscita vidas e lutas que tiveram o seu tempo na obscuridade salazarista, numa escrita que Urbano Tavares Rodrigues define como realismo subjectivista. «Um romance simultaneamente denso e dramático na análise de caracteres», escreveu Urbano no JL, «e épico-didáctico, no comentário das acções, pois o narrador interveniente, aparentado com o modelo brechtiano na distanciação, interpela e por vezes vitupera as personagens, quebrando de certo modo a ilusão romanesca.» Pés Nus na Água Fria foi editado pela Vega, na colecção o chão da palavra.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

**HORIZONTAIS:** 1 - Peça prismática simples, sem ornamentos, e que predomina a altura e que serve de apoio a uma edificação ou uma estrutura; dez vezes dez; divindade suprema, entre os índios do Brasil (pl.). 2 - Líquido que se separa do leite depois de coagulado; estímulo. 3 - Articulação das falanges dos dedos; a parte inferior do pão; braço de rio; artigo antigo. 4 - Origem (fig.); pessoa muito parecida com outra; a barlavento (naut.). 5 - Altar de sacrifícios; senhora (bras.); órgão que segrega a urina. 6 - Choupas; advertências. 7 - Profundos; ervas-doce. 8 - Nome vulgar extensivo a várias plantas, mais ou menos espinhosas, frequente em Portugal (pl.); dispõem em lotes. 9 - Voz do mocho ou da coruja; fileira; passa para fora. 10 - Filtro; fruto da anoneira; casa de habitação. 11 - Também (arc.); sapo do Amazonas; o m.q. eiró; igreja episcopal. 12 - Garantia; tamanco (prov.). 13 - Espécie de contador mecânico para fazer cálculos; parte inferior do chapéu; aplanar.

**VERTICAIS:** 1 - Tecido de lã, algodão ou fibra artificial; apelido de heroína francesa; aposento de um religioso, no convento. 2 - Em forma de ovo; sobrepor. 3 - Proferir orações; curso natural de água. 4 - A carta mais alta do baralho; designação genérica de compostos de carbono; oxigénio e hidrogénio, glicídios polissacarídicos, muito abundantes nos vegetais; Actínio (s.q.). 5 - Relação; ombro (pref.); insignificância (fig.). 6 - Pano de arrás; isolados; lava. 7 - Conjunto de pessoas que cantam ao mesmo tempo (pl.); inutiliza. 8 - Afirmativa; anel de cadeia. 9 - Nome de mulher; tempera com anis. 10 - O bagaço de que se faz a água-pé; nome de mulher; argola. 11 - Corda de rebocar; cruel; palhoça de índios. 12 - Antiga cidade da Caldeia; alegrias; Alumínios (s.q.). 13 - Lamentos; semelhante. 14 - Espécie de capacete com viseira e crista usado até ao séc. XVI; damas de companhia. 15 - Estampilha; o tio americano; oro.

Selo; Sam; rezo. Lia; Ana; oro. 11 - Toa; vil; oca. 12 - Ur; rissos; Al. 13 - Ais; tal. 14 - Elm; atias. 15 - Rol; omo; avo. 6 - Ras; sos; ara. 7 - Coros; anula. 8 - Sim; elo. 9 - Maria; anisa. 10 - VERTICAIS: 1 - Pano; Arc; cela. 2 - Oval; apor. 3 - Oca; ra; 4 - As; amido; Ac. 5 - Cor; anona; lar. 11 - Er; anu; fro; sc. 12 - Avo; soca. 13 - Abaco; aba; aliso. 10 - Aló; 5 - Ana; sis; nm. 6 - Alamos; avos; 7 - lamos; aliam. 9 - P; al; al; sat. HORIZONTAIS: 1 - Pliar; cem; Tupás. 2 - Sor; alor. 3 - No; lar; rita; el. 4 - Ovo; sôia; Solos

CINEMA

Novo ciclo na Cinemateca

A par do fabuloso ciclo dedicado ao «Actor's Studio» que continua a realizar-se na Cinemateca Portuguesa (R. Rosa Araújo, Lisboa), começou na passada terça-feira e prosseguirá até ao fim do mês um novo ciclo subordinado ao título «Quando o Cinema Começou a Ser Moderno: 1958». Depois de «A Mulher Que Viveu Duas Vezes», «O Vagabundo de Montparnasse», «Os Amantes», «Tempo Para Amar e Tempo Para Morrer» e «A Repariga Daquela Noite», poderão ainda ser vistos esta semana os seguintes filmes: «O Enigma da Estátua», de Gerd Oswald (EUA), na 5ª feira 15, «A Estreante Endiabrada», de Vincent Minnelli (EUA), no sábado 17, e «O Rosto» de Ingmar Bergman (Suécia), na 4ª feira 21. Sempre às 18.30.



«O Rosto», de Ingmar Bergman

XADREZ

DCXL - 15 DE JANEIRO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998X03  
Por: BERNHARD HORWITZ  
& JOSEF KLING - 1851

Pr.: [3]: P67-Db1-Ra1  
Br.: [3]: Bd5-Dc2-Ra5

8  
7  
6  
5  
4  
3  
2  
1  
A B C D E F G H

Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998X03 [B. H. & J. K.]  
1. Ra6!, Dg6+; 2. Ra7, Dg1+; 3. Ra8, Db1;  
4. Dc5+, Db2; 5. Dc1+, Db1; 6. Dc3+, Db2;  
7. Da5+, Rb1; 8. Bc4+ e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

DCXL - 15 DE JANEIRO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998D03  
Por: HENRI CHILAND  
Secrets et merveilles du Jeu de Dames. Paris, Stock, 1968

Pr.: [5]: 17-18-35-39-(46)  
Br.: [6]: 32-37-38-42-45-50

Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº 1998D03 [H. Ch.]  
1. 38-33, (39x28); 2. 32x21, (46x16); 3. 42x38, (16x43); 4. 45-40 (35x44); 5. 50x48+ 3..... (16x49); 6. 45x04 (49x40); 5. 45x34+ 3.....

A. de M. M.

NOTA: Na secção DCXXXVII, «Avante!» de 24.XII.1997, a peça em 3 e Damas [Dama Preta].

# ATALHE DE FOICE

## Lógicas

*Não sei se ainda alguém se lembra que Vasco Pulido Valente (VPV) teve uma breve e apagadíssima passagem pela Assembleia da República, de onde saiu, segundo consta, enjoado com a falta de requinte das casas de banho e a pobreza franciscana do serviço de bar. O país nem chegou a saber o que valia como tribuno, porque VPV entrou mudo e saiu calado, quiçá ainda mais enjoado com tantas línguas afiadas que não desdenhariam de com ele esgrimir argumentos e de reduzir a pó os seus intrincados raciocínios. Perdido o deputado, ficou o escriba, o que não sendo obrigatoriamente uma vitória das letras, é decerto uma fonte pródiga a alimentar saudades fãscizantes.*

*Tome-se, por exemplo, o escrito que deu à estampa no «Independente» de 9 de Janeiro, com honras de primeira página, sob o título «Tudo muito lógico». VPV reporta-se ao que classifica de «um curioso regresso aos costumes de 1975», a saber, a ocupação da fábrica Cabos Ávila pelos trabalhadores.*

*Com a fineza de estilo que o caracteriza, VPV relata como os trabalhadores resolveram vigiar a referida fábrica «a fim de evitar qualquer conspiração capitalista», como identificaram a dita na intenção da administradora da empresa, Teresa de Ávila, pretender remover «documentos» das instalações, e como esse «feito acto» foi impedido com a ocupação da fábrica e o sequestro da «maléfica dama». Depois de informar que «os trabalhadores acham que a empresa é viável e querem que o Estado tome conta dela», VPV aponta o dedo acusador aos «vários e gravosos crimes» por eles cometidos e insurge-se contra o facto de no local não ter aparecido «um único polícia», «nem à tarde, nem à noite, quando o proletariado se aquecia a uma fogueira improvisada». Tudo motivos de sobra para VPV invectivar Guterres que «não gosta de bater no povo», escarner de Marcelo por ter pedido a demissão do ministro da Justiça e rematar a prosa com a conclusão de que é «tudo muito lógico, graças a Deus».*

*Nem uma palavra para o facto de os trabalhadores da Cabos de Ávila terem os salários de Novembro e Dezembro, incluindo o subsídio de Natal, em atraso. Nem uma linha para o facto de a empresa ter outras dívidas diversas aos trabalhadores.*

*Nem uma referência às dívidas aos fornecedores...*

*Nem uma reflexão para as dívidas ao Estado, principal credor da empresa.*

*Nem um apontamento para o drama daquelas famílias que têm na Cabos de Ávila a sua única fonte de sobrevivência.*

*Nem uma interrogação de como é que se come todos os dias, de como é que se vive, quando o mês começa e acaba sem salário.*

*Nem uma réstea de solidariedade humana para com o desespero de quem luta pela sobrevivência.*

*Que para VPV a vida dos trabalhadores seja um mistério, até se compreende. O que não se compreende é essa raiva, esse ódio que o leva a querer ver a polícia a espancar quem luta pelo legítimo direito ao seu salário.*

*Talvez VPV se identifique com o género de ricos a que pertence a sr<sup>a</sup> Ávila: os que vivem da exploração alheia, fazendo de conta de que nem sequer existem os que lhe produzem a riqueza, essa gente com tanta falta de chá... ou de whisky, para o caso tanto faz.*

*Quem se enjoa com os pastéis de bacalhau ou com os toalhetes de papel da AR não deve poder suportar o suor do trabalho. Afinal, é tudo muito lógico.*

■ Anabela Fino

## ÚLTIMAS

# Grande jornada de luta no ensino superior

**Terça-feira realizou-se, por todo o País, mais uma grande jornada de luta dos estudantes do ensino superior. Coimbra, Porto, Lisboa e a grande maioria dos pólos do ensino superior estão em luta.**

Em Coimbra, cerca de 22 mil estudantes aderiram à greve geral. Na FCT/UNL, Universidade Nova de Lisboa, a adesão dos estudantes à greve foi de 100%. No Porto, centenas de estudantes participaram na inauguração da *cantina virtual*, prometida há já cinco anos para o pólo da Universidade em Campo Alegre. Milhares de

estudantes recusam-se, neste momento, a pagar a primeira prestação das propinas.

Em comunicado de imprensa, a Comissão Política da Direcção Nacional da JCP sublinha que «esta grande jornada de luta, já em plena época de exames, vem demonstrar que os estudantes estão mobilizados e têm a razão do seu lado».

«Já é tempo de uma nova política para o ensino superior», reclama a Direcção da JCP, que aproveita para reafirmar «que é a única organização de juventude partidária que apresentou uma proposta de lei de financiamento do ensino superior» e, juntamente com o PCP, «foram os únicos que sempre defenderam as reivindicações dos estudantes».

## Universidade do Porto Cantina virtual inaugurada em Campo Alegre

As Associações de Estudantes (AE's) das Faculdades de Ciências, Arquitectura, Direito, Psicologia e Ciências da Educação, Letras e Núcleo de Acção Social e Financiamento (NASCF) da AE de Letras organizaram dia 13 de Janeiro, na Faculdade de Letras da UP, a inauguração da *cantina virtual* do pólo do Campo Alegre da Universidade do Porto (UP).

A iniciativa, que contou

com a presença de cerca de 250 estudantes que, à falta de cantina neste pólo, não desperdiçaram a oferta de febras assadas, pelos organizadores, destinou-se a reclamar o direito a uma cantina que serviria oito mil estudantes (25% da população estudantil da UP).

O corte simbólico da fita foi efectuado por um estudante que, com mímica, colmatou a ausência do ministro da Edu-

cação (que não compareceu, apesar do convite das AE's).

Os dirigentes associativos presentes, em declarações à imprensa, fizeram questão de salientar que o que estava em causa não era exclusivamente a questão da cantina, mas também a falta de condições objectivas criadas por este governo, com a lei de financiamento e com o corte orçamental para o ensino superior em geral e para a acção social escolar em particular, que

não auguram boas perspectivas para a concretização desta velha reivindicação dos estudantes da UP.

À hora do fecho desta edição do «Avante!», ainda havia estudantes a deliciar-se com as febras oferecidas pelas AE's. De referir que a comida que restou desta iniciativa foi oferecida pelas AE's a organizações de solidariedade social da cidade do Porto.

## A participação do povo nas eleições cubanas

**O povo cubano elegeu este fim-de-semana os seus representantes para a Assembleia Nacional e as Assembleias Provinciais. Um tema tratado nas páginas internacionais e a que aqui juntamos um pequeno comentário de Miguel Urbano Rodrigues.**

O povo cubano viveu intensamente as eleições para a Assembleia Nacional do Poder Popular e as Assembleias Provinciais.

Em Portugal é difícil, para quem não conhece Cuba, avaliar o interesse despertado por uma campanha que não se assemelhou minimamente às europeias. Não houve circo, os candidatos não polemizaram, a publicidade e competição estiveram ausentes. Isso não impediu que o povo fizesse essa campanha atípica.

A votação final foi somente o desfecho de um processo complexo e longo, no qual a participação dos eleitores foi empenhada e entusiástica.

A imprensa internacional, obviamente, minimizou o significado do acontecimento e tratou de apresentar o processo como uma farsa. O costume. Fez o possível por ridicularizar aquilo que não percebeu.

No dia 11, 7 766 000 eleitores (aproximadamente 98% dos ins-

critos) votaram em listas únicas tanto para a Assembleia Nacional como para as Provinciais. Na perspectiva do PS ou do PSD, a ausência de oposição seria suficiente para retirar às eleições carácter democrático.

Os cubanos rejeitam essa crítica. Sentem orgulho do seu sistema e sustentam que não existe outro tão democrático, representativo e participado. Quem, usando os mecanismos de participação, fecha a porta à oposição contra-revolucionária, é o próprio povo.

A fase preparatória é complexa, mal conhecida na Europa e original. Metade dos 601 candidatos ao parlamento são apresentados, numa primeira etapa, pelas organizações de massas. Entre eles figuram os principais dirigentes nacionais como Fidel, Raul, Carlos Lage, Ricardo Alarcón, Robaina, etc.

A outra metade é seleccionada mediante um processo inicia-

do em cada distrito urbano ou município. São as bases que escolhem e decidem, sem intervenção do Partido. O povo elege os delegados, que propõe como candidatos a deputados em nome dos moradores que representam.

Nesta fase, que precedeu a eleição final, diferentes candidatos foram submetidos em Outubro à votação nas assembleias de delegados. Daí saíram os nomes que constavam da lista única final.

A 11 de Janeiro, os eleitores podiam optar entre o voto em todos os candidatos do seu círculo - o chamado **voto unido** - ou apenas em alguns deles, riscando os que não lhe agradavam. Sobre essa questão realizou-se no país um debate interessante. Porque, em cada círculo, os candidatos resultaram de um processo de selecção prévia. Houve polémicas acaloradas. Nos boletins depositados nas urnas alguns eleitores eliminaram nomes que não eram do seu agrado. Mas foi ínfima essa percentagem. O país atendeu ao apelo de Fidel pelo voto unido. A insignificante percentagem de abstenções e de nulos e brancos

confirmou mais uma vez a fragilidade da oposição interna. Não obstante o voto não ser obrigatório, o povo compareceu maciçamente. Fez destas eleições um acto de defesa da sua Revolução, cercada e agredida pelo gigante norte-americano. Na interpretação de Fidel, votou pelos que morreram em Moncada, no desembarque do Granma, na Sierra Maestra, em Playa Giron, pelos combatentes internacionalistas que lutaram em África. Votou pelo Che e por Camilo, pelo socialismo e pelo futuro da humanidade.

Pequenos como somos ao lado dos gigantes que dominam o mundo - afirmou Fidel -, a história contemplar-nos-á como montanhas que foram capazes de resistir.

As eleições cubanas - os próprios observadores norte-americanos reconhecem essa evidência - foram, assim, antes do mais, um acto de presença revolucionária.

